

ANGOLA-PORTUGAL

NEGÓCIOS

LIP

Elimina obrigatoriedade de um milhão de dólares para IDE

APIEX ANGOLA

Nova agência para a promoção e captação de investimentos

40 ANOS de INDEPENDÊNCIA

“Em nome do Povo angolano, o Comité Central do Movimento Popular de Libertação de Angola proclama solenemente perante África e o Mundo a Independência de Angola”

Agostinho Neto, presidente do MPLA a 11 de Novembro de 1975

O parceiro ideal nas exportações e importações para Angola



A SOGESTER, S.A é uma empresa que dedica-se a criação de soluções logísticas vantajosas para as exportações e importações angolanas. Somos uma parte influente da infra-estrutura que liga o país a uma cadeia global de distribuição.

Missão

Apoiar o desenvolvimento "sustentável" de Angola através da oferta de infra-estruturas logísticas e de transportes com padrões internacionais.

Visão

Ser parceiro preferencial na logística intermodal, em Angola, combinando a experiência local e internacional construída sobre o fundamento da excelência e segurança.

Soluções logísticas

BENGO Terminal de segunda linha **LUANDA** Terminal de contentores **NAMIBE** Carga geral, passageiros e terminal de contentores



A edição nº 103 da revista Angola Portugal Negócios coincide com o termo de 2015, um ano marcado por eventos de ordem política, económica e social que vieram alterar, se não as relações e os equilíbrios, mais ou menos estáveis, de poder entre as nações, pelo menos a forma como a generalidade das pessoas encarava estas macro-estruturas até agora.

A realidade económica e financeira vivida em Angola desde há cerca de ano e meio, cuja origem se encontra principalmente na quebra acentuada do preço do petróleo nos mercados internacionais, implicou a tomada de medidas de carácter estrutural, de grande alcance e permanência no tempo por parte do Governo angolano, de forma a minimizar o impacto da quebra de mais de 50% nas receitas de exportação e maior ainda nas receitas fiscais do país: através da redução da despesa pública e da contração de financiamento, público e privado, interno e externo, o Executivo angolano tem vindo a procurar assegurar a continuidade dos projetos considerados fundamentais para a diversificação da economia nacional, o aumento do emprego e a redução da pobreza, no âmbito do Plano de Desenvolvimento Económico 2013 - 2017.

Instituições multilaterais como o Banco Mundial, o Banco Africano de Desenvolvimento, o Fundo Monetário Internacional e a União Europeia têm, através de mecanismos próprios, financiado e coadjuvado a implementação de projetos de desenvolvimento em áreas estruturantes para Angola, como a produção e distribuição de energia, o fornecimento de água, o saneamento básico, a agricultura e as pescas. Do ponto de vista financeiro, e para além dos empréstimos obtidos junto da banca e de sociedades de investimento internacionais, destaca-se a colocação, por Angola, de USD 1,5 mil milhões em dívida pública na Bolsa de Londres, tendo a procura excedido largamente o valor disponível da emissão.

Não obstante os esforços prosseguidos, a conjuntura internacional não tem sido propícia à contenção da crise enfrentada por Angola: o regresso de países produtores de petróleo aos mercados, a não imposição de restrições à produção petrolífera por parte da OPEP, o surgimento dos EUA enquanto grandes fornecedores de petróleo e o abrandamento da economia chinesa, são alguns dos aspectos que têm dificultado a inversão da situação atual.

No que concerne às relações entre Angola e Portugal, e não obstante algum abrandamento registado no comércio e no investimento directo bilaterais, entendemos ser fundamental assentar perspectivas futuras em dois eixos de base:

- 1º - Angola não está nem é previsível que venha a estar em recessão económica: o crescimento do país abrandou, é certo, para cerca de metade do aumento exponencial que vinha registando nos últimos anos, mas não é expectável que esse abrandamento evolua para uma situação de recessão. Apesar das dificuldades sentidas, e embora 2016 se preveja difícil, Angola deverá começar a manifestar os primeiros sinais de recuperação económica a partir do próximo ano, devido ao crescimento dos sectores não petrolíferos, reflexo das medidas de política económica entretanto adoptadas;
- 2º - Portugal e Angola partilham uma mesma língua e traços culturais idênticos, o que propicia a vontade e cria as condições para que empresários lusos e angolanos continuem a trabalhar juntos, desenvolvendo relações económicas e empresariais privilegiadas, assumindo-se mutuamente como parceiros preferenciais.

Aos Associados e Amigos, a CCIPA deseja Boas Festas e um Próspero Ano de 2016.

Recuperação a partir de 2016 devido a *sectores não petrolíferos e medidas de política económica*



Paulo Varela, presidente da direcção da CCIPA



40 ANOS DE INDEPENDÊNCIA Os desafios económicos dominaram o discurso político. 40 anos passados sobre a independência é tempo de olhar para as províncias e de assumir o imperativo da diversificação económica. **P08**

NOVAS REGRAS PARA INVESTIR EM ANGOLA

Depois de quase um ano e meio em preparação, o novo diploma reduz a burocracia, diminui as barreiras ao investimento estrangeiro e clarifica as regras de atribuição de benefícios e incentivos. **P22**

FACRA

Teodoro de Jesus Xavier Poulson, Membro da Comissão

de Investimentos, sublinha que os projectos produtivos de iniciativa de MPME são prioritários, mas o Fundo está aberto a projectos de capital misto. P42

04 Espaço CCIPA 06 A Abrir

Tema de Capa

08 40 anos a construir o futuro

Conjuntura

22 Novas regras para investir em Angola

26 Novo regime, novos procedimentos

28 Apex Angola

30 Fusão na banca

33 Banca angolã à procura de um caminho para crescer

Economia

38 Petrolíferas focadas em reduzir custos e em ganhos de eficiência

42 FACRA investe 250 milhões de USD

44 Os riscos do abrandamento chinês

46 Opinião: Nova Lei Geral do Trabalho

Vida Empresarial

48 Mendes Gonçalves

50 Casa do Marquês

52 13º Projekta by Constrói

54 Breves empresariais

Sociedade

56 Entrevista Pepetela

“A vida na frente de combate foi uma grande fonte de inspiração”

Informação CCIPA

58 Novos associados, legislação, entre outros

NEGÓCIOS

CÂMARA DE COMÉRCIO E INDÚSTRIA PORTUGAL-ANGOLA Portugal

Edifício Luxor, Avenida da República, 101 - 3º, Sala D, 1050-204 Lisboa
tel.: [+351] 213 940 133
fax: [+351] 213 950 847
ccipa@cciportugal-angola.pt

Angola

Edifício Monumental, Rua Major Kanhangulo, 290 - 1º Dto, Luanda
tel.: [+244] 924 918 149
www.cciportugal-angola.pt

Editando/beCOMM

Rua Rodrigues Sampaio, 6 - 5º
1150-280 Lisboa, Portugal
tel.: [+351] 213 584 460
info@becomm.pt | www.becomm.pt

Revista ANGOLA-PORTUGAL NEGÓCIOS

Director Paulo Varela

Director Executivo João Luís Traça

Coordenação Editorial e Redacção Cristina Casaleiro e Manuela Sousa Guerreiro

Colaboraram nesta edição Fátima Azevedo, Isabel Santos, Renata Valenti, Venceslau Mateus (agência ANGOP)

Design e Paginação Filipa Andersen e Vasco Costa

Publicidade Cristina Lopes

Fotografia beCOMM; Bruno Barata;

JAImagens; DR

Impressão IDG - Imagem Digital Gráfica

Periodicidade Trimestral

Distribuição Gratuita aos sócios da CCIPA, entidades oficiais e empresariais em Angola e Portugal

É interdita a reprodução total ou parcial por quaisquer meios de textos, fotos e ilustrações sem a expressa autorização do editor.

Registo 114257 > Tiragem 5000

NIPC 501910590

Depósito Legal 60018/93

Propriedade



Edição, redacção, design e produção gráfica e publicidade



Apoio institucional



Consigo em Angola.

O BPI e o BFA disponibilizam um conjunto de produtos e serviços financeiros para empresas que pretendam investir ou exportar para Angola, com condições vantajosas de preço, rapidez e segurança.

Oferta completa e competitiva para a gestão de tesouraria

- Financiamento às exportações (Linha Angola Express e Garantia Export Angola);
- Transferências entre contas BPI e BFA;
- Gestão à distância das contas em Angola através do BFA Net Empresas.

Soluções para quadros de empresas portuguesas

- Protocolos para colaboradores deslocados em Angola com condições especiais em produtos e serviços do BPI.

Equipas totalmente dedicadas e especializadas

- Em Portugal: Gabinete para África e Unidade de Business Development, no BPI;
- Em Angola: Gabinete de Apoio e Cooperação Empresarial do BFA.

Experiência e solidez

- Forte posição do BPI e do BFA nos mercados empresariais português e angolano, com uma rede alargada de Centros de Empresas e Balcões em ambos os territórios.

Toda a informação nos Centros de Empresas ou Balcões BPI, www.bancobpi.pt/empresas, www.bfa.ao e 808 285 285 (atendimento personalizado, 24 horas por dia).



A presente mensagem tem natureza publicitária e é prestada pelo Banco BPI, S.A. e pelo Banco de Fomento Angola, S.A. Não dispensa a leitura de informação pré-contratual e contratual, não constituindo uma proposta contratual.



Mesa de Portugal

Um novo contexto, novas oportunidades' foi o tema escolhido para o encontro Mesa de Portugal 2015, que reuniu cerca de 170 empresários, gestores e empreendedores portugueses e angolanos no Hotel Trópico em Luanda, no dia 23 de Julho. Antes do jantar, porém, as intervenções de Paulo Varela, presidente da Direcção da CCIPA, Miguel Frasquilho, presidente da aicep Portugal Global, José Sala, director do GEPE da ANIP, em representação de Maria Luísa Abrantes, e de Paulo Portas, ainda na qualidade de vice - Primeiro - Ministro de Portugal, fizeram análise das relações entre Angola e Portugal.

Questões como as das dificuldades de pagamentos e transferências foram abordadas pelo vice-primeiro-ministro português, que não poupou palavras para elogiar a capacidade, qualidade e resiliência dos investidores portugueses em Angola. Paulo Portas mostrou-se confiante na recuperação da economia angolana e, apesar de reconhecer a existência de algumas dificuldades, reiterou que a sua presença em Angola e os encontros que manteve com as autoridades (designadamente com vice - Presidente da República Manuel Vicente) visaram precisamente encontrar os instrumentos bilaterais que contribuam para ultrapassar a retracção do inves-

timento e das exportações portuguesas para Angola. Paulo Portas lembrou, igualmente, a presença e importância dos investimentos de capital angolano em Portugal assim como as relações familiares e de amizade existentes entre os povos dos dois países.

Depois das boas-vindas do presidente da Direcção da CCIPA, Paulo Varela, foi a vez de Miguel Frasquilho fazer um breve balanço das relações de comércio e de investimento entre os dois países; seguiu-se a intervenção de José Sala, da ANIP, que deu a conhecer as oportunidades e as linhas orientadoras das regras de investimento no país. Organizado regularmente desde 1994, o jantar/encontro Mesa de Portugal tem por objectivo promover o contacto entre empresários angolanos e portugueses presentes em Angola, em especial aqueles que se deslocam ao país para participarem na FILDA -, bem como com as autoridades e altos responsáveis de instituições presentes. A participação no jantar Mesa de Portugal depende de inscrição junto da CCIPA, sendo o número de lugares limitado. Este ano a Mesa de Portugal contou com os patrocínios do Banco de Fomento Angola (BFA) e da Galp Energia (Ouro e Prata, respectivamente) e o apoio de Bureau Veritas, Caixa Totta, grupo Coba, Maxam CPEA, Millennium Angola, Nossa Seguros e Secil Angola. #



FILDA 2015

A CCIPA esteve mais uma vez na FILDA, no espaço cedido pela aicep Portugal Global, logo à entrada do Pavilhão de Portugal. Paulo Varela, presidente da Direcção, participou nas várias acções realizadas no Pavilhão de Portugal durante o período em que decorreu o certame, nomeadamente a cerimónia de abertura da FILDA e as celebrações do Dia de Portugal, 23 de Julho, entre outras. De destacar também a presença constante da Directora Executiva, Isabel Santos, e da Delegada da CCIPA em Luanda, a advogada Chindalena Lourenço.



Em cima: Nuno Rangel, vice-presidente da CCIPA, e Paulo Varela, presidente da CCIPA. À direita, em cima: vista do stand da CCIPA no espaço aicep Portugal Global. Em baixo: Intervenção de Paulo Portas, vice-primeiro ministro de Portugal no Dia de Portugal na FILDA, com Miguel Frasquilho, presidente da aicep e Matos Cardoso, presidente da FIL.



FIDELIDADE

SEGUROS DESDE 1808

UNIDOS COM O FUTURO DE ANGOLA.

Porque o sucesso não tem fronteiras, estamos presentes em Angola com a Universal Seguros para apoiar o crescimento da economia e do país. Trabalhamos todos os dias para facilitar o dia-a-dia dos empresários para que se continuem a dedicar a 100% ao seu negócio. Com a nossa experiência internacional e a nossa oferta de seguros, queremos conquistar a sua fidelidade. Estamos unidos nos 40 anos da Independência de Angola e é com confiança que celebramos o futuro da sua empresa, aqui e no mundo.

UNIVERSAL SEGUROS

ESTAMOS UNIDOS. ESTAMOS SEGUROS.

Fidelidade - Companhia de Seguros, S.A. - NIPC e Matricula 500 918 880, na CRC Lisboa Sede: Largo do Calhariz, 30, 1249-001 Lisboa - Portugal
Capital Social € 381 150 000 • Linha de Apoio ao Cliente: T. 808 29 39 49 • F. 21 323 78 09 E. apoiocliente@fidelidade.pt
Atendimento telefónico personalizado nos dias úteis das 8h30 às 20h

fidelidade.pt

OGE cauteloso para 2016

A proposta do Governo de Angola para o Orçamento Geral do Estado em 2016 prevê um crescimento do PIB da ordem dos 3,3%, um défice orçamental de 5,5% do PIB e uma inflação de 13,8%. O Governo angolano mantém cautelas face ao “momento particular” que a economia global atravessa e à qual o país não é imune.

Em 2016 o crescimento do PIB deverá abrandar para 3,3%, o que compara com uma taxa de 4% prevista para este ano, em resultado de uma evolução mais fraca do sector petrolífero, que ainda assim deverá registar um crescimento de 4,8%, ao passo que o crescimento do sector não petrolífero deverá ficar pelos 2,6%, suportado por um maior dinamismo do sector agrícola.

O OGE de 2016 tem por base um preço do petróleo de 45 USD/barril. Um valor que, na opinião da consultora Eaglestone, é conservador. “Deste modo, as autoridades locais reconhecem a importância de racionalizar o nível de gastos públicos no actual contexto de baixos preços do petróleo”, refere a sua análise sobre o OGE. A opinião que não é partilhada pelo Conselho Nacional de Concertação Social. “A nossa estimativa sempre foi dada à volta dos 40 USD, permitindo uma margem de reserva, caso houvesse um diferencial positivo. Procurar aplicar um preço superior é de alto risco, em especial no primeiro semestre”, refere o CNCS.

A proposta de OGE que está em discussão na Assembleia Nacional (e que espera-se que venha a ser aprovada até meados de Dezembro), prevê um volume de receitas na ordem dos 3.515 mil milhões de AOA enquanto que as despesas ultrapassam os 4.296 mil milhões AOA, o que traduz um défice orçamental de 5,5% do PIB, acima dos 4,2% estimados para 2015.

Parte da despesa será financiada através do recurso a receitas fiscais (55%) e aumento da dívida pública, que deverá atingir em 2016 os 49,7% do PIB.

Na opinião da Eaglestone estes níveis são, por enquanto, “sustentáveis, mas não deixam de ter os seus riscos, já que Angola continua algo vulnerável a possíveis choques futuros”. Por sua vez, o CNCS mostra-se preocupado com o possível aumento dos impostos e o seu impacto sobre a ainda frágil indústria local, e dá como exemplo o recente imposto de consumo sobre as bebidas nacionais, cujas vendas já caíram 24%. “Os preços serão pouco confortáveis para o consumidor, que reduzem o seu consumo, originando menos produção e, concomitantemente, menos receitas tributárias de imposto de consumo e de imposto industrial (previsão de prejuízos). Esse efeito repercutir-se-á não só nas vendas e seus serviços, mas também junto das empresas fornecedoras de embalagens, suprimentos e serviços.” Ainda assim, em 2016 Angola irá ter menos receita fiscal (26%) face à queda dos impostos cobrados à indústria petrolífera.

ONU apoia passagem de Angola a país de rendimento médio

Em Dezembro a Assembleia Geral da ONU vai dar o sinal verde para o arranque do processo de graduação de Angola para país de rendimento médio. O apoio da ONU ao processo de transição do país foi anunciado pelo secretário-geral adjunto da ONU e director regional do PNUD, Abdoulaye Mar Dieye, durante uma visita a Angola. “O PNUD e a ONU, em geral, estarão ao lado de Angola para apoiar na elaboração do programa de transição”, afirmou Abdoulaye Dieye.

A ser aprovado o processo de graduação, Angola passará a ser o terceiro país africano de rendimento médio, a par do Botsuana e Cabo Verde.



Revolução nos transportes em Luanda

Não é a primeira vez que a construção do metro de superfície em Luanda salta para as primeiras páginas dos jornais, mas parece que 2016 será o ano de arranque de um projecto que é visto como uma solução para o trânsito caótico de uma das cidades mais

populosas da região austral. O OGE para o próximo ano prevê uma verba de €40 milhões para a realização de estudos sobre a reestruturação dos sistemas de transportes da capital. Entre eles o projecto base do Metro Ligeiro de superfície da marginal da

Corimba com um investimento equivalente a €7,5 milhões, €13 milhões serão canalizados para a análise de construção de uma estrada na área da marginal da Corimba e €17 milhões financiarão estudos para a implantação de seis corredores rodoviários.

TAXA DE INFLAÇÃO

13,8%

A depreciação de 30% do Kwanza face ao Dólar reflectiu-se no aumento dos preços junto dos consumidores. Para 2016 espera-se uma inflação de 13,8%.

ECONOMIA INFORMAL

60%

O peso da economia paralela em Angola é de cerca de 60%, uma das mais altas na África Subsaariana, de acordo com a secretária de Estado das Finanças.

SUBSÍDIO

€3000 M

É quanto o Estado angolano irá gastar com o subsídio dos combustíveis em 2016, equivalente a 3,1% do PIB.

Portugal tem um novo Governo

Um acordo parlamentar entre o segundo partido mais votado nas eleições de 4 de outubro, o Partido Socialista, e os partidos mais à esquerda, o Bloco de Esquerda e o Partido Comunista, fez de António Costa o novo Primeiro - Ministro de Portugal.

Costa lidera um governo composto por 17 ministérios e 41 secretarias de Estado.

Ministro dos Negócios Estrangeiros - Augusto Santos Silva

Ministra da Presidência e da Modernização Administrativa - Maria Manuel Leitão Marques

Ministro das Finanças - Mário Centeno

Ministro da Defesa Nacional - José Alberto Azeredo Lopes

Ministra da Administração Interna - Constança Urbano de Sousa

Ministra da Justiça - Francisca Van Dunem

Ministro Adjunto - Eduardo Cabrita

Ministro da Cultura - João Soares

Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior - Manuel Heitor

Ministro da Educação - Tiago Brandão Rodrigues

Ministro do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social - José António Vieira da Silva

Ministro da Saúde - Adalberto Campos Fernandes

Ministro do Planeamento e das Infra-estruturas - Pedro Marques

Ministro da Economia - Manuel Caldeira Cabral

Ministro do Ambiente - João Pedro Matos Fernandes

Ministro da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural - Luís Capoulas Santos

Ministra do Mar - Ana Paula Vitorino



Angola estreia-se no mercado de capitais

Em Outubro Angola anunciou o lançamento de títulos de dívida soberana no mercado internacional, sob a forma de 'eurobonds', no montante global de 1500 milhões de USD. Uma opção do Governo de José Eduardo dos Santos motivada por uma política de diversificação das fontes de financiamento externo e que contribui para a transparência na gestão das finanças públicas e dos custos associados ao processo de financiamento do OGE.

O interesse dos investidores na primeira emissão do género feita por Angola ultrapassou cinco vezes o montante que o país pretendia, tendo a operação sido distribuída, entre outros, por investidores norte-americanos e europeus.

O Estado angolano vai começar a pagar juros a 12 de maio de 2016 e a maturidade da emissão está fixada em Novembro de 2025.

Taxa de 0,1% sobre operações bancárias

Em 2016 os bancos angolanos vão passar a pagar uma taxa de 0,1% sobre o valor das operações bancárias. Com excepção das transações relacionadas com o pagamento de salários e "de carácter eminentemente pessoal", a taxa irá aplicar-se a todas as operações bancárias, desde os depósitos aos empréstimos, passando pelas transferências, movimentos cambiais ou guarda de valores mobiliários. O regime jurídico, as incidências subjectiva e objectiva, a taxa aplicável, os sujeitos passivos, as isenções, as regras de liquidação, cobrança e pagamento da contribuição especial sobre operações bancárias serão definidos pelo Presidente da República.

"Não podemos estruturar o sistema económico nacional sem a presença no mundo do capital e do trabalho de empresas e grupos económicos angolanos conscientes e fortes, pois eles serão a garantia da nossa independência", Presidente José Eduardo dos Santos, por ocasião do 40º Aniversário da Independência de Angola

"É tempo de se assumir a implementação do IVA para se eliminar o imposto em cascata, que tanto lesa as empresas e inflaciona os custos dos bens nacionais", Conselho Nacional de Concertação Social, in Análise do Relatório de Fundamentação do OGE

PESSOAS

João Caetano da Silva

O novo Embaixador de Portugal em Angola recebeu as cartas credenciais no final de Novembro e irá substituir no cargo o Embaixador João da Câmara. Diplomata de carreira desde 1980, ocupou diversos postos no exterior. Foi Embaixador nas Filipinas, na Venezuela e no México. Licenciado em Direito, João Caetano da Silva foi porta-voz da Missão de Observadores da CEE na ex-Jugoslávia. Esteve colocado em representações diplomáticas de Portugal em Espanha, África do Sul, Namíbia e Alemanha.



40 anos a construir o futuro

T CRISTINA CASALEIRO, FÁTIMA AZEVEDO, MANUELA SOUSA GUERREIRO | FDR

A 11 de Novembro de 1975 Angola conquistava a sua Independência. Uma Independência que não foi “oferecida numa bandeja de prata”, como relembrou o Presidente José Eduardo dos Santos na mensagem que dirigiu à Nação por ocasião das comemorações do aniversário da Independência.

A conjuntura internacional adversa e um clima económico mais restritivo deram a tónica ao discurso político que este ano se centrou na economia. “Não podemos estruturar o sistema económico nacional sem a presença no mundo do capital e do trabalho de empresas e grupos económicos angolanos conscientes e fortes, pois eles serão a garantia da nossa independência.” sublinhou o Presidente. Mas José Eduardo dos Santos não deixou de lembrar o “esforço louvável” que o país vem vindo a fazer no domínio da reabilitação e da construção de infra-estruturas e formação de quadros. “Em 1975 tínhamos uma taxa de analfabetismo de mais de 95%. Hoje essa taxa baixou para 35%. No ensino primário temos actualmente cinco milhões, 70 mil e 800 de alunos, enquanto no secundário estão matriculados um milhão, 604 mil e 549 alunos. Só havia uma universidade e o país não tinha mais de 40 licenciados. Hoje funcionam 62 instituições de ensino superior, que oferecem um total de 436 cursos”, reiterou José Eduardo dos Santos.

Nos próximos anos a tónica estará na diversificação da economia, na redução da dependência do petróleo, que ainda repre-

senta 45% do Produto Interno Bruto (PIB), 60% das receitas fiscais e mais de 90% das exportações.

As dinâmicas e o contributo das províncias são, neste quadro, factores críticos de sucesso.

A implementação do Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) de Angola 2013-2017 tem subjacente a visão estratégia para Angola em 2025 e centra-se na criação de condições favoráveis à competitividade da economia num contexto global tendencialmente mais incerto, com um conjunto de reformas no sentido de acelerar a diversificação económica, assente numa nova dinâmica industrial e prevendo 390 projectos estruturantes correspondentes a um investimento no valor de 53,5 mil milhões de dólares.

No entanto, o contexto macroeconómico subjacente ao PND alterou-se com a actual crise petrolífera, o que poderá ter efeitos no financiamento, ritmo e concretização de muitos projectos de investimento. Na verdade, o PND assumia um crescimento económico de 8% em 2014, sendo o do PIB petrolífero de 6,5%, mas a forte quebra do preço internacional do petróleo obrigou à revisão do OGE de 2014 e de 2015 e a riqueza emanada da actividades petrolíferas angolanas é mesmo negativa no presente quadro. A adversidade da evolução do preço do petróleo para Angola só acentua o imperativo da diversificação económica e, para isso, é fundamental atender à dimensão territorial das potencialidades. #



Novas redes de transportes

> 53,8 mil MUSD
de investimento na
expansão de rede ferroviária
em 10.600 km

> 32,4 mil MUSD
para a construção
de uma rede de
Auto-estradas com 5.900 km



Bengo

351.579 1

Luanda

6.542.944 32

Kwanza Sul

1.793.787 2

Benguela

2.036.662 6



Telecomunicações

Móvel > 13,2 milhões
Fixo > 216 milhares
Internet > 3,1 milhões



3,9 mil MUSD
para a construção e
renovação dos
portos marítimos

24,4 Milhões de habitantes

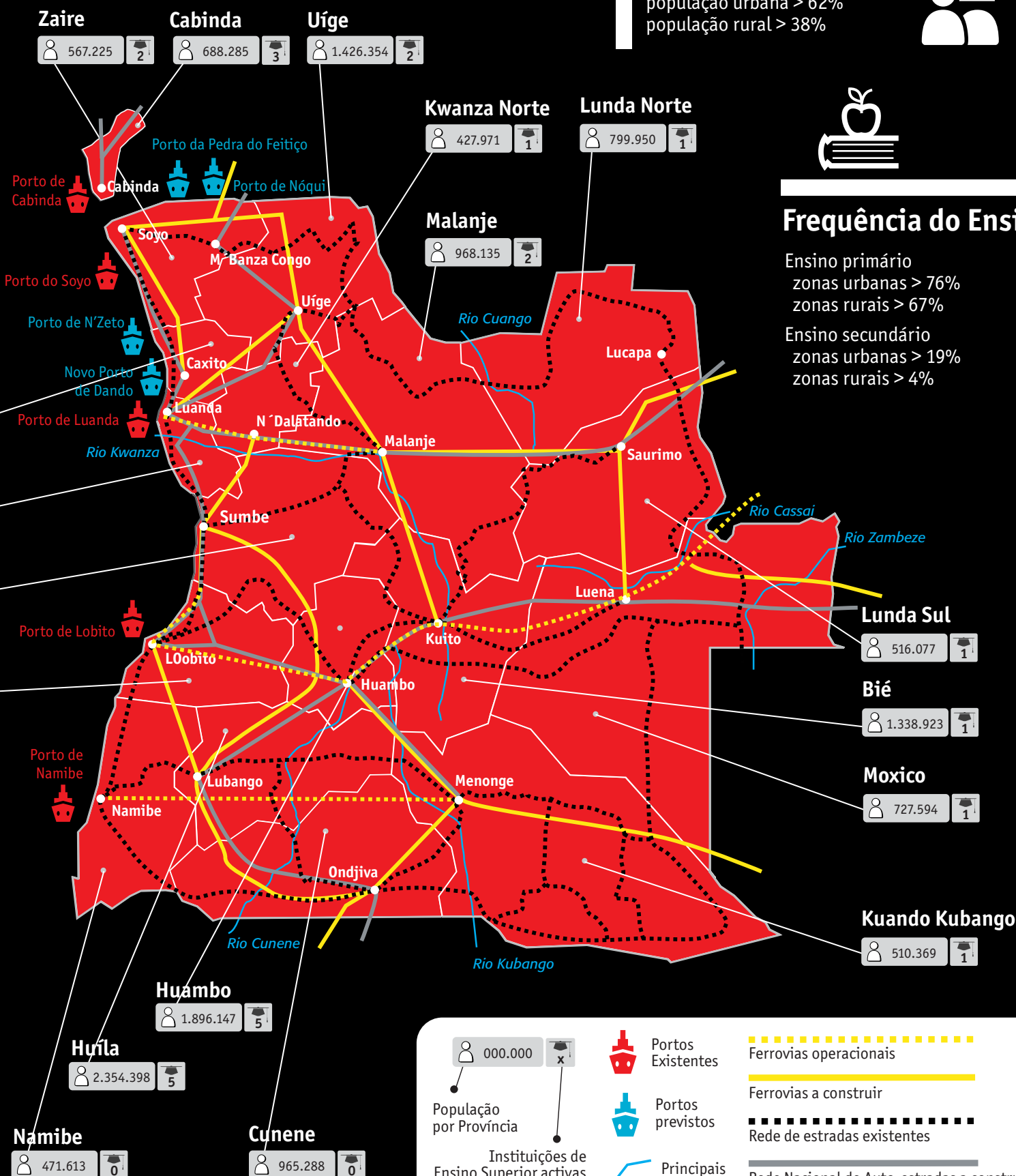
64% com menos de 24 anos
população urbana > 62%
população rural > 38%

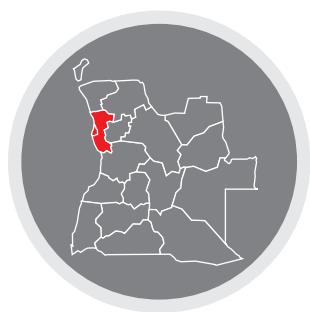


Frequência do Ensino

Ensino primário
zonas urbanas > 76%
zonas rurais > 67%

Ensino secundário
zonas urbanas > 19%
zonas rurais > 4%





REGIÃO METROPOLITANA LUANDA/BENGO

De acordo com o plano de desenvolvimento territorial, a região metropolitana de Luanda, formada pela províncias de Luanda e Bengo, constituirá o principal espaço de inserção da economia nacional nas dinâmicas mundiais.

LUANDA

A elevada concentração populacional em Luanda é um dos traços que caracteriza a sociedade angolana e que coloca inúmeros desafios à implementação de qualquer modelo de desenvolvimento que tenha por primado a inclusão e a sustentabilidade.

Entre os principais desafios enfrentados pela cidade e província de Luanda sobressaem a melhoria das condições de saneamento e de habitação, o reordenamento da rede de transportes e das vias rodo-ferroviárias, a recuperação e eficiência das redes de abastecimento de água e de distribuição de energia, sem esquecer o imperativo de conectividade com o resto do território, dado o importante papel que desempenha como “nó” central na dinâmica económica, social e política do país.

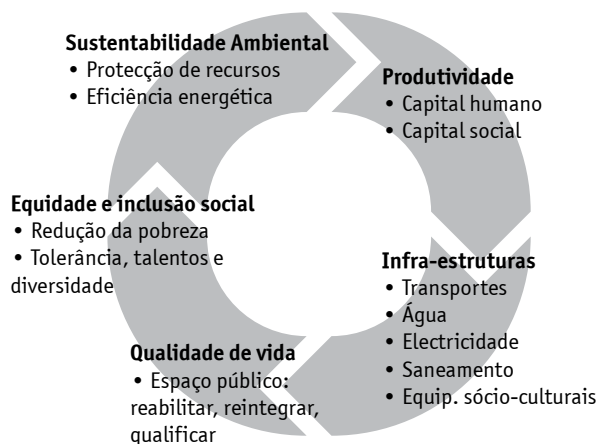
Identificar as soluções estratégicas para os sete municípios que compõem a província de Luanda implica, de acordo com uma análise da consultora CESO, reabilitar e requalificar a cidade, fazendo emergir novas centralidades e estruturar zonas residenciais e industriais em função das novas infra-estruturas previstas, como o aeroporto e o porto. A província conta com o maior parque industrial nacional, uma rede superior a 40 mil estabelecimentos comerciais e uma oferta hoteleira em forte crescimento, tendo praticamente triplicado a oferta entre 2009 e 2011. O conceito de “Roda de Desenvolvimento”

tem dinamizado a concepção do Plano Provincial, plano este que tem por base políticas urbanas integradas que permitam reforçar a produtividade e contribuir para o crescimento económico regional e nacional; o Plano prevê também dotar a província de infra-estruturas e serviços que melhorem a qualidade de vida e reduzam a pobreza num contexto de protecção dos recursos naturais e de maior eficiência na respectiva utilização.

O programa de investimentos públicos prevê a afectação de mais de três mil milhões de dólares, incluindo o valor do investimento alocado em 2013, sendo o domínio das infra-estruturas o que absorve cerca de metade do total até 2015 e entre 25 a 35% até 2017.

Programa de investimentos públicos de 3 mil M USD até 2017

Ano	Investimentos (M USD)
2017	757,8
2016	776,8
2015	709,5
2014	456,3
2013	452,8



Luanda

A PROVÍNCIA CONTA COM O MAIOR PARQUE INDUSTRIAL NACIONAL, UMA REDE SUPERIOR A 40 MIL ESTABELECIMENTOS COMERCIAIS E UMA OFERTA HOTELEIRA EM FORTE CRESCIMENTO



BENGO

A 18ª província de Angola surgiu já depois da independência, em 1980, por desagregação da província de Luanda. Em 2011 os municípios do Ícolo, Bengo e Quiçama foram desanexados da província e reintegrados na de Luanda. Tem como capital o Caxito, que dista apenas a 60 quilómetros de Luanda. Uma das suas maiores riquezas é a rede hidrográfica – rios Dande, Zenza, Kwanza e Longa – que atravessa o território. Na Comuna do Bom Jesus estão localizadas algumas unidades de industriais das áreas de logística farmacêutica, distribuição de materiais de construção e bebidas (como a fábrica da Coca-Cola).

A proximidade a Luanda, com os seus 6 milhões de habitantes, assim como os seus vastos terrenos férteis e os abundantes recursos hídricos, têm atraído vários investimentos ligados ao sector agrícola. É nesta província que se produzem muitos dos alimentos que se consomem na capital. O perímetro irrigado do Bengo, com uma área com 4 628 hectares, reúne um número considerável de culturas hortofrutícolas, em especial banana de mesa. A Turiagro,

do grupo angolano WM, é um dos maiores produtores nacionais de banana e está também a investir, através da Sagribengo, no cultivo de plantas, árvores, arbustos e flores.

O Plano Provincial de Desenvolvimento prevê a integração da província na região metropolitana de Luanda, com pólos urbanos-industriais desconcentrados (Caxito, Catete e Ambriz) e a criação de uma 'cintura' dedicada à produção agrícola



e pecuária e agro-industrial, quer para abastecimento do mercado interno quer para a exportação.

A recuperação das acessibilidades rodoviárias e ferro-portuárias, bem como a melhoria da rede de transportes são vertentes apontadas como fundamentais para o desenvolvimento económico da província. Nas acções a empreender constam também a melhoria do acesso aos serviços sociais básicos como forma de combater as assimetrias e o isolamento das zonas rurais.

Bengo

**O PLANO PROVINCIAL DE DESENVOLVIMENTO
DEFENDE A INTEGRAÇÃO DA PROVÍNCIA NA REGIÃO
METROPOLITANA DE LUANDA E A DESCONCENTRAÇÃO
DE PÓLOS URBANOS E INDUSTRIAIS**

RCAAC
AUDITORES | CONSULTORES

AUDITORIA
ESTATUTÁRIA
E CONTRATUAL

CONSULTORIA
FISCAL
E CORPORATIVA

DUE DILIGENCES
FINANCEIROS
E FISCAIS

ASSESSORIA
CONTABILÍSTICA
E ADMINISTRATIVA

PROCESSAMENTO E CONTROLO
DE REMUNERAÇÕES
FORMAÇÃO PROFISSIONAL

WWW.RCA.AC

LUANDA
RUA DE TIMOR, 41
CRUZEIRO
LUANDA – ANGOLA
T. (+244) 222 430 117
F. (+244) 222 440 118
E. RCA.ANGOLA@RCA.AC

LISBOA
AV.ª DUQUE D'ÁVILA, 185, 5º
1050-082 LISBOA
PORTUGAL
T. (+351) 217 520 250
F. (+351) 217 520 259
E. RCA.GERAL@RCA.AC

PORTO
AV.ª DA BOAVISTA, 1167, 5º, SALA 5.3
4100-130 PORTO
PORTUGAL
T. (+351) 217 520 250
F. (+351) 217 520 259
E. RCA.GERAL@RCA.AC

PRAIA
ACHADA DE SANTO ANTÓNIO
P.O. BOX 486 – PRAIA
CABO VERDE
T. (+238) 261 51 87
F. (+238) 261 86 94
E. RCA.CABOVERDE@RCA.AC

FIRMA AFILIADA:

Praxity
GLOBAL ALLIANCE OF
INDEPENDENT FIRMS



PROVÍNCIAS NORTE

Para as cinco províncias do norte os objectivos e os desafios são distintos: afirmar Cabinda e Zaire como importantes pólos comerciais, industriais e petrolíferos e, nas restantes, passar de uma agricultura de subsistência para uma agricultura de mercado.

CABINDA

A província de Cabinda tem características únicas em Angola, dado que se trata do território mais a norte e descontinuado das restantes províncias, contando com menos de 3% da população total mas com a segunda maior densidade demográfica do país. O plano de desenvolvimento estabelecido até 2017 assenta em quatro grandes opções estratégicas com um investimento público a rondar os dois mil milhões de dólares durante quatro anos. O desenvolvimento de infra-estruturas e urbanismo deverá absorver mais de 60% do investimento plurianual previsto, ascendendo a 1175 milhões de dólares, articulando com o desenvolvimento social que deverá receber cerca de meio bilião de dólares para garantir melhores condições de vida e de integração aos 700 mil habitantes. Os recursos petrolíferos do território, concentrados no Malongo, são um trunfo que poderá promover decisões de investimento em torno do desenvolvimento da produção, procurando-se dinamizar o Pólo Industrial de Fútila, e haverá um foco na capacitação e fortalecimento das instituições públicas.

No que respeita às infra-estruturas, há um conjunto de sete medidas estratégicas planeadas, entre as quais a ampliação e o reforço da eficiência dos sistemas de abastecimento de água, com vista a alcançar uma taxa de cobertura de 90% nas zonas urbanas e 80% nas zonas periurbanas, atendendo a uma meta nacional de 55%; as mesmas metas são apontadas para a cobertura da distribuição de energia. O trabalho em termos de saneamento visa recolher 75% dos resíduos sólidos urbanos e alcançar uma cobertura de 70% da população com acesso a saneamento, cumprindo a meta nacional.

Na dinamização da produção, o governo de Cabinda elege oito medidas estratégicas, destacando-se a meta de criação de 20 mil



postos de trabalho e formação de 3 mil jovens, numa lógica de diversificação da produção, através de um reforço para 50% da produção local de bens agrícolas essenciais, da autonomia de combustíveis em 80%, para 8 mil camas de oferta turística, traduzindo um crescimento de 50%, e para mais de 5 mil estabelecimentos comerciais, o que corresponde a um incremento de 20%. Esta dinâmica contribuirá para um aumento de 50% das receitas fiscais. No plano social há seis medidas estratégicas, entre as quais a redução da taxa de mortalidade infantil de 120 para 60 por cada mil crianças, melhorar a cobertura de vacinação de 40 para 90% e reduzir a mortalidade materna, os óbitos associados à malária e doenças respiratórias.



KWANZA NORTE

Valorizar a posição do eixo Dondo/Ndalaando/Lucula nas ligações norte-sul e este-oeste do país é um dos eixos do desenvolvimento provincial a seguir nos próximos anos. Em matéria de especialização produtiva, o objectivo é o de desenvolver uma agricultura empresarial competitiva, organizar um forte sector agro-industrial, potenciado pelo corredor ferroviário de Malange e do Dondo, e explorar as potencialidades florestais. No sector industrial destaca-se a fábrica de cerveja Eka. Em Julho de 2015 foram inaugurados os pólos de desenvolvimento industrial de Lukala e Massangano. A estes juntar-se-á o pólo industrial de Cambambe, que será erguido no perímetro do Kala Wenda, ao lado da estrada nacional número 230, e nele serão construídas 70 unidades fabris. O Plano de Desenvolvimento desta Província contempla seis projectos estruturantes. Destaque para o cluster de Energia e Água e, em especial, para a construção da segunda central hidroeléctrica de Cambambe, um empreendimento que, uma vez concluído, irá gerar energia eléctrica para fornecer o Norte e o Centro de Angola. No âmbito do cluster Alimentação e Agro Indústria, insere-se tanto o plano de desenvolvimento da Camabatela como a construção do matadouro industrial. A reabilitação e modernização da fábrica de tecidos do Dondo e o projecto minero-siderurgico de Kassala Kitungo, em Cambabe, vão dinamizar o tecido empresarial e contribuir para o emprego na região.



ZAIRE

Nesta província sobressaem duas cidades, M´Banza Congo, a capital e histórica do antigo Reino do Congo, fundado no século XII, cujo património histórico poderá vir a ser classificado como património Mundial pela UNESCO, e Soyo, onde estão instaladas as principais empresas petrolíferas a operar no país. E é numa maior especialização da indústria petrolífera e das actividades complementares que irá estar assente o futuro desta província. Aqui o destaque vai para a fábrica de gás natural LNG, entre outros projectos ligados à exploração do petróleo e gás natural. Outro dos sectores a recuperar é o das pequenas indústrias da fileira da madeira. As autoridades esperam que o pólo de desenvolvimento industrial do Soyo venha constituir um importante ponto de apoio para o desenvolvimento de uma rede de micro empresas. Até 2017, o Governo pretende desenvolver os clusters dos transportes e logística (reabilitação e construção de estradas e auto-estradas, aeroportos e porto seco do Soyo), da alimentação e da agro-indústria (estão em curso três projectos de desenvolvimento agro-industrial com financiamento privado) e da energia e água (reabilitação de redes eléctricas de Mbanza Congo).

Destaca-se também a construção e o apetrechamento do novo Hospital Provincial do Zaire, cuja entrada em funcionamento irá melhorar as condições de vida das populações.

MALANJE

O desenvolvimento de Malanje está em marcha e são várias as ‘frentes’. O investimento de 165,2 milhões de USD na construção da Plataforma Logística do Lombe permitirá à Província assumir-se como um ‘carrefour’ logístico. Criada mesmo no extremo da linha do caminho de ferro de Luanda, e bem no coração da região centro-norte do País, esta via servirá todo o vasto ‘hinterland’, incluindo as províncias do Kwanza Norte, do Uíge, do Moxico e, mais para leste, as próprias Lundas (Norte e Sul).

Futuramente, com a projectada extensão da linha do CFL até à fronteira com a República Democrática do Congo, a Plataforma do Lombe verá o seu ‘hinterland’ de influência estender-se muito para além do actual. A Plataforma Logística do Lombe terá um porto seco, uma zona industrial, armazéns centrais e de combustível, hotel, entre outras infra-estruturas de apoio.

Outro projecto acelerador do desenvolvimento é o Pólo Agro Industrial de Capanda, gerido pela SODEPAC, que compreende uma área total de 411 milhões de hectares, dos quais 293 mil hectares estão dedicados à agricultura. E estão em marcha fortes investimentos na produção de açúcar, produção de sementes, suinicultura, fábrica de processamento de carne, etc. O projecto BIOCOM é um exemplo do potencial agrícola e industrial. Detida pela Cochar(40%), Odebrecht (40%) e Sonangol(20%), a Biocom está a investir

mais de um bilião de USD (750 milhões de USD na 1ª fase e 520 milhões de USD numa 2ª fase) na produção de cana de açúcar para produção de açúcar (comercializado com a marca Kapanda), etanol e energia. Na maturidade da 1ª Fase (safra 2020/21), a Biocom produzirá 256 mil toneladas de açúcar. Na safra 2017/18, a Biocom produzirá 235.000 MWh/ano de energia eléctrica o que equivale a alimentar mais de 250.000 lares. Também operacional está a Fazenda Pedras Negras, na região de Pungo Andongo, que tem uma extensão de

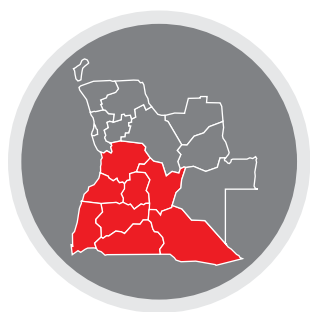
10 mil hectares e com uma área cultivável de 5 300 hectares. Ao nível agro-industrial destaca-se a construção de uma unidade de descaroçamento e fiação de algodão, no Cacuso.

O Turismo é outro ponto forte desta Província. As pedras Negras de Pungo Andongo (onde a Golden Hill está a desenvolver um complexo turístico) as quedas de Calandula (integrada no âmbito do polo de desenvolvimento turístico de Calandula), o Parque Nacional da Kangala, são alguns dos exemplos mais conhecidos.

UÍGE

O Plano de Desenvolvimento Provincial contempla 8 projectos estruturantes, entre os quais se destaca o cluster dos Transportes e Logística, em que se insere a reabilitação de estradas e do aeroporto provincial. Mas é no cluster da Alimentação e Agro-Indústria que os potenciais investidores nacionais e estrangeiros concentram atenções. A agricultura camponesa é o maior empregador da região, mas tanto o Executivo central como o governo provincial apostam em recuperar a industrialização dos produtos agrícolas, reabilitar a produção do café e desenvolver a exploração florestal. No plano das actividades de geologia e minas está previsto um projecto de exploração de Cobre em Tetelo e em Mavoio. A natureza, a beleza da paisagem natural, potenciam o desenvolvimento turístico da região: as quedas do Bombo, sobre o rio Cuilo, Massau e Camulungo, Lagoa do Feitiço, Vale do Loge, Pedras de N’Zinga N’Zambi, Cacula Quimanga, Tunda e a Reserva Florestal do Báu, com uma área de 1.400 quilómetros quadrados, são alguns exemplos. A indústria é quase inexpressiva na Província, onde o Estado ainda é (a par do comércio e agricultura informal) o principal empregador.





PROVÍNCIAS SUL

As províncias de Kwanza-Sul, Benguela, Huambo, Huíla, Bié detêm condições para produzir para os mercados extra-provinciais, um forte potencial de desenvolvimento urbano, industrial e para uma agricultura de cariz empresarial: já as províncias de Namibe, Cunene e Kuando Kubango caracterizam-se pela baixa densidade populacional, por serem agro-pastoris e por deterem um forte potencial de exploração de relações transfronteiriças, em especial no domínio do turismo.

BENGUELA

A província de Benguela corresponde a 3,2% do território, é das regiões mais populosas e detém um enorme potencial de crescimento económico indissociável do seu posicionamento geoestratégico. Por isso, o Plano Provincial de Desenvolvimento de Benguela 2013-2017 prevê 14 mil milhões de dólares de investimento em cinco eixos estratégicos resultantes de uma visão assente no conceito de “Cluster Distintivo” como alavanca de inovação e produtividade para contribuir para uma economia mais competitiva. No caso de Benguela, esse traço distintivo na clusterização de actividades económicas abarca as pescas, face a um potencial de capturas superior à média nacional; a logística e transportes, privilegiados pela localização de um porto de mar; o sal, aproveitando o binómio clima-solo para a criação de salinas; e o turismo, aproveitando a conciliação óptima das baías, praias e clima. De acordo com a consultora CESO, a combinação entre o potencial de desenvolvimento das actividades associadas

às pescas e ao sal enquadram-se num dos clusters prioritários no plano nacional, tal como a logística e transportes. Com o desenvolvimento do turismo, a região pode almejar participar numa escala global. A província de Benguela é central para impulsionar a conectividade angolana e o corredor do Lobito é estruturante na rede de transportes na África Austral. As infra-estruturas já existentes – porto, caminho-de-ferro, aeroporto internacional da Catumbela e os aeroportos provinciais de Benguela, Huambo, Cuito e Luena – a par das interligações rodoviárias a recuperar com a Zâmbia e o Congo, são decisivas para a maior integração de Angola na Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC) e para a criação de riqueza. O programa de investimentos públicos é ambicioso, envolvendo 3769 projetos distribuídos por cinco eixos de desenvolvimento, em que metade do investimento plurianual, sete mil milhões de dólares, será afecto ao vector de “aumento da atractividade da província”.

KWANZA SUL

A estratégia do Governo até 2017 para esta província assenta no reforço do potencial das cidades situadas no eixo litoral (Sumbe e Porto Amboim) e no eixo Luanda-Huambo (designadamente o Waku-Kungo). A localização privilegiada permite também a exploração empresarial nos corredores rodoviários Luanda-Dondo-Huambo e Luanda-Sumbe-Benguela. O cluster transportes e logística prevê a reabilitação de estradas até 2017. Em matéria de especialização produtiva está a ser feita uma forte aposta no sector industrial (pólo industrial de Porto Amboim e pólo industrial da Cela), desenvolvimento da fileira industrial do milho e do gado bovino. O projecto Aldeia Nova, o sistema de drenagem que lhe está associado e o projecto de relançamento do algodão são alguns dos projectos prioritários de uma província conhecida, sobretudo, pela produção do café. O relançamento desta cultura é uma das apostas do governo. A produção de café ocupa actualmente uma extensão aproximada de 18 mil hectares, uma área mínima quando comparada com os números da época colonial. Com uma orla marítima com 178 km, a pesca e a produção de sal são outras actividades económicas em desenvolvimento. No cluster energia e água ganha projeção a construção do aproveitamento hidroeléctrico de Caculo Cabaça. Este aproveitamento situa-se no curso médio do Rio Kwanza, a montante das quedas de Caculo Cabaça, estando a barragem localizada a cerca de 19 km a jusante da barragem do Aproveitamento de Laúca, actualmente em construção. A empresa portuguesa Coba foi responsável pelo estudo e projecto, devendo as obras de construção iniciarem em breve. A valorização das potencialidades turísticas da região é outro dos eixos prioritários.



Acelerador: Proximidade da Corrente Fria de Benguela
Potencial: Volume de captura superior à média nacional

Acelerador: Caminho de Ferro de Benguela; Porto de mar
Potencial: Dinamizar conectividade interna e internacional

PESCAS
TURISMO
LOGÍSTICA E TRANSPORTES
SAL

Acelerador: Recursos naturais (baías, praias)
Potencial: Integrar a cadeia global do turismo

Acelerador: Recursos naturais adequados
Potencial: Desenvolvimento salinas e sinergias com sector pescas

HUAMBO

A quarta província angolana, em termos de população, tem recursos hidrográficos determinantes para o futuro sustentável de Angola, consubstanciando potencial para ampliar a oferta hidroelétrica.

A estratégia definida pelo governo provincial até 2017 visa criar um território integrado com base num eixo urbano dinâmico nesta região central do país, que alberga cerca de dois milhões de habitantes, ou seja, 7,8% do total da população. A diversificação da estrutura produtiva assenta no aproveitamento dos amplos recursos endógenos. No universo da agricultura e pescas, a prioridade é fomentar a produção de cereais, feijão, soja, batata, grão-de-bico, café, milho, ginguba e sementes, além do redimensionamento do stock animal e do reforço da pesca continental. Para a indústria transformadora, os objectivos estratégicos visam o protagonismo do Polo Industrial de Caála, a criação de um porto seco como plataforma logística e um ramal ferroviário até Catata, para ligar todos os municípios. Além deste enfoque nas funções de pólo agro-industrial, a Província ambiciona ver reconhecidos os estatutos de “capital do conhecimento”, com âncora na futura cidade universitária José Eduardo dos Santos, e “capital ecológica”, através da concretização de 10 projectos estruturantes correspondentes a 1,2 mil milhões de dólares de investimento, dos quais 97,5% são absorvidos por seis intervenções.



EIXOS DE DESENVOLVIMENTO

Capital do Conhecimento

Capital Ecológica

Pólo Agrário Nacional

Pólo Agro-industrial Nacional

CLUSTERS PRIORITÁRIOS

ENERGIA E ÁGUA

- > aproveitamento hidroeléctrico (Jambaya-Mina)
- > reforço do sistema de abastecimento de água

TRANSPORTES E LOGÍSTICA

- > reabilitação de estradas
- > aeroporto do Huambo
- > construção do Centro de Logística e distribuição de Caála

1,2 mil MUSD

**DE INVESTIMENTO EM
EDUCAÇÃO E AMBIENTE**

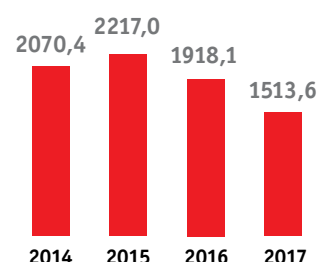
NAMIBE

Com menos de 500 mil habitantes, a província do Namibe estabeleceu seis opções estratégicas a concretizar até 2017. Na carteira de actividades, a agro-pecuária, as pescas e o turismo são dominantes na região, pelo que a gestão responsável dos recursos naturais é fundamental, dado tratar-se de um território de particular importância ecológica. O Parque Nacional do Iona e a Reserva Parcial do Namibe estão já instituídas e dever-se-á avançar para a protecção da Escarpa da Chela, da Orla Costeira, da Serra Neve e do Morro Maluco, visando assegurar práticas sustentáveis. Outro vector determinante envolve a formação de capital humano tanto nos sectores tradicionais como para aquisição de competências em novas actividades estratégicas como os transportes, logística e serviços de suporte e a agro-indústria. Esta aposta no talento e na inovação acentua a importância das cidades, seja na criação de emprego, seja na diversificação de funções e serviços. Daí que o programa de investimento público projecte mais de 7,7 mil milhões de dólares de investimento até 2017 para valorizar o contributo do Namibe no crescimento sustentado de Angola.



EIXO ESTRATÉGICO	1	Ambiente de Atractividade
EIXO ESTRATÉGICO	2	Ordenamento e Coesão Territorial
EIXO ESTRATÉGICO	3	Diversificação Económica
EIXO ESTRATÉGICO	4	Valorização dos Recursos Humanos
EIXO ESTRATÉGICO	5	Qualidade de Vida
EIXO ESTRATÉGICO	6	Quadro Institucional

INVESTIMENTO (em milhões de USDólares)



KUANDO KUBANGO

O que é que Kuando Kubango tem? Aparentemente tem tudo. Localizado no sudeste do país, longe vão os tempos em que o Kuando Kubango era chamado de “terras do fim do mundo”. A sua localização geográfica pode afastar esta província de Luanda mas aproxima-a de outros países vizinhos, como a Namíbia ou a Zâmbia. E é aqui que reside uma das suas maiores potencialidades, que será mais evidente quando os 200 km de rodovia que a vão ligar ao corredor Trans Kalahari (que se estende por mais de 1.900 km entre Walvis Bay-Windhoek-Gaborone-Johannesburg / Pretória) estiverem concluídos daqui por um ano.

A natureza foi generosa com esta província. Terrenos férteis para cultivo, solo rico em recursos minerais, densas florestas que cobrem cerca de 80% do território e paisagens e recursos naturais que abrem porta ao florescimento do turismo. Aliás a província integra o projecto transfronteiriço Okavango-Zambeze, sendo o potencial de crescimento do turismo cinegético muito forte (cerca de 2/3 da fauna da região do delta do Okavango, que cobre 5 países, estão no Kuando Kubango). Basta olhar para lá da fronteira com a Namíbia onde existem cerca de 120 unidades hoteleiras a funcionar, o que contrasta com as três existentes do lado angolano. Uma oportunidade que o empresário José Régio, do Grupo Tecnocarro, não deixou escapar, tendo já investido no sector hoteleiro. Nos últimos anos tem havido uma afluência crescente de investimento estrangeiro nesta província, que tem sido canalizado para a produção agro-pecuária (existem mais de um milhão de cabeças de gado), para a transformação de carne e a produção de ferro. A empresa brasileira Modulax iniciou em Agosto um projecto de produção de ferro gusa na província. Um investimento de 200 milhões de USD, que vai criar mais de 3500 postos de trabalho, e que foi justificado pela existência abundante de minério, de área para florestação, mão-de-obra e ligações, quer para o interior da SADC quer para o exterior, por via marítima, através da linha de caminho-de-ferro que liga Menongue, a capital, ao Porto do Namibe.

Uma das maiores apostas do governo tem sido a infra-estruturação da província: construção do aeroporto internacional, reabilitação e construção de estradas, do caminho-de-ferro e portos fluviais (nos rios Kuando, Kubango e Kuito), estando em construção um canal fluvial que vai ligar o território angolano com a Zâmbia. No entanto, muito há ainda a fazer nesta Província, que tem duas vezes e meio o tamanho de Portugal. Outra das maiores insuficiências da Província respeita à produção de energia.



BIÉ

Com uma área de 70314 km², é percorrido por vários cursos de água importantes, como o Kwanza, Kune, Kunhinga, Kunje, Kuquema, Kutato e Luando. A maioria dos rios do país nasce nesta Província, o que lhe confere um enorme potencial hidroeléctrico.

Os recursos minerais a região são também bem conhecidos, com jazidas de minério de ferro a 20 km do Andulo e de diamantes nos municípios de Tchitembo, Kuemba, Kamacupa, Andulo e Nhare.

As oportunidades de negócios existentes centram-se nas actividades logísticas e comerciais, serviços avançados (com seja ensino superior), indústrias de transformação de produtos agro-alimentares ou orientadas para o mercado interior, produções agrícolas industrializáveis e no turismo, tirando partido das belezas naturais e da associação à linha de caminho-de-ferro.



O Governador, Higino Carneiro, esteve em Setembro em Portugal, a falar sobre as potencialidades da província.

CUNENE

Comemorou em julho o 45º aniversário desde a sua desanexação da província da Huíla, em 1970. Mas o progresso e o desenvolvimento não têm tido um percurso fácil nesta Província, primeiro com a guerra e a invasão por tropas sul africanas, depois pela distância e a fraca infra-estruturação.



Muito mudou desde então. Hoje, a fronteira de Santa Clara e o entreposto fronteiriço de Ondjiva oferecem fortes possibilidades de desenvolvimento de actividades comerciais, logísticas e industriais, potenciadas pela ligação ao porto de Walvis Bay, na Namíbia. Mas é preciso reforçar a integração com o resto do país através da reabilitação e construção de ligações ferroviárias e rodoviárias inter-províncias. Em estudo está também a criação de uma zona económica especial nesta região fronteiriça.

As actividades agro-pecuárias têm um forte potencial de crescimento. A Fazenda Tchissole, com cerca de 10 mil cabeças de gado, é um dos investimentos de bandeira neste sector. A Fazenda detém um laboratório de inseminação artificial que irá contribuir para o aumento da qualidade dos efectivos. A jusante há que reforçar o investimento na indústria de abate e de transformação de carnes.

Um dos maiores investimentos em curso na província é o da reparação da Barragem de Calueque, situada a cerca de 13 km para norte da fronteira com a República da Namíbia e a cerca de 45 km a montante das quedas do Ruacanã. As obras de construção estão em fase final de execução, devendo o empreendimento entrar em fase de ensaios em Março de 2016.

HUÍLA

O imenso potencial agrícola e pecuário da província de Huíla é amplamente reconhecido, assim como a sua posição estratégica na ligação do litoral ao *hinterland*. Marcelino Tyipinge, Governador da Província, quer atrair empresários de todos os sectores de actividade e elevar os padrões de desenvolvimento económico e social em todo o território sob sua tutela. O Fórum de Negócios e Oportunidades Investimento - INVEST HUÍLA/2015, realizado em Outubro, foi um dos primeiros passos nesse sentido.



Investimentos a bom ritmo

Que retrato traça hoje da província da Huíla, quer na vertente económica quer social?

A Província da Huíla apresenta francos progressos no desenvolvimento económico e social. E isto pode ser comprovado pelos vários programas e projectos concluídos e em execução, projectos esse que têm por objectivo reduzir as assimetrias entre os vários municípios, melhorar as acessibilidades rododiferroviárias, facilitar o acesso aos serviços sociais básicos e aumentar a produção, entre outros.

Pode avançar alguns exemplos?

Nos últimos quatro anos foram construídas 67 novas escolas e 61 novas unidades sanitárias em várias localidades da Província; reabilitámos 150 km de estradas secundárias, o que melhorou bastante a mobilidade das populações e o transporte de mercadorias terciárias. De tal ordem, que se verificou um aumento significativo nas trocas comerciais com outras províncias e o incremento da base logística local.

Mas voltando à Educação, temos neste momento 1.826 escolas nos vários níveis de ensino, perfazendo 7.710 salas de aulas que beneficiam 855.680 alunos, o que representa um crescimento de 18,7% nos últimos quatro anos; e conseguimos reduzir o número de turmas ao ar livre em 26,9%. Na Saúde, destaco o maior acesso à rede pública por parte dos utentes. Há neste momento 272 unidades sanitárias públicas, das quais quatro são hospitais provinciais, um é regional e três são municipais (Matala, Jamba e Cuvango), bem como 131 unidades sanitárias privadas, o que tota-

liza 413 unidades para o atendimento da população. Há mais pontos de fornecimento de água potável (62% da população está já abrangida pela rede de distribuição de água), aumentámos a rede de distribuição de energia eléctrica e, graças ao aumento do volume de negócios realizados na Província, o nível do emprego e a situação económica das famílias está a melhorar.

EDUCAÇÃO, SAÚDE E INFRA-ESTRUTURAS DE APOIO AOS INVESTIDORES

Quais são os grandes projectos de investimento em curso na Província?

Há vários projectos de investimento público em curso, principalmente na vertente de infraestruturas. Por exemplo, a Centralidade da Quilemba (11.000 fogos habitacionais) e a Centralidade da Eiva (400 fogos habitacionais) e a disponibilização de 1.898 lotes para a autoconstrução dirigida no Lubango; a construção de 200 casas em cada um dos municípios; a construção de três novas unidades sanitárias de referência (Maternidade, Pediatria e Psiquiatria); novas estações de captação, tratamento e distribuição de água nos municípios da Matala, Humpata, Quipungo, Jamba e Chibia; a reabilitação de estradas secundárias e terciárias; assim como a construção de infra-estruturas de apoio ao empreendedorismo e à produção comercial. I

No sector da Educação, está em curso a construção de 17 novas escolas em várias localidades, no âmbito do Programa de Combate à Pobreza, assim como a reabilitação e ampliação do Instituto Médio Agrário do Tchivinguiro, a construção de

dois institutos de ensino politécnico na Centralidade da Quilemba, uma escola de formação de professores, 7 escolas para vários níveis de ensino (Primário ao 2º Ciclo) e o Instituto Médio Politécnico de Caluquembe. Gostava de salientar que, em simultâneo, estão a decorrer vários programas de âmbito social, como o fornecimento da merenda escolar a mais de 80.000 crianças do ensino primário, cujo objectivo fundamental é a redução da evasão escolar, especialmente nas comunidades mais vulneráveis, e o programa "Sim Eu Posso", que visa a redução do índice de analfabetismo e que beneficia mais de 25.000 adultos, dos quais 52% são mulheres.

E no sector agrário, que é um dos que apresenta maior potencial de desenvolvimento na Província?

Há efectivamente inúmeros programas que visam aumentar a produção e a produtividade na Província, a começar pela disponibilização de mais de 650.000 hectares anuais para a produção de cereais, tubérculos e hortaliças, bem como a implementação de projectos de fruticultura em vários municípios.

No âmbito do Programa Municipal Integrado de Desenvolvimento Rural e Combate à Pobreza (PMIDRCP) foram já reabilitadas/reconstruídas várias mangas de vacinação e tanques banheiro em todos os municípios da Província. Está em curso o programa de estudos e prospecção da actividade mineira e o fomento da exploração de rochas ornamentais e semipreciosas. Ainda no sector mineiro, está em curso o projecto

PLANAGEO, que visa o levantamento aerogeofísico, elaboração de cartas geológicas e estudos geoquímicos para a prospecção, diversificação mineira e desenvolvimento do sector, sob égide do Governo Central com incidência na província da Huíla.

A valorização do património cultural, a recuperação dos sítios turísticos de referência e a promoção do turismo têm também sido alvo de investimento público mas no sentido de potencializar a arrecadação de receitas, através da atracção de um maior número de turistas para a província.

E investimentos do sector privado na Província?

No domínio privado, há vários projectos em curso, especialmente aqueles apoiados pelo programa Angola Investe. Para a Huíla foram aprovados 25 projectos, dos quais 16 já estão financiados (no valor de 2.294.200.000,00 Akz) e em concretização. Estes projectos estão orientados para os sectores da agricultura, pecuária e pescas, indústria transformadora e extractiva, materiais de construção e serviços de apoio ao sector produtivo. A execução plena destes projectos compreenderá um investimento total de 3.202.000.000,00 Akz, gerando empregos directos e permitindo a criação de empregos indirectos, nomeadamente pelo surgimento de serviços de apoio à produção e à consolidação da cadeia de comercialização dos produtos.

Actualmente os sectores que mais contribuem para a economia da Província são os da construção civil, indústria extractiva, indústria de bebidas e agro-pecuária, seguidos dos serviços e turismo.

A província está bem bem apetrechada de infra-estruturas e acessibilidades rodoviárias e aeroportuárias?

Sim! A Huíla tem uma localização geográfica estratégica na região sul de Angola, o que a torna numa plataforma logística de grande importância, pois faz a ligação das regiões fronteiriças com o resto do país, e tem um parque comercial em franco crescimento. A Huíla é atravessada pelas principais estradas nacionais que ligam o país à fronteira sul, recentemente reabilitadas pelo Governo Central, como as estradas de ligação com as províncias do Namibe, Benguela, Huambo e Cuando-Cubango. Além disso, temos a linha dos Caminhos-de-Ferro de Moçamedes, que liga o porto do Namibe à província do Kuando-Kubango,

PROJECTOS AGRO-PECUÁRIOS EM CURSO NA HUÍLA

- > Projecto do Waba (perímetro irrigado do Waba, em Caconda), com 88.644 hectares de terra arável para culturas de milho, trigo e leguminosas;
- > Projecto Humpata (perímetro irrigado das Neves), com 1.600 hectares de terra arável para fruteiras de clima temperado, tubérculos como batata rena e algumas hortícolas (alho, cebola, repolho etc);
- > Projecto Matala, com 10.000 hectares de terra arável para culturas de cereais, batata rena e hortícolas diversas e fruteiras das zonas tropicais;
- > Projecto Gangelas (perímetro irrigado da Chibia), com 2.000 hectares de terra arável, para cultivo de fruteiras de clima tropical com impacto na produção agrícola de grande escala (cereais, leguminosas como feijão e ervilha, tubérculos como a Batata-Rena, e hortofrutícolas);
- > Município da Chibia, está em curso a construção de uma cadeia de frio para armazenamento de 900 toneladas de produtos agrícolas no perímetro agrícola das Gangelas.

Há vários projectos em desenvolvimento no sector da Pecuária, dado o potencial que a Província tem neste domínio, uma vez que detém o maior rebanho bovino do país (1.243.073 cabeças), nomeadamente:

- > Programas de vacinação de animais e a produção de vacinas pelo laboratório regional de veterinária da Huíla;
- > Construção de um matadouro industrial para o processamento da carne;
- > Projecto de Combate a Zoonoses, com registo de animais e construção de matadouros, casas de matanças e sala de abate, para conferir maior salubridade aos produtos pecuários, disciplinar e desencorajar os abates clandestinos.

o que significa que atravessa a província da Huíla e permite o transporte de mercadorias e de passageiros de forma mais eficiente e menos onerosa. Há cinco anos foi edificado, no Lubango, o Aeroporto Internacional da Mukanka. Esta infraestrutura está capacitada para voos domésticos e internacionais de passageiros e cargas, o que facilita a actividade empresarial e turística na Província. Além deste, existem ainda pequenos aeródromos estrategicamente situados em alguns municípios da Província que são muito úteis para as empresas instaladas ou que venham a instalar-se na região.

Quantas empresas existem na Província? E em que sectores de actividade?

A Província da Huíla tem mais de 5.705 empresas, na sua maioria (81%) do ramo do comércio. Do total, cerca de 77% são micro e pequenas empresas. O turismo ocupa 15% das empresas e, do total, apenas 3% se dedica ao sector industrial.

O Governo Provincial tem procurado promover parcerias entre o empresariado local, de forma a permitir um desenvol-

vimento integrado e consistente da sua actividade, através de fóruns, exposições e seminários que proporcionam novas oportunidades de negócios e captação de investimento externo (nacional e estrangeiro) e a identificação de novos nichos de mercado. Associado a isto, estão os incentivos fiscais previstos na lei do investimento privado, a capacitação dos empresários em matéria de gestão e a criação de estratégias para facilitar o acesso aos financiamentos junto a banca comercial local.


Qual o balanço que faz das parcerias entre empresas portuguesas e empresas da região?

As empresas portuguesas estão entre os principais investidores estrangeiros na Província, sendo imediatamente seguidas por empresas de origem chinesa e sul africana. As parcerias com os investidores portugueses tendem a crescer, devido à natureza histórica das relações comerciais e de investimento entre os dois países. #

ATLANTICO DIRECTO. O CENTRO ATLANTICO À DISTÂNCIA DE UM TOQUE.

Agora o **ATLANTICO Directo** é voz, net, mobile e tablet.
Com atendimento 24h, faça pagamentos, transferências,
consultas e muito mais.

Para mais informações, visite o **Centro ATLANTICO**
mais próximo de si, acesse a www.atlantico.ao ou contacte-nos
através do **ATLANTICO Directo**: 226 460 460 ou 923 168 168.

 Visite-nos no Facebook
www.facebook.com/bancoprivadoatlantico

ATLANTICO **DIRECTO**



É VOZ.



É NET.



É MOBILE.



É TABLET.



ATLANTICO

Futuro com valores.

BANCO PRIVADO ATLANTICO



José Luís de Carvalho, Lda



**Soluções à medida
das suas necessidades...**

**Máquinas e Ferramentas
Material Eléctrico
Equipamentos de Escritório
Material de Escritório
Material Escolar
Prestação de Serviços**

Benguela (Sede)

R. Machado dos Santos, 34 - 36
tel.: +244 272 232 781 / 2 / 3 / 4
fax: +244 272 235 024
email: jmarques@jlc.co.ao

Luanda (Delegação)

Av. Cte. Valódia, 76 - 88
tel.: +244 222 445 062 / 3 / 4
fax: +244 222 442 896
email: amarques@jlc.co.ao

www.jlc.co.ao

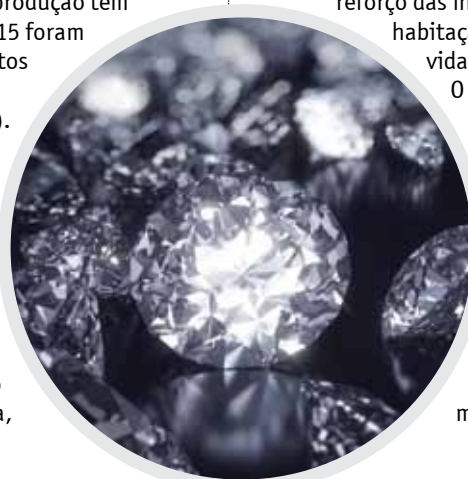


PROVÍNCIAS LESTE

A Leste a prioridade vai para a criação de condições para o arranque da agricultura a formalização das economias rurais, para o povoamento rural e para uma economia urbana com base nos serviços, no turismo, na logística e na indústria.

LUNDA NORTE

Chimbongo, Chitolo, Luana, Cassanguindi, Cuango, Lucapa e Luremo são alguns dos projectos diamantíferos em curso na Província. A exploração diamantífera domina a economia da região. A construção da Centralidade do Dondo, no âmbito do programa de habitação nacional, impulsionou a actividade de construção civil nesta província. Mas é a agricultura a principal actividade empregadora. Cerca de 20 mil famílias, 94 empresas agrícolas, 590 associações de camponeses e 109 cooperativas, encontram ali o seu sustento. E os volumes de produção têm estado a subir. Na campanha agrícola de 2014/15 foram produzidas mais de 600 mil toneladas de produtos diversos (mandioca, batata rena, batata doce, milho, ananás, tomate, repolho, feijão e couve). No cluster Alimentação e Agro-Indústria um dos maiores investimentos privados (e que teve também o apoio público), no montante de 29 milhões de USD, foi canalizado para a Fazenda Agro-Pecuária da Cacanda, localizada próximo da fronteira com a República Democrática do Congo. Mas os investimentos públicos concentram-se no cluster dos transportes e logística (reabilitação de estradas e do aeroporto) e na energia e água, com o reforço da potência do aproveitamento hidroeléctrico de Luachimo.



LUNDA SUL

A indústria diamantífera domina a economia desta Província, que alberga alguns dos maiores projectos diamantíferos do mundo, como é o caso da Sociedade Mineira do Catoca ou da Sociedade Mineira Camatchia Camagico (Luo). A exploração mineira tem impulsionado o investimento nos serviços, nas infra-estruturas de transporte e de energia. Hoje, a capital, Saurimo, conta com um moderno aeroporto (Aeroporto Deolinda Rodrigues) e a energia produzida pela hidroeléctrica do Chicapa ilumina a cidade. O reforço das infra-estruturas de saúde, de educação e habitação contribuíram para a melhoria do nível de vida das populações.

O grande desafio reside na diversificação das actividades, em especial no envolvimento das empresas diamantíferas em projectos de apoio a micro-empresas e de desenvolvimento da agro-pecuária. No âmbito do programa de combate à pobreza da região há dois projectos que se destacam: o centro de reprodução de sementes, o primeiro no Leste do país, e um projecto de piscicultura que pretende desenvolver vários viveiros nos diferentes municípios da província.

MOXICO

Em Fevereiro deste ano José Eduardo dos Santos, Joseph Kabila e Edgar Lungu, os três chefes de Estado de três potências africanas - Angola, República Democrática do Congo e Zâmbia - reuniram-se na cidade fronteiriça do Luau, no Moxico, para a cerimónia de inauguração da estação e ponte ferroviária transfronteiriça sobre o rio Luau. Estava inaugurada a ligação ferroviária para o interior do continente africano. A estação do Luau é o último ponto em solo angolano do Caminho-de-Ferro de Benguela. Esta linha liga o Lobito ao Luau, numa extensão de 1344 quilómetros, que atravessa as províncias de Benguela, Huambo, Bié e Moxico. É a 'espinha dorsal' do sistema de transportes de toda a zona central de Angola e um eixo fundamental de ligação

dos países do 'hinterland', designadamente a República Democrática do Congo e a Zâmbia, ao Atlântico. O comboio liga, duas vezes por semana, Luau a Luena (capital de Província), uma distância de 300 km. Estão criadas condições propícias para o desenvolvimento de uma plataforma logística no Luau, que beneficia ainda da existência de um moderno aeroporto. O plano de desenvolvimento do Governo assume Luena como centro económico e comercial do leste do país e o centro de indústrias de consumo para esta região e para os países vizinhos. Está em curso uma segunda fase de expansão dos caminhos-de-ferro, com a construção de uma linha com a extensão de 280 km que irá ligar Luacano a Jimbe e à fronteira com a República da Zâmbia. A Fazenda Agro-Industrial de Camaiangala e o Projecto de

Desenvolvimento Agro-Industrial do Luena destacam-se no cluster alimentação e agro-Indústria. Orçado em 70 milhões de USD, o projecto de Camaiangala está implantado numa área de 16 mil hectares, na confluência dos rios Cassai e Luxia, e contempla o cultivo de feijão, batata-doce e rena, amendoim, melancia, arroz, milho e hortícolas diversas, no sistema de irrigação e de sequeiro.





Lei do Investimento Privado Novas regras para investir em Angola

Após quase um ano e meio em preparação, a nova lei de investimento privado foi finalmente publicada em Agosto. O diploma reduz a burocracia, diminui as barreiras ao investimento estrangeiro e clarifica as regras de atribuição de benefícios e incentivos. Mas nem tudo são facilidades.

A quebra do preço do petróleo no último ano colocou Angola perante um novo (mas já velho) desafio: como diversificar a economia e torna-la menos dependente do petróleo? Perante este 'novo' contexto económico, - que sem o fim da crise à vista é agora o 'novo normal' -, o país precisa de continuar a atrair investimento, em particular para as áreas e sectores onde ele é de facto necessário. E neste domínio a nova lei, que levou mais de um ano a preparar, representa uma 'mudança de 180º' face ao diploma anterior, aprovado em 2011. O novo contexto exige a mudança. É necessário mais investimento e não apenas grandes investimentos. Em suma, "a nova lei representa uma mudança de paradigma, face à realidade dos últimos 4 anos", sintetiza o advogado Alberto Galhardo Simões, sócio da Miranda & Associados.

T MANUELA SOUSA GUERREIRO | F beCOMM; DR

O fim da imposição do montante mínimo de um milhão de USD para os investidores estrangeiros, que passam agora a poder repatriar dividendos independentemente do valor investido, é a primeira grande mudança a assinalar. “Este novo regime tem capacidade para atrair mais investimento estrangeiro, sobretudo, investimentos de pequena e média dimensão que agora já não estão sujeitos ao limite do milhão de USD”, explica Alberto Galhardo Simões. A advogada angolana Teresa Boino subscreve a opinião do colega de profissão. “É uma boa mudança, é o assumir que Angola (e em especial as províncias) precisa dos pequenos e dos médios investidores estrangeiros”, afirma.

No entanto, os investidores estrangeiros que quiserem usufruir dos benefícios e incentivos fiscais previstos na lei vão mesmo ter de investir no mínimo 1 milhão de USD. Este valor desce os 500 mil USD quando o investimento é de origem nacional. “Em ambos os casos a fasquia poderia ter sido menor, mas a nova lei trouxe de facto uma maior clareza e objectividade nesta matéria. Ao abrigo da Lei de 2011, a concessão dos incentivos fiscais era bastante discricionária. Havia parâmetros gerais mas, entre um mínimo e um máximo, competia a uma comissão decidir o valor dos incentivos a atribuir. Ora, não se capta IDE com incertezas, antes com medidas objectivas que criem segurança nos investidores e, nesse sentido, a nova lei é um passo em frente”, sustenta Teresa Boino.

Os benefícios e incentivos fiscais concedidos pela nova LIP incluem a redução gradual de Imposto Industrial, do SISA e do Imposto sobre Aplicação de Capitais de acordo com os postos de trabalho a criar, a localização do projecto, a participação de accionistas angolanos, o valor acrescentado nacional ou/e projectos que contemplem produção destinada à exportação. Os benefícios e incentivos fiscais são concedidos em função de um sistema de pontos e vigoram entre 1 e 10 anos. A nova Lei reduz para duas as zonas de desenvolvimento: a Zona A, que compreende a província de Luanda, os municípios-sede das províncias de Benguela, Huíla e o município do Lobito, e a Zona B, que compreende todo o restante país. Não obstante, a LIP estende os incentivos e benefícios fiscais às zonas económicas especiais e aos pólos de desen-

volvimento. De acordo com o novo quadro legal, o investidor estrangeiro tem o direito a repatriar os seus lucros e dividendos, depois do projecto de investimento estar implementado e mediante prova da sua execução. Contudo, o montante de dividendos e lucros a transferir para o exterior fica sujeito à obrigação de pagamento do Imposto sobre a Aplicação de Capitais, IAC, na componente que ultrapassar a participação nos fundos próprios: “15%, quando o valor excedente

for de 20%; 30%, quando o valor excedente for superior a 20% e inferior a 50%; e de 50% quando o valor excedente ultrapassar os 50%”. Um imposto criado com o objectivo de incentivar o reinvestimento no país, mas que pode muito bem funcionar como desincentivo para o investidor estrangeiro. “Ainda que se compreenda a preocupação do Governo em acabar com a chamada ‘economia de casino’, esta taxa pode constituir um desincentivo ao investimento estrangeiro. As autoridades angolan-



“NÃO SE CAPTA IDE COM INCERTEZAS, ANTES COM MEDIDAS OBJECTIVAS QUE CRIEM SEGURANÇA NOS INVESTIDORES E, NESSE SENTIDO, A NOVA LEI É UM PASSO EM FRENTE, Teresa Boino, advogada angolana

DIREITO A REPATRIAR LUCROS OU DIVIDENDOS

Dependente de prova de implementação do projecto de investimento, mas sem limitações temporais

Cumprimento das obrigações fiscais

Cumprimento do procedimento cambial tendencialmente mais célere, previsto no Aviso do BNA 13/14, de 24 de Dezembro de 2014

TAXA SUPLEMENTAR DE IMPOSTO SOBRE APLICAÇÃO DE CAPITAIS

APLICÁVEL À COMPONENTE DE LUCROS OU DIVIDENDOS QUE EXCEDER A PARTICIPAÇÃO DO INVESTIDOR NOS FUNDOS PRÓPRIOS

15% quando o valor excedente for até 20%

30% quando o valor excedente for entre 20% e 50%

50% quando o valor excedente for superior 50%

Não aplicável a lucros ou dividendos reinvestidos no país – incentivo ao reinvestimento

Fonte: Miranda e Associados

EMPRESA ANGOLANA

Sociedade unipessoal ou pluripessoal, legal e regularmente constituída, com sede em território nacional, em que pelo menos 51% do capital social seja propriedade de cidadãos angolanos.

Fonte: Lei 14/15, de 11 de Agosto

INVESTIMENTO INDIRECTO

Todo o investimento interno ou externo que compreenda, isolada ou cumulativamente, as formas de empréstimo, suprimento, prestações suplementares de capital, tecnologia patenteada, processos técnicos, segredos e modelos industriais, franchising, marcas registadas e outras formas de acesso à sua utilização, seja em regime de exclusividade ou de licenciamento restrito por zonas geográficas ou domínios de actividade industrial e/ou comercial.

BENEFÍCIOS E INCENTIVOS FISCAIS

Fonte: Miranda e Associados

Criação de postos de trabalho para nacionais	Até 50 postos 5,00%	>50 <100 7,50%	>100 <500 10,00%	>500 12,50%
Valor do Investimento em Akz equivalente a:	>US\$ 500.000 <US\$ 5M 5,00%	>US\$ 5M <US\$ 20M 7,50%	>US\$ 20M <US\$ 50M 10,00%	>US\$ 50M 12,50%
Localização do Investimento	Zona A 7,50%		Zona B 15,00%	
Produção agrícola, pecuária, silvícola, pescas e respectivas agro-indústrias e conexas	Zona A 7,50%		Zona B 15,00%	
Produção destinada à Exportação	Até 25% 7,50%	>25% <50% 10,00%	>50% <75% 12,50%	75% 15,00%
Participação Accionista de Angolanos	>10% <20% 7,50%	>20% <35% 10,00%	>35% <45% 12,50%	>45% <50% 15,00%
Valor acrescentado nacional	Até 25% 7,50%	>25% <50% 10,00%	>50% <75% 12,50%	75% 15,00%

Aplicação da tabela: atribuição de incentivos fiscais de 1 a 10 anos

Pontos Percentuais	Anos
10 a 30 pontos	4
31 a 50 pontos	6
51 a 70 pontos	8
70 a 100 pontos	10

PRAZO MÁXIMO DE BENEFÍCIOS E INCENTIVOS FISCAIS 10 ANOS

lanas deram dois passos em frente quando recuaram na exigência do mínimo de 1 milhão de USD, mas deram outro atrás com a criação deste imposto. Há formas mais positivas de incentivar o reinvestimento no país”, explica Teresa Boino. A nova lei é também mais limitativa no que diz respeito ao investimento indirecto, que não deve exceder os “50% do valor total do investimento”. O texto da Lei restringe ainda os suprimentos dos sócios ou accionistas a “30% do valor do investimento realizado pela sociedade constituída, sendo apenas reembolsáveis passados 3 anos a contar da data de registo nas contas da sociedade”.



“É ESPECTÁVEL QUE O FIM DO MONTANTE MÍNIMO DE INVESTIMENTO DE 1 MUSD VENHA A PERMITIR UM AUMENTO DO INVESTIMENTO EXTERNO NO SECTOR DOS SERVIÇOS EM GERAL E SOBRETUDO NOS PEQUENOS NEGÓCIOS QUE ANTIGAMENTE NÃO PODIAM ASPIRAR A INTERNACIONALIZAR-SE PARA ANGOLA”,
Alberto Galhardo Simões, sócio Miranda e Associados

PARCERIAS OBRIGATÓRIAS E INEQUÍVOCAS

Outra das grandes novidades desta nova Lei é a obrigatoriedade de constituição de parcerias em alguns sectores de actividade económica, nomeadamente: “electricidade e água, hotelaria e turismo, transporte e logística, construção civil, telecomunicações e tecnologias de informação e meios de comunicação social”. Nestes seis sectores de actividade, o investimento estrangeiro só é permitido “no caso de ocorrer em parceria com cidadãos angolanos, com empresas de capital público ou empresas angolanas, em que aqueles detenham pelo menos 35% do capital e participação efectiva na gestão reflectida no acordo de accionistas”. Uma imposição que vai ao encontro do que já é uma prática por parte da grande maioria de investidores estrangeiros. “No sector petrolífero, as parcerias com sócios locais há muito que se tornaram regra, sendo já encaradas com natura-

lidade pelos investidores internacionais. Nas demais indústrias, e mesmo naquelas em que a existência de um sócio local não é legalmente imposta, tem vindo a registar-se a tendência para a formação de parcerias entre os investidores estrangeiros e nacionais, estes mais conhecedores da realidade e do mercado angolano. Estamos convencidos que o facto de serem agora impostas parcerias locais em determinados sectores de actividade, não configurará um elemento dissuasor do investimento estrangeiro”, reflecte Alberto Galhardo Simões.

A necessidade qualificar o empresariado nacional é grande e só isso justifica a criação de quase que uma “quota” de participação nas actividades-alvo. De um modo geral, a nova lei vem “reforçar a promoção e a protecção do investidor nacional, não só pela introdução da obrigação de existência de parcerias, como através da possibilidade de atribuição de incentivos e benefícios

fiscais a investimentos nacionais de valor em kwanzas equivalente ou superior a 500 mil USD”, explica o sócio da Miranda. Teresa Boino lembra, a propósito, que “é necessário concatenar esta Lei com outros diplomas que visam fomentar o empresarial nacional. Esta lei não é a única que concede incentivos. Existe a Lei das Micro Pequenas e Médias Empresas, entre outros programas”.

Quer para nacionais quer para investidores estrangeiros, e “tendo em consideração a conjuntura económica e cambial actual” esta lei, na opinião de Alberto Galhardo Simões, “representa um grande avanço tendente à promoção e captação de mais investimento. Ainda assim, “mesmo considerando o regime introduzido pela nova lei, somos de opinião que o processo de investimento privado em Angola continua a ser um dos mais complexos, quando comparado com os demais países africanos com os quais a Miranda trabalha”. #

Terá África descoberto o seu melhor recurso?

ey.com/cr #BetterQuestions

Quanto melhor a pergunta. Melhor a resposta. Melhor trabalha o Mundo.

Novo regime, novos procedimentos

A nova legislação vem revolucionar a captação de investimento privado em Angola, em especial de IDE. A questão que se coloca agora é a de saber até que ponto a descentralização da tomada de decisão pelos diferentes ministérios vai tornar o processo mais célere.

T MANUELA SOUSA GUERREIRO | F beCOMM; DR

Com o fim da Agência Nacional de Investimento Privado, e não obstante a entrada em vigor do regulamento da LIP a 30 de Setembro, até meados de Outubro não era ainda possível submeter novos projectos de investimento na maioria dos ministérios. São estes agora a nova 'porta de entrada' para os projectos de investimento estrangeiro que envolvam montantes até 10 milhões de USD. Este compasso de espera tem estado a desesperar empresários e a atrasar a entrada de novos investimentos no país. O novo quadro legal faz uma separação clara entre as entidades que são envolvidas no processo negocial e as entidades que têm competência para aprovar os projectos de investimento, separação essa que difere consoante o valor do investimento a realizar. No plano central compete ao Presidente da República, enquanto titular do poder executivo, definir

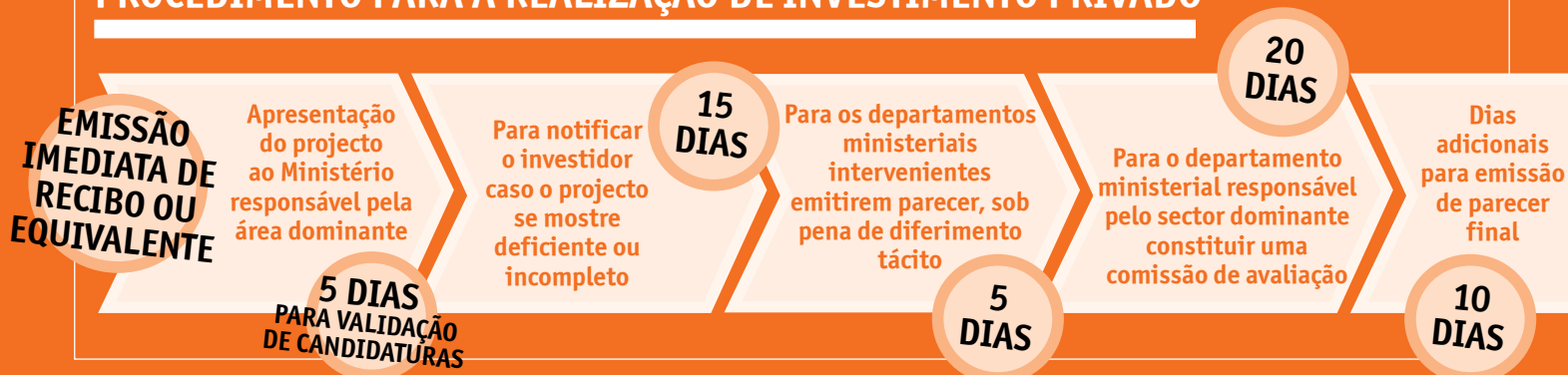
e aprovar a política geral de investimento e aprovar directamente os investimentos de valor igual ou superior a 10 milhões de USD. Para assessorar o Chefe de Estado nesta matéria foi criada uma Unidade Técnica para o Investimento Privado, UTIP, junto da Presidência. Esta UTIP é liderada por Ernesto Manuel Norberto Garcia e por Luís Domingos José, respectivamente director e director adjunto, que terão a auxilia-los um conjunto de órgãos de apoio, entre os quais uma 'comissão de avaliação e negociações' e vários departamentos ('administração e finanças', 'avaliação e análise de projectos de investimento', 'jurídico' e de 'acompanhamento e fiscalização'). A esta UTIP compete a recepção, avaliação, negociação e celebração de contratos relativos a grandes projectos de investimento no país. Para investimentos inferiores a 10 milhões de USD, a recepção das propostas,

a negociação e a aprovação compete ao ministério que tutelar o sector de actividade onde o projecto vai ser desenvolvido. Porém, os ministérios não estão sozinhos nesta complexa tarefa. No plano operacional há vários organismos a intervir no processo.

A grande novidade é a criação de Unidades Técnicas de Apoio ao Investimento - UTAI junto de cada um dos ministérios. Estas unidades deverão funcionar em estreita colaboração com os Gabinetes de Estudo, Planeamento e Estatísticas (GEPE) dos ministérios e serão responsáveis por todos os procedimentos - recepção, avaliação, negociação, aprovação e celebração de contratos - referentes às propostas de investimento privado até 10 milhões de USD.

Os Governos provinciais irão também contar com a assessoria de Unidades Técnicas de Apoio ao Investidor mas, como o

PROCEDIMENTO PARA A REALIZAÇÃO DE INVESTIMENTO PRIVADO



nome indica, apenas para prestar apoio e orientação na relação com os investidores. Estas unidades não irão recepcionar propostas de investimento.

Outra vertente importante no novo quadro estratégico é a criação da Agência de Promoção do Investimento e das Exportações de Angola, instituição que visa captar o investimento estrangeiro e promover os produtos e as marcas nacionais tanto internamente como, sobretudo, no exterior.

Instituições como o Serviço de Migração e Estrangeiros de Angola, SME, (ao nível da concepção e facilitação de vistos), o Guiche Único de Empresa, GUE, o Instituto Nacional de Apoio as Micro, Pequenas e Médias Empresas, INAPEM, o Instituto de Fomento Empresarial, IFE, o GUI (serviços de simplificação de registo de imóveis), as ZEE, Zonas Francas e Pólos Industriais têm estão também instruídos para desburocratizar os serviços no actual contexto de atracção do investimento estrangeiro.

“As grandes linhas orientadoras do investimento privado promovem a articulação concertada de todas as entidades envolvidas na promoção do investimento com o objectivo de facilitar a presença de investidores estrangeiros em Angola”, explica a advogada angolana Paulette Lopes, Sócia da FBL Advogados. Para a especialista, que esteve recentemente em Portugal numa sessão de esclarecimento sobre a nova LIP organizada pela sociedade Abreu Advogados, muito do sucesso deste novo modelo descentralizado reside na capacidade da sua implementação.

“Há a clara percepção de que captação do investimento privado é uma prioridade nacional e, na realidade, o essencial do quadro legal já está criado. Pelo que:

sabendo quem tem competência para negociar, permitindo a Lei que o ministro delegue em serviços do seu Ministério a negociação desses investimentos, não há nada que impeça que se comece já a trabalhar”, admitia a advogada angolana no final de Outubro. É que, essa é de facto a principal questão no momento: quando é que será possível voltar a apresentar projectos de investimento em Angola? Apesar do Regulamento ter entrado em vigor no dia 30 de setembro de 2015, a resposta a esta questão não está (à data de fecho da edição) ainda clara, na medida em que nem todos os 35 ministérios têm as respectivas UTAI criadas e operacionais.

VIA VERDE PARA O INVESTIMENTO PRIVADO

Para além das UTAI, o Governo está a estudar a implementação de um Sistema Integrado de Gestão do Investimento Privado (SIGIP), que constituirá uma espécie de “one stop service”. Na prática, esta será uma plataforma multicanal que servirá de principal ponto de contacto com os investidores. O SIGIP assenta num conjunto de portais que estão actualmente em construção: o portal da APIEX; portal do investidor; e a plataforma digital de submissão de projectos de investimento privado.

Este “One Stop Service”, funcionará como ‘porta única’ de submissão das propostas de investimento privado, seja ele nacional ou estrangeiro. Um local que agrega todos os serviços e informações que o investidor privado precisa de ter acesso para concretizar o seu investimento e que lhe permite acompanhar de forma clara e transparente cada fase em que o processo se encontra. #

NOVAS ENTIDADES

As competências para aprovar, acompanhar e fiscalizar projetos de investimento ficaram, segundo o Regulamento, repartidas da seguinte forma:

- (i) Projectos de investimento até USD 10.000.000,00 (dez milhões de dólares dos Estados Unidos da América) - departamento ministerial da área da actividade dominante do investimento, por intermédio das respetivas Unidades Técnicas de Apoio ao Investimento;
- (ii) Projectos de investimento de montante superior a USD 10.000.000,00 (dez milhões de dólares dos Estados Unidos da América) e investimentos nos sectores financeiro, mineiro e diamantífero – Presidente da República, através da Unidade Técnica para o Investimento Privado do Titular do Poder Executivo;
- iii) Investimentos de montante superior a 50 milhões de dólares que criem entre 200 a 500 postos de trabalho para cidadãos angolanos (dependendo da zona onde o projecto ficar instalado) - será criada Comissão de Negociação de Facilidades e Incentivos para negociar os incentivos com o investidor.

**INDEFERIMENTO
3 DIAS**

Para comunicar de forma fundamentada a decisão de indeferimento

**DEFERIMENTO
10 DIAS**

Para notificar o investidor sobre a data de formalização do contrato

CONTRATO

Remissão cópia do CRIP ao MINFIN e ao BNA

DOCUMENTOS A APRESENTAR

- O projecto deve ser apresentado em formulário próprio, disponível nos ministérios ou na UTIP. A documentação terá que ser entregue em duplicado.
- Cópia da documentação legal do proponente, designadamente os estatutos da empresa e certidão do registo comercial, caso seja uma pessoa colectiva;
- Estudo de viabilidade técnica, económica e financeira do projecto;
- Estudo do impacto ambiental do projecto;
- Documentos que atestam a situação financeira e técnica da empresa promotora do investimento.

Fonte: Decreto Presidencial nr. 182/15, 30 Setembro

A Agência para a Promoção do Investimento e Exportações de Angola - APIEX - é a nova estrutura do Governo vocacionada para a promoção e captação de investimentos e para a divulgação das potencialidades económicas do país, da sua imagem, marcas e produtos no exterior.

T MANUELA SOUSA GUERREIRO | F beCOMM; DR

APIEX

ANGOLA

Promoção do Investimento e das Exportações de Angola

A APIEX sucede à Agência Nacional para o Investimento Privado, que desde 2003 geria a entrada do investimento estrangeiro no país. Esta reforma não surgiu propriamente em resposta à crise que o país enfrenta desde finais de 2014, altura em que a quebra do preço da sua principal commodity se acentuou, mas o novo contexto internacional e nacional apressou a sua conclusão. A única vertente que resta da ANIP é a da promoção, já que as competências respeitantes à recepção, coordenação e supervisão do investimento privado, foram transferidas para estruturas sob alçada dos ministérios e do próprio Chefe de Estado. Qual é então o papel reservado à APIEX? Desde logo importa realçar que a APIEX,

apesar de ter autonomia jurídica e financeira, passa a estar sob supervisão do Ministério do Comércio, que assim vê reforçadas as suas competências na vertente de promoção do país e dos produtos nacionais no exterior.

“Há quem associe a criação

da APIEX à queda do preço do petróleo, mas a verdade é que a situação de crise apenas veio acelerar uma reforma que já estava em curso. O que estava em discussão era o modelo de promoção do investimento e das exportações. O próprio Ministério do Comércio, a que estão atribuídas, entre



“A AGÊNCIA NÃO PODE SER ESTANQUE, TERÁ QUE HAVER LIGAÇÃO A OUTRAS ESTRUTURAS, QUER NO TERRITÓRIO NACIONAL QUER NO EXTERIOR DO PAÍS. E NESSA MEDIDA, AS REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS PODEM TRANSFORMAR-SE NUM PARCEIRO PRIVILEGIADO DA APIEX”, Amadeu Leitão Nunes, Representante Comercial de Angola em Portugal

muitas outras funções, a promoção das exportações, já tinha criado uma comissão instaladora para trabalhar os termos de referência do novo Instituto Nacional de Fomento das Exportações (INAPEX) e, simultaneamente, equacionava a criação de uma Agência de Promoção do Investimento”, conta Amadeu Leitão Nunes, Representante Comercial de Angola em Portugal. A tendência de evolução da conjuntura internacional deu um novo impulso à situação - por que não criar apenas uma única estrutura? - e daí à criação da APIEX foi um passo.

Definida à estratégia pelo Executivo, coube mesmo ao ministério liderado por Rosa Pacavira de Matos ficar com a tutela da nova estrutura de promoção do investimento e das exportações angolanas. Apesar da sede estar em Luanda, a APIEX deverá criar delegações em todo o território nacional, pelo menos uma em cada província, e abrir representações no estrangeiro.

A APIEX não parte do zero. A par de herdar todos os recursos técnicos e humanos da ex-ANIP (num total de 150, dos quais 130 nos serviços centrais e 20 destacados nos serviços locais), conta com o apoio das Representações Comerciais de Angola no exterior, que podem muito bem vir ser os pontos de partida para a criação de uma rede sólida nos mercados externos. “A agência não pode ser estanque, terá que haver ligação a outras estruturas, quer no território nacional quer no exterior do país. E nessa medida, as Representações Comerciais podem transformar-se num parceiro privilegiado da APIEX, pois muito do trabalho que já fazemos enquadra-se no âmbito da Agência”, explica Amadeu Leitão Nunes.

As Representações Comerciais têm como função promover o comércio externo, a captação de investimentos e a internacionalização da economia angolana. Actualmente Angola detém dez Representações Comerciais no exterior, localizadas em países considerados estratégicos para as relações comerciais e económicas bilaterais do país: Portugal, Benelux, Brasil, China e ASEAN, Espanha, EUA, Itália, Macau (Fórum China-PALOP) e Suíça e Instituições Internacionais de Comércio em Genebra (OMC, CNUCE e CCI).

A reforma em curso pode implicar a abertura de mais representações comerciais ou de representações comerciais com alcance regional ou, ainda, a abertura de centros de negócio no exterior. “O objectivo é também

QUEM VAI LIDERAR A APIEX

António Henriques da Silva, ex-presidente do Conselho de Administração da TPA e antigo director comercial da Unitel deverá ser nomeado presidente da APIEX. De acordo com informação avançada pelo jornal angolano Semanário Económico, António Henriques da Silva substituirá o jurista Cremildo Félix Paca, inicialmente indicado para o cargo.



Para além de Cremildo Paca, também António Albuquerque (que entre 2007 e 2014 foi o Representante Comercial de Angola em Portugal), Gomes Cardoso (ex vice-ministro do Comércio de Angola e antigo director nacional do Ministério do Comércio) e Gentil Viana, que tinham sido apontados em Setembro para a administração da APIEX apresentaram a demissão. De acordo com o semanário angolano, Gomes Cardoso e António Albuquerque foram reconduzidos nos cargos de assessores da ministra do Comércio, Rosa Pacavira de Matos. O jurista Cremildo Paca, por sua vez, volta à Comissão Nacional Eleitoral, pelo MPLA.

O Semanário Económico desconhecia qual o destino de Carlos Alberto Padre, outro dos nomes avançados em Setembro. O anterior director do Gabinete do vice-ministro do Comércio presidia à comissão instaladora do Instituto Nacional para a Promoção das Exportações e, de acordo com as informações disponibilizadas na altura, ficaria responsável pelo pelouro das exportações da nova agência.

o de aproveitar os quadros angolanos que estão no exterior” acrescenta o Representante Comercial de Angola em Portugal. As alterações em curso – e que devem estar concluídas e operacionais até final do ano – “apontam para o reforço do dinamismo e da eficiência dos serviços e para uma previsão do aumento de captação do investimento privado estrangeiro e nacional para os sectores estruturantes em aproximadamente 10 mil milhões de USD, nos próximos dois anos”, reforça Amadeu Leitão Nunes.

PROMOVER A INTERNACIONALIZAÇÃO DAS EMPRESAS E DOS PRODUTOS

Promover a internacionalização das em-

presas e dos produtos angolanos é um dos principais objectivos estratégicos da APIEX. E isso passa por acções que contribuam para a competitividade das empresas, por promover a sua internacionalização, por desenvolver acções de cooperação no domínio empresarial, por promover os produtos e serviços de empresas angolanas no exterior, entre outras. Um segundo grande objectivo é o da captação de investimento privado de origem nacional ou estrangeiro, investimento esse que contribua para o desenvolvimento do país, e da promoção das potencialidades e das oportunidades de investimentos que o Executivo e os governos provinciais consideraram prioritários.#

Fusão na banca

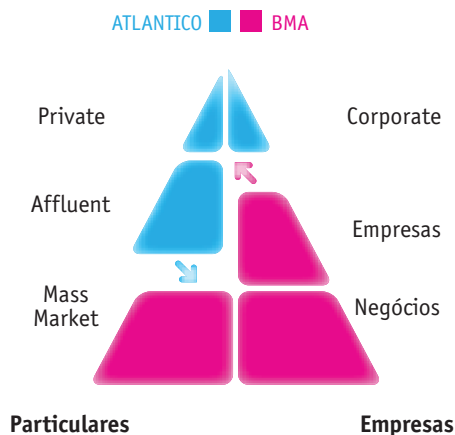
A fusão anunciada entre o Banco Millennium Angola, S.A. e o Banco Privado Atlântico, S.A. é o mais recente indicador da capacidade de adaptação da banca ao comportamento da economia. Após uma década de crescimento e expansão, o sector procura agora ajustar-se ao abrandamento da economia e à redução dos recursos financeiros disponíveis no país.

T MANUELA SOUSA GUERREIRO | F beCOMM; DR

O Banco Millennium Atlântico é a designação da instituição que resulta da fusão entre o Banco Millennium Angola S.A. e o Banco Privado Atlântico S.A.. O acordo de fusão foi assinado em Outubro pelos accionistas maioritários das duas instituições, o Banco Comercial Português, S.A., que detém 50,1% do Millennium Angola, e a Global Pactum, accionista maioritária (com 72,35%) do Banco Privado Atlântico. Desta união nascerá a segunda maior instituição financeira privada no ranking de crédito à economia, com uma quota de mercado aproximado de 10%.

O Atlântico é o 5.º maior banco em Angola em volume de Crédito e em Depósitos, com quotas de mercado de 7% e de 6%, respectivamente. A 30 de Junho o seu activo cifrava-se em 449 mil milhões de kwanzas, com o crédito sobre clientes a atingir os 241 mil milhões de kwanzas e os depósitos os 353 mil milhões de kwanzas. O Millennium Angola ocupa a 6ª posição nos ranking bancário angolano relativo ao Crédito e é o 8º maior em Depósitos, com quotas de mercado de 4% e 3%, respectivamente. No final de junho de 2015, os activos totais atingiam os 287 mil milhões de kwanzas, o crédito sobre clientes situava-se em 129 mil milhões de kwanzas e os depósitos de clientes rondavam os 204 mil milhões de kwanzas. Juntando os activos das duas instituições, o Millennium Atlântico “terá um dos maiores níveis de fundos próprios do sistema

FOCO ESTRATÉGICO ACTUAL - SEGMENTOS



financeiro, o que permitirá reforçar a capacidade de financiamento às famílias, às empresas e aos projectos estruturantes que contribuem para o fomento da sustentabilidade da economia angolana”, assegura o Atlântico, liderado por José Carlos Silva, em comunicado. A nova Instituição terá mais de dois mil colaboradores e centena e meia de sucursais em vários pontos-chave do país. Para além dos ganhos de escala, nesta operação sobressaem as sinergias e a complementaridade das operações. Fundado em 2006, o Atlântico especializou-se na banca de investimento e nos segmentos de corporate e de private banking. Já o Millennium Angola posicionou-se como um banco universal, de retalho, com uma gama

de produtos e serviços dirigidos tanto a particulares como a empresas, e uma presença nacional.

“A junção das capacidades complementares do Banco Millennium Angola e do Atlântico potencia oportunidades de crescimento e maximiza a capacidade de criação de valor em Angola, possibilitando a manutenção da contribuição da actividade em Angola em níveis consentâneos com a ambição do Millennium BCP e retornos sobre o capital investido na ordem dos 20%, compensando o abrandamento da economia angolana face aos planos iniciais”, justifica o BCP em comunicado.

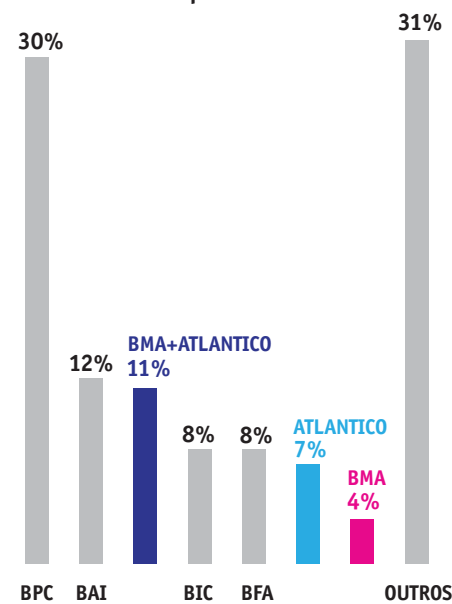
A parceria entre o Banco Comercial Português e o Atlântico de Angola não decorre somente da fusão. As ligações accionistas entre BCP, Atlântico e Millennium Angola já potenciavam alguma aproximação. Em Portugal, o BCP tem como accionistas a Sonangol (com 19,44%) e a Interocénico (com 2,52%), uma sociedade gestora de participações sociais que reúne investidores angolanos, portugueses e de outras nacionalidades e que é presidida por Carlos José da Silva, actual vice-presidente do conselho de administração do BCP e presidente do Conselho de Administração do Banco Privado Atlântico (Atlântico). Por sua vez, esta instituição bancária angolana detém já uma participação directa de 15% no Millennium Angola, que é controlado pelo BCP (50,1%) e que tem como segundo maior acionista a Sonangol, com 29,9%. A

sociedade gestora de activos Global Pactum, accionista maioritária do BPA (com 72,3% do capital) tem uma participação minoritária (5%) no Millennium Angola. Já o Millennium Angola tem também uma participação directa (6,7%) no banco presidido por Carlos José da Silva. Em 2011 as duas instituições, BCP e Atlântico, chegaram mesmo a anunciar ao mercado a intenção de constituir um banco no Brasil, que até agora não se concretizou.

BCP REDUZ PARTICIPAÇÃO E RISCO EM ANGOLA

De acordo com a informação disponibilizada, o BCP terá uma participação de 20% na nova instituição, reduzindo deste modo a sua exposição ao mercado angolano e indo ao encontro das exigências do Banco Central Europeu. “A valorização das participações de cada um dos bancos objecto da fusão será efectuada em função das respectivas situações líquidas, sujeitas a *due diligence* por um auditor independente. Prevê-se que a participação do Millennium bcp na nova entidade venha a situar-se em cerca de 20%, com eventuais ajustes posteriores da participação do Millennium bcp

QUOTA DE MERCADO Total de Crédito Líquido



a serem valorizados a um múltiplo de 1,6x da situação líquida. Desta operação resulta um impacto positivo estimado de 37 pontos base no rácio de capital *common equity tier 1*”, adiantou o BCP em comunicado. A

maioria do capital ficará, assim, na posse dos accionistas angolanos, estando prevista a abertura do capital ao publico, através de uma oferta pública de venda inicial de 33% do capital social. “Esta decisão de colocação de capital em Bolsa revela uma interpretação adequada dos dois bancos do espírito e da dinâmica que têm marcado os recentes desenvolvimentos no Mercado de Capitais em Angola”, refere também o comunicado do Atlântico.

Também já definidos ficaram os mecanismos que asseguram o controlo e a gestão eficaz dos riscos. O memorando de entendimento prevê um Conselho de Administração constituído por 15 membros, dos quais 5 nomeados pelo Millennium bcp; uma Comissão Executiva com 7 membros, incluindo 2 indicados pelo banco português, que indicará ainda um dos vice-presidentes do Conselho de Administração, que presidirá à Comissão de Riscos ou à Comissão de Auditoria, bem como um dos vice-presidentes da Comissão Executiva. À data de fecho da edição, a concretização no negócio estava dependente da aprovação pelas Assembleias Gerais respectivas, e das entidades reguladoras e de supervisão. #

SOMOS COM UNICA ÇÃO

Somos uma Agência de Comunicação com vocação multidisciplinar e internacional. Trabalhamos em Portugal e nos mercados de Angola e Moçambique, países onde prestamos serviços de Design, Marketing, organização de eventos, RP e Assessoria de Comunicação.

beCOMM
comunicamos ideias

www.becomm.pt • info@becomm.pt
T. +351 21 358 44 60 •

MAXAM • CPEA



A MAXAM CPEA produz e comercializa explosivos civis e acessórios de tiro para as mais diversas aplicações. A nossa gama de produtos contribui para que minas, pedreiras e outros utilizadores de explosivos, possam obter os melhores resultados na extracção de matérias primas que um país em reconstrução precisa.

Com mais de 140 anos de legado, aos engenheiros da MAXAM é confiada a responsabilidade dos projectos mineiros mais sofisticados, sensíveis e difíceis, com detonações a Céu Aberto e Subterrâneas em varias partes do mundo. A linha completa dos produtos da MAXAM atende às exigentes necessidades da classe mundial de minas a Céu Aberto, Subterrâneas e de operações especiais em todo os continentes.



Localizador Global de Produtos

MAXAM • CPEA

CIVIL EXPLOSIVES - OUTDOORS - DEFENCE - CHEM - ENERGY

www.maxam-cpea.co.ao

Rua Fernando de Sousa S/n Condomínio Bengo Bloco A 6º Andar
Delegação, Avenida Comandante Valódia, 200 - 1º Andar Direito - Luanda
Tel: 222 441 490 Email: contact.ao.cpea@maxam.net

Banca angolana à procura de um caminho para crescer

Os últimos dez anos foram de crescimento e de expansão territorial para o sector financeiro angolano. Os números apresentados no último estudo “Banca em Análise”, elaborado pela Deloitte, confirmam-no.

MANUELA SOUSA GUERREIRO

“A longo destes 10 anos, o sector financeiro foi um dos motores do progresso e inclusão social. Foram criadas, neste período, mais de 10 instituições financeiras com actividade comercial e as que já existiam assistiram a um crescimento no caminho da sofisticação e da implementação de modelos de sustentabilidade das suas operações que lhes oferecem hoje uma posição consolidada no mercado nacional e, em alguns casos, em mercados internacionais”, salienta Rui Santos Silva, Country Managing Partner da Deloitte Angola. O sector emprega hoje cerca de 19 mil pessoas, contra os 4300 colaboradores existentes em 2005, e, em 10 anos, o número de agências em todo o país subiu de 230 para 1600.

Os números referentes a 2014, e apresentados no final de Setembro, confirmam a tendência de crescimento, muito embora a sombra da crise e instabilidade (ainda que herdada de outro mercado) já se tenha sentido, em particular no que diz respeito à situação vivida no ex-Banco Espírito Santo Angola. Em 2014 o volume de activos agre-

gados das instituições financeiras angolanas aumentou cerca de 7,26% face ao ano anterior, fixando-se nos 7.129 mil milhões de kwanzas. Contudo, o resultado líquido total do sector – segundo os dados disponibilizados pela consultora, que cita o Banco Nacional de Angola –, diminuiu para cerca de 45.400 milhões de AKZ em 2014, o que representou uma queda de 50% relativamente aos 91.200 milhões registados em 2013, queda essa influenciada pelo efeito dos resultados do ex-BESA. “Não considerando este efeito, os resultados líquidos do sector teriam registado um crescimento de cerca de 12%”, revela o Estudo.

“Observamos mais um ano de crescimento significativo do volume de depósitos, bem como uma evolução muito expressiva de todos os indicadores relacionados com a utilização do sistema financeiro nas transações económicas correntes, sendo de destacar o aumento de 59% no volume de transações efectuadas em terminais de pagamento, entre 2013 e 2014”, refere o Estudo ‘Banca em Análise’.

Para o crescimento do sector contribuiu o esforço do Banco Nacional de Angola na

estabilização de preços, tendo a taxa de inflação atingido um mínimo histórico de 7,48% em Dezembro de 2014. “Associado a este controlo está a consequente contenção das taxas de juro LUIBOR, promovendo um estímulo para a actividade bancária por via da redução dos custos de financiamento das instituições financeiras”. Contudo, a queda do preço do petróleo e o consequente aumento das reservas mínimas obrigatórias, inerentes a um maior controlo das taxas de câmbio e de inflação, criou um conjunto de desafios adicionais ao sistema bancário.

DEPÓSITOS E CRÉDITOS

Em 2014 o volume de activos agregado dos bancos angolanos aumentou cerca de 7,26%, registando-se poucas variações na sua composição. O peso do crédito sobre clientes na estrutura global de activos dos bancos foi de 41%, um valor abaixo do registado em mercados mais maduros. Apesar do aumento do crédito líquido, este não foi superior ao crescimento dos depósitos, o que levou a uma redução do 3 pp do rácio de transformação entre 2013 e 2014, de

RANKINGS DE RESULTADOS EM 2014

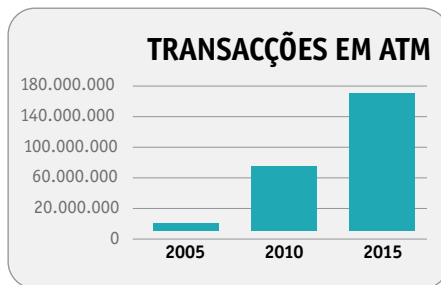
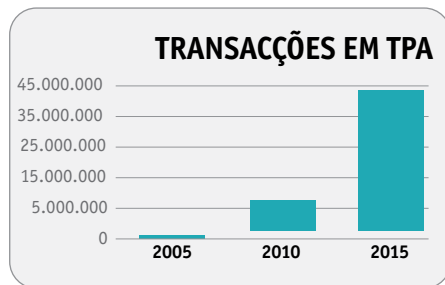
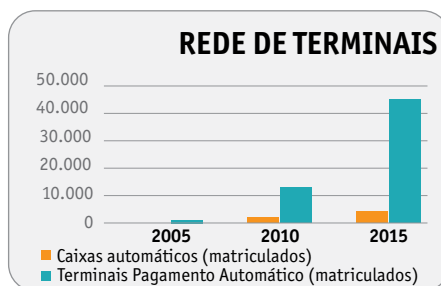
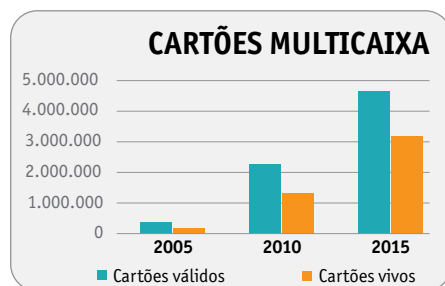
Depósitos de Clientes - Quota

1	BAI	17,8%
2	BFA	17,4%
3	BPC	16,3%
4	BIC	12,8%
5	BPA	5,5%
6	SOL	4,4%

Crédito Líquido de Clientes - Quota

1	BPC	30,1%
2	BAI	12,4%
3	BIC	8,4%
4	BFA	7,8%
5	BPA	6,7%
6	BMA	4,0%

Fonte: Demonstrações Financeiras dos Bancos (Totais do Sector provenientes dos R&C do BNA)



Fonte: Empresa Interbancária de Serviços

O VALOR TOTAL DOS DEPÓSITOS DE CLIENTES NO SECTOR BANCÁRIO FOI DE 5.350.959 MILHÕES DE AKZ, MAIS 15% DO QUE EM 2013. DESTES, 55% SÃO DEPÓSITOS À ORDEM. O BAI LIDERA O RANKING DE DEPÓSITOS DE CLIENTES, COM 17,8%, SEGUIDO DE MUITO DE PERTO PELO BFA, COM 17,4% O BPC SURGE NA 3ª POSIÇÃO, COM 16,3%, SEGUIDO PELO BIC COM 12,8%

58% para 55%. No que diz respeito aos activos totais, o BPC lidera a lista com 16,8%, seguido do BAI com 15,4%, do BFA com 15,1% do BIC, 11,7% e do BPA, com 5,3%.

No que diz respeito à rubrica depósitos, em 2014 registou-se um aumento dos realizados em moeda nacional, de 58% para 65%. O valor total dos depósitos de clientes no sector bancário foi de 5.350.959 milhões de AKZ, mais 15% do que em 2013. Destes, 55% são depósitos à ordem. O BAI lidera o ranking de Depósitos de Clientes, com 17,8%, seguido de muito de perto pelo BFA, com 17,4%. O BPC surge na 3ª posição, com 16,3%, seguido pelo BIC com 12,8%.

No que diz respeito ao crédito bruto, este registou um crescimento de 9% face a 2013. A repartição do crédito por moeda manteve a tendência de composição, tendo-se verificado um aumento de 6 pp no peso da moeda nacional entre 2013 e 2014, situando-se no final deste ano em 74%. O crédito líquido a clientes aumentou 8% face a 2013, tendo ultrapassado os 2.930 mil milhões de AKZ.

O crédito vencido ascendeu a 14,5%, o que representa um aumento significativo face a 2013, em que foi de 11,2%. O BPC (30,1%) lidera o ranking dos bancos, no crédito concedido, seguido do BAI (12,4%), do BIC (8,4%), do BFA (7,8%), que este ano ascende à 4ª posição ultrapassando, assim, o BPA (6,7%).

No final de 2014 a margem financeira do sector foi de 214.600 milhões de AKZ, menos 8% que o registado no final de 2013, em virtude da diminuição dos proveitos de crédito. As dotações líquidas de provisões para crédito registaram uma queda de 1%. O total do resultado líquido do sector diminuiu para cerca de 45.400 milhões de AKZ em 2014, representando, como já referido, uma queda de 50% relativamente aos 91.200 milhões registados em 2013. O BFA é o banco mais rentável do sistema financeiro, seguido do BIC e do BAI, tendo o ano transacto o BCGT ascendido à 4ª posição. O sistema bancário angolano está maior – novos players, como o Banco de Investi-

BPI SEM ÁFRICA?

O BPI anunciou a intenção de destacar da instituição a parcela do património correspondente à unidade de negócios de gestão de participações sociais em instituições de crédito africanas e, com esses activos, constituir uma nova sociedade. Entre esses activos incluem-se as participações sociais de 50,1% do Banco de Fomento Angola, 30% do capital social do moçambicano Banco Comercial e de Investimentos e 100% do capital social na BPI Moçambique – Sociedade de Investimento. A nova sociedade terá um capital social de 46 milhões de euros e as suas acções deverão ser cotadas na Bolsa de Lisboa. O projecto de cisão, apresentado no final de setembro, é motivado pela necessidade diminuir o limite de exposição a grandes riscos, decorrentes da exposição ao Banco do Fomento Angola, ao Estado angolano e ao Banco Nacional de Angola, imposto pelo Banco Central Europeu. A decisão está dependente da aprovação em Assembleia Geral de Accionistas que deverá ocorrer até o final do ano. A instituição liderada por Fernando Ulrich apresentou em Setembro um resultado líquido consolidado de 151 milhões de euros, decorrente de um contributo da actividade doméstica de 38,9 milhões de euros e de um contributo da actividade internacional de 112 milhões de euros. O BFA contribuiu com 105,5 milhões de euros para os resultados consolidados do BPI, mais 34% do que em Setembro de 2014.





Com o nosso
cimento, ajudamos
a construir o futuro.



Na Secil assumimos os nossos compromissos com responsabilidade. Em Angola, produzimos cimento de qualidade, criamos oportunidades de emprego e formação para os angolanos e fazemos crescer uma indústria com respeito pelo meio ambiente. Queremos, com o nosso cimento, construir um futuro melhor para Angola.



mento Rural e o Banco Prestígio –, mais sofisticado e melhor preparado para enfrentar as vicissitudes exógenas e endógenas do mercado. Contudo, continua a caracterizar-se por uma excessiva concentração. São 25 as instituições a operar (outras quatro já receberam a autorização do BNA mas ainda não iniciaram actividade), mas cinco controlam mais de 65% do negócio e tudo indica que essa tendência é para continuar. No que se refere aos activos totais, os cinco maiores bancos (BPC, BAI, BFA, BIC e BPA) representam 64,3% do total do sector, registando-se mesmo um aumento da concentração destes bancos face ao ano anterior (60,3%). Este aumento dos níveis de concentração também se verificou no crédito líquido a clientes. A quota de mercado detida pelos 5 principais bancos situou-se nos 65,4%, bem superior à de 2013, que se situou em 51,1%. Os maiores bancos detêm no seu conjunto um volume de resultados líquidos de 83.252 milhões de AKZ, valor relativamente superior ao de 2013, que ascendeu a 69.523 milhões de AKZ.

OS MAIORES BANCOS DETÊM NO SEU CONJUNTO UM VOLUME DE RESULTADOS LÍQUIDOS DE 83.252 MILHÕES DE AKZ, VALOR RELATIVAMENTE SUPERIOR AO DE 2013, QUE ASCENDEU A 69.523 MILHÕES DE AKZ

O aumento do número de intervenientes no mercado, a maior literacia bancária e a maior taxa de bancarização da população têm levado ao aumento da concorrência. “Nesse sentido”, conclui o estudo, “perspectiva-se para 2015 uma maior oferta de serviços bancários (...), um maior enfoque na capacidade geradora de receita (...) e uma aposta no desenvolvimento do sistema informático dos bancos capaz de potenciar a oferta de serviços para que esta corresponda às necessidades do mercado, e proceder a uma monitorização mais eficiente do risco de modo a acompanhar o mais exigente contexto regulatório que se tem vindo a observar”.#

NOVOS PLAYERS

BANCO PRESTÍGIO

Liderado por Tito Luís Perdição Mendonça (PCA), o Banco Prestígio reúne nomes bem conhecidos, como Maria Luísa Perdigão Abrantes ou Francisco Agostinho Itembo. De acordo com a presidente da Comissão Executiva, Maria João de Almeida, a instituição pretende conquistar e “consolidar a posição de principal banco de investimento no mercado”. Nos próximos três anos, o Banco Prestígio tem como meta constituir activos superiores a 20 mil milhões de AKZ, para uma carteira de depósitos de 12 mil milhões de AKZ, “o que irá resultar numa rentabilidade estimada de 11,6% (ROAE)”, perspectiva a responsável.

BANCO DE INVESTIMENTO RURAL

A primeira agência do Banco de Investimento Rural (BIR) foi inaugurada no início do ano em Malange. A instituição está especializada no financiamento de projectos ligadas ao sector agrícola e agro-industrial, por meio de um modelo de negócio que inclui os segmentos de banca comercial e de investimento. O banco oferece produtos e serviços a operadores, empresários e instituições com negócios ligados directa ou indirectamente às actividades do meio rural, financia projectos de agricultura, agro-indústria, pecuária, avicultura e aquicultura, entre outros.

BANCO YETU

O Banco Yetu – ‘Nosso Banco,’ em quimbundo – abriu as portas em Outubro de 2015 e é detido por empresários angolanos. Elias Chimuco, dono do grupo Chicoil, assume a presidência da Assembleia Geral, que integra também Clemente Kumbo Lelo e Bio-nísio Garcia Senga. O Conselho de Administração é presidido por Margarida Andrade Severino e conta com mais dois administradores. A primeira agência está localizada na capital. O banco, que, de acordo com a imprensa local, detém um capital social de três mil milhões de kwanzas, pretende actuar sobretudo nos segmentos de corporate e private banking.

BANCO PUNGO ANDONGO

Deverá abrir portas em breve e tem entre os seus principais impulsionadores o jurista Filipe Lemos. De acordo com um dos administradores, o BPAN irá “ser diferente. Seremos um banco de relacionamento”. O actual contexto económico dita perspectivas de crescimento mais modestas, por isso, nos próximos três anos “procuraremos, em primeiro lugar, consolidar a instituição, alargar a carteira de produtos, num horizonte próximo participar em mercados mais maduros, como o de Luanda”, sublinhou.

BANCO DE CRÉDITO DO SUL

O BCS vai actuar no âmbito da banca privada e corporativa. “Os nossos clientes podem esperar do BCS o total empenho da procura das melhores soluções. Contamos com colaboradores experientes e de elevada especialização no mercado financeiro nacional e internacional e com plataformas modernas que nos permitem prestar os melhores serviços financeiros. Para além disso, os nossos produtos e programas de crédito diferenciador adaptar-se-ão melhor às necessidades dos clientes, contribuindo para a necessária diversificação da economia nacional e para a sua especialização em novos sectores”, assegurou a PCA, Maria do Céu Figueira. De acordo com o site do BNA, apesar de ser um dos 29 bancos já autorizados pelo Banco Central, o processo de registo não está ainda concluído.

ECOBANK

É um dos maiores bancos pan-africanos do continente. Com sede em Lomé, no Togo, tem presença em 36 países africanos. Em Angola, por enquanto, apenas tem um escritório de representação mas já têm agências em Cabo Verde, Guiné Bissau, São Tomé e Príncipe e Moçambique. O grupo pan-africano opera nas bolsas de Valores da Nigéria, Gana e Costa do Marfim (BRVM) e entre os seus principais accionistas conta-se a International Finance Corporation, uma das instituições do Banco Mundial. Em 2014 o grupo registou mais de 2.3 biliões de USD em receitas. A presença em 36 mercados traduz-se numa rede global de 1265 balcões, mais de 20 000 empregados, 11 milhões de clientes e operações em 20 moedas diferentes.



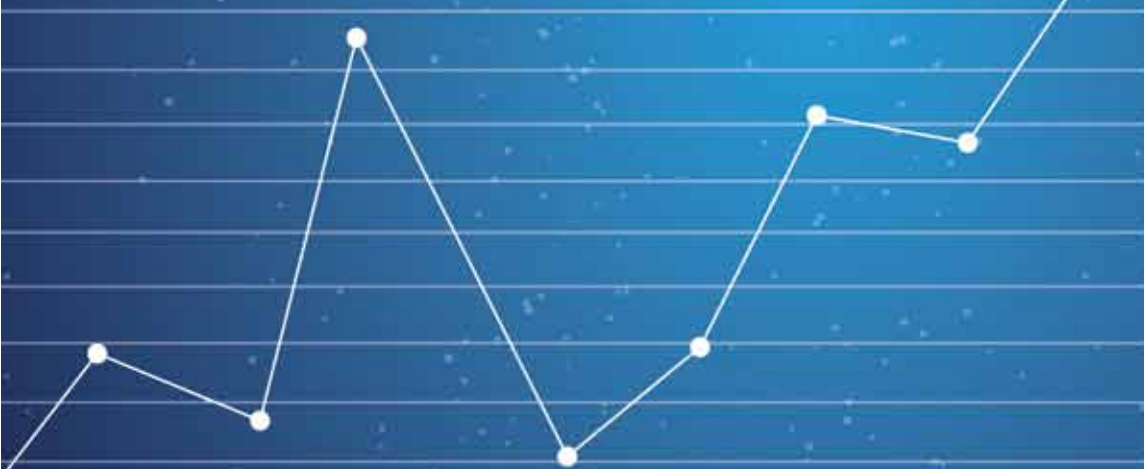
BANC

Banco Angolano
de Negócios
e Comércio

Um Banco para a Vida.



Ajudamos a levar mais
longe a sua empresa



ANGOLA

BANC

Travessa da Sorte, N.º 12 | Maianga - Luanda
T. 00244 222 395 026 | F. 00244 222 391 059
geral@banc.co.ao

PORTUGAL

BANC - Escritório de Representação em Portugal
Avenida da Liberdade, N.º 252 - 1.º | 1250-149 Lisboa
T. 00351 210 962 288 | F. 00351 215 932 753
geral@pt.banc.co.ao



www.banc.co.ao

Petrolíferas

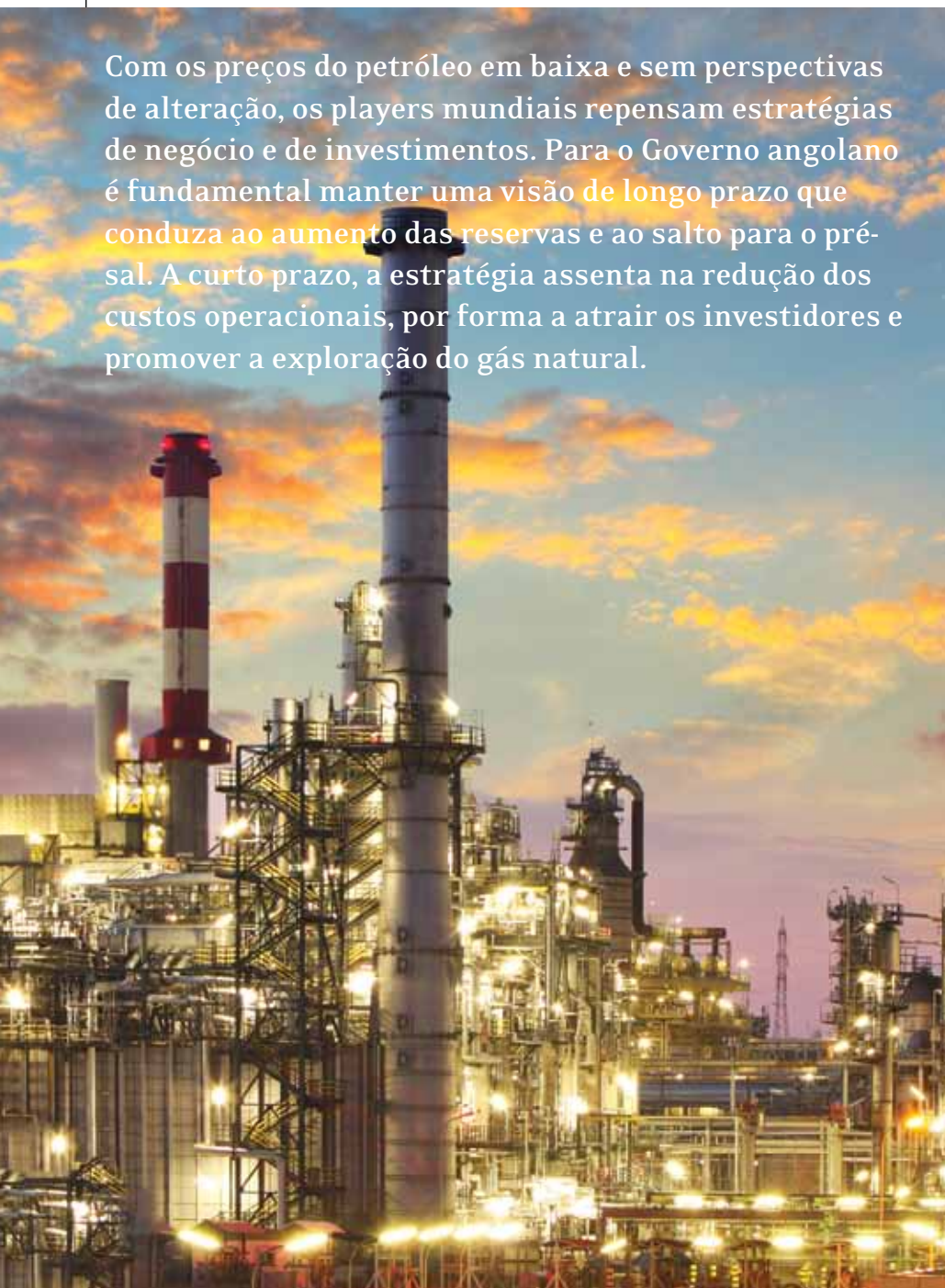
focadas em reduzir custos e em ganhos de eficiência

T FÁTIMA AZEVEDO | F beCOMM; DR

Com os preços do petróleo em baixa e sem perspectivas de alteração, os players mundiais repensam estratégias de negócio e de investimentos. Para o Governo angolano é fundamental manter uma visão de longo prazo que conduza ao aumento das reservas e ao salto para o pré-sal. A curto prazo, a estratégia assenta na redução dos custos operacionais, por forma a atrair os investidores e promover a exploração do gás natural.

A quebra dos preços do petróleo acentuou-se no segundo semestre de 2014 e, nos primeiros meses de 2015, o preço internacional do barril de Brent ficou abaixo dos 50 dólares, uma descida de 55%, que traduziu um mínimo de 5 anos e apenas 10 dólares acima das cotações de 2009, no auge da crise financeira global. Entre as principais causas deste colapso do preço das matérias-primas, em geral, e do petróleo, em particular, está o abrandamento económico na Europa e na Ásia, o *boom* do gás de xisto (shale gas) nos Estados Unidos, que conferiu um aumento assinalável dos combustíveis de origem fóssil, e a decisão da Arábia Saudita em não cortar a produção num contexto de oferta excedentária, porque acomodada num elevado stock de divisas. Mais recentemente, o acordo que põe fim às sanções contra o Irão coloca maior pressão no lado da oferta, sinalizando que o preço do petróleo se manterá abaixo dos 60 dólares a médio prazo.

O Banco Mundial tem vindo a baixar as estimativas para os preços do petróleo, de 57 para 52 dólares/barril. Esta revisão em baixa espelha um maior abrandamento do desempenho económico global, os elevados *stocks* de petróleo e as expectativas de que as exportações de crude iraniano irão pressionar ainda mais o mercado, depois da recente assinatura do acordo que coloca um ponto final às sanções ocidentais a um dos principais *players* do Médio Oriente. Os preços da energia devem baixar, em média 43%, face a 2014, mas também os restantes preços das commodities devem registar uma perda global de 14% no ano. Estes efeitos têm impactos negativos claros no crescimento angolano, dada a elevada dependência das receitas



de exportação de petróleo, e apesar dos esforços de diversificação dos últimos anos. Com uma quebra de 40% nas receitas de exportação e a pressão negativa da desvalorização da moeda sobre o custo das importações, a capacidade de diversificar a economia será determinante para Angola ultrapassar a crise.

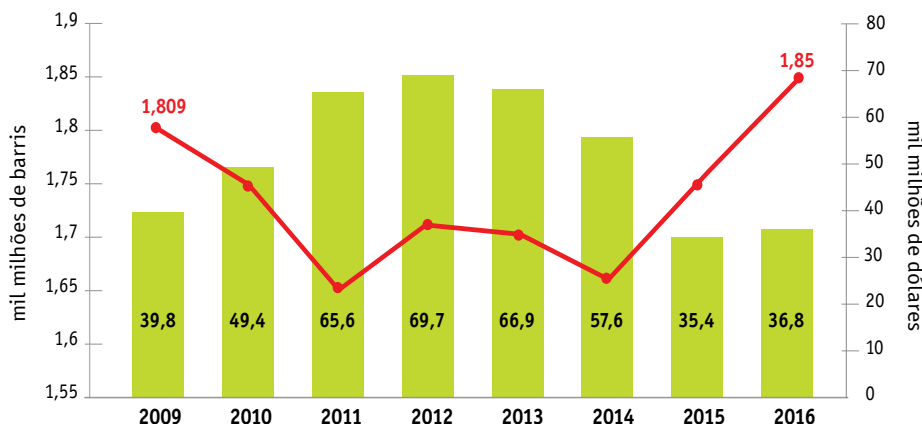
A realidade é que o petróleo representa 75% das receitas fiscais e 95% das exportações e, para além da diversificação da estrutura produtiva, será necessário repensar o modelo organizativo da Sonangol e ajustar a estratégia futura em função de algumas condicionantes, como o facto de alguns dos campos de exploração estarem a atingir a maturidade e tornar-se imperioso avançar com novas descobertas para repor as reservas e sustentar o nível de produção.

OGÉ 2016

As expectativas de crescimento do PIB de Angola têm sido revistas em baixa ao longo do ano, com as mais recentes - como a do FMI - a apontarem para 3,5% em 2015 e 2016, ou, na versão mais pessimista da Economist Intelligence Unit, de 2,7% em 2015. No entanto, a EIU antecipa uma aceleração para 4,3% em 2016 e de 6,3% em 2019, acompanhando a recuperação gradual dos preços internacionais do petróleo.

Por sua vez, o Governo angolano projecta uma variação de 4,4% do PIB em 2015 e de 3,3% em 2016, de acordo com o cenário macroeconómico da proposta de Orçamento de Estado para o próximo ano, que assume um valor base de 45 dólares por barril de crude. Tal resulta num défice orçamental de 5,5% do PIB, na medida em que as receitas totais associadas às exportações de petróleo caíram, até Setembro, 52,5% face ao ano anterior, passando de 1,8 mil milhões de dólares para menos de 800 milhões de dólares. Em 2014, o petróleo representava 70% das receitas fiscais, mas, este ano, não deverá superar os 36,5%, de acordo com estimativas do Governo. Daí que as instituições internacionais, nomeadamente o FMI, sublinhem a necessidade de diversificar a economia para enfrentar um período - mais prolongado do que se poderia antecipar - de preços baixos do petróleo. Recentemente, Manuel Alves da Rocha, do Centro de Estudos e Investigação Científica (CEIC) da Universidade Católica de Ango-

RECEITAS DE EXPORTAÇÃO ABAIXO DO NÍVEL DE 2009

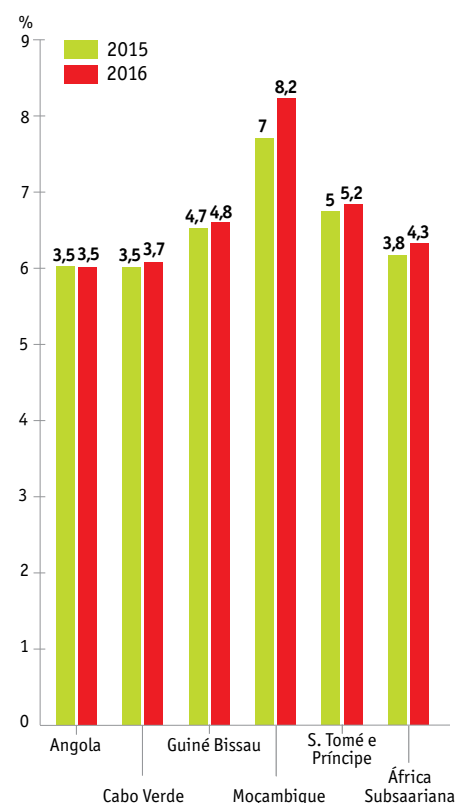


Fonte: FMI

la, evidenciava cepticismo quanto à capacidade de aprofundar a diversificação da estrutura produtiva, dado que o montante global de receitas fiscais arrecadadas na última década não foram capitalizadas para alcançar esse desafio - cerca de 280 mil milhões de dólares, em termos de receitas fiscais associadas à exportação de petróleo, ou 468 mil milhões de dólares, se engobarmos os lucros das petrolíferas, entre 2002 e 2014.

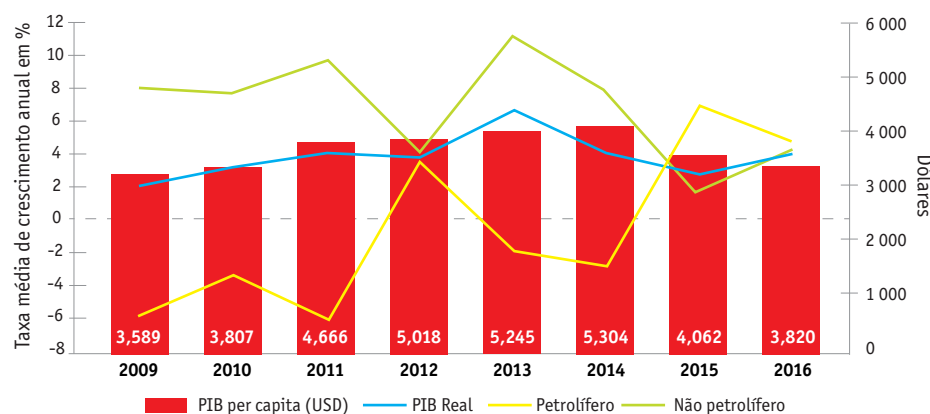
Só que o baixo nível do preço do petróleo envolve um desafio ainda maior ao desenvolvimento da indústria de petróleo e gás angolana, dado que os custos operacionais ainda são elevados. Até aqui a elevada rentabilidade era um dos pontos fortes da indústria de petróleo e gás, compensando os elevados custos associados às operações de exploração. Agora, com preços abaixo dos 60 dólares, as empresas têm de reequacionar as respetivas estratégias, dada a pressão sobre o prémio da operação, o que significa maior ênfase na redução de custos no sentido de melhorar a eficiência operacional.

PERSPECTIVAS CRESCIMENTO DOS PALOP



MANTER UMA VISÃO DE LONGO PRAZO É FUNDAMENTAL, ATÉ PORQUE ESTAS POTENCIALIDADES PODER-SE-ÃO CONCRETIZAR NUMA FASE DE RECUPERAÇÃO DAS COTAÇÕES

ABRANDAMENTO E REGRESSO DE INFLAÇÃO PENALIZAM PIB PER CAPITA



	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
PIB real	2,4	3,4	3,9	5,2	6,8	4,8	3,5	3,5
petrolífero	-5,1	-3	-5,4	4,5	-1,1	-2,6	6,8	3,9
não petrolífero	8,1	7,6	9,5	5,5	10,9	8,2	2,1	3,4
PIB nominal	-5,2	26,6	29	12,6	8,8	6,1	-3,8	19,9
petrolífero	-25,4	27,6	36,7	8,4	-3,3	-6,9	-31,5	28,6
não petrolífero	21,1	25,7	22,8	16,4	19	14,9	11,5	16,9
Deflator PIB	-7,4	22,4	24,2	7,1	1,9	1,2	-7,1	15,8
Deflator PIB não petrolífero	12,1	16,8	12,2	10,3	7,4	6,2	9,2	13,1
Preços consumidor (média anual)	13,7	14,5	13,5	10,3	8,8	7,3	10,3	14,2
Preços consumidor (fim do período)	14	15,3	11,4	9	7,7	7,5	13,9	13
PIB (mil milhões de kwanzas)	5 989	7 580	9 780	11 011	11 985	12 713	12 227	14 658
petrolífero	2 662	3 396	4 641	5 030	4 864	4 531	3 104	3 994
não petrolífero	3 327	4 184	5 139	5 982	7 121	8 182	9 123	10 665
PIB (mil milhões USD)	75,5	82,5	104,1	115,3	124,2	129,3	102	98,8
PIB per capita (USD)	3 589	3 807	4 666	5 018	5 245	5 304	4 062	3 820

AJUSTAMENTO ESTRATÉGICO E ACTORES

As empresas que já estão posicionadas no mercado angolano tenderão a defender a quota de mercado e a capitalizar investimentos realizados quando os preços do petróleo eram a três dígitos, com a vantagem de já estarem estabelecidas há muitos anos. O mais provável é que Governo angolano tenha de oferecer incentivos para reter esses *players* internacionais, seja através de uma redução da carga fis-

cal sobre as actividades petrolíferas, seja através da introdução de novos mecanismos.

Uma das medidas conducentes a um aumento de eficiência do setor petrolífero angolano foi a recente criação de um comité, por despacho presidencial, para identificar o melhor modelo organizativo da indústria nacional do petróleo e do gás, e quantificar o potencial de melhoria da Sonangol, ao mesmo tempo que se in-

troduz uma Comissão de Reajustamento da Organização do Setor dos Petróleos. Sendo o segundo maior produtor de petróleo da África Subsaariana, a queda dos preços acaba por enfatizar um dos pontos fracos da indústria petrolífera angolana - os elevados custos de produção. Um contexto de preços baixos tende a congelar projectos, nomeadamente os relacionados com o “deep deep offshore” - veja-se o exemplo do Ártico.

Em 40 anos, Angola aumentou a produção diária de 173 mil para 1,7 milhões de barris de petróleo, consagrando uma actividade âncora para o crescimento da riqueza gerada, traduzida em mais de 70% das receitas fiscais e 98% das exportações. Mas, se há 40 anos, o mundo também procurava recuperar do crash de 1973, com preços de 3 dólares por barril, Angola chegava à independência com uma estrutura produtiva alicerçada em matérias-primas alimentares, como o café ou o milho, minerais e metais, como os diamantes ou o ferro, e também o petróleo, mas sem a hegemonia que representa actualmente. O boom da actividade petrolífera representa igualmente um acompanhamento da complexidade e sofisticação tecnológica ao longo da fase ascendente dos preços internacionais - a produção navegou para águas cada vez mais profundas, desde o offshore convencional, que possibilitou, ainda nos anos 90, acréscimos de produção para mais de meio milhão de barris; e, mais tarde, com o arranque das operações de prospeção nos blocos 14, 15, 17 e 18, o investimento a mais de 1500 metros viabilizou a superação de uma produção diária acima de um milhão de barris. A inovação é indissociável do nível de produção actual, capitalizando as potencialidades dos blocos 15, 17 e 18, mas o grande salto será o pré-sal - mais de 4500 metros de profundidade - no limiar de 2020, atendendo às descobertas nos blocos 20, 21 e 23.

Manter uma visão de longo prazo é fundamental, até porque estas potencialidades poder-se-ão concretizar numa fase de recuperação das cotações.

Reduzir os custos operacionais para acentuar o poder de atracção sobre os investidores e promover a exploração do gás natural são vectores estratégicos para esta fase de reorganização e reconcepção do modelo de negócio. #



Se precisa de valorizar os seus activos

Se necessita de se apoiar numa rede mundial

Se quer um parceiro especializado em testes, inspeções e certificações

A Bureau Veritas, através das suas 8 linhas de negócio está ao seu serviço:

- Industria
- Inspeção e Verificação em serviço
- Produtos de Consumo
- Certificação & Formação
- Commodities
- Controlo Técnico da Construção
- Marinha
- Serviços do Governo e Comércio Internacional

Para mais informação, contacte:

Bureau Veritas Angola

Rua João de Barros n.º 56

Bairro da Imgombota - Luanda- Angola

Tel.: +244 939328536/918265068

bv.info@ao.bureauveritas.com

Move Forward with Confidence



**BUREAU
VERITAS**



Fundo Activo de Capital de Risco

FACRA investe 250 milhões de USD

O Fundo Activo de Capital de Risco Angolano (FACRA) vai investir cerca de 250 milhões de USD nos próximos 10 anos. Apesar da quebra das receitas petrolíferas, Teodoro de Jesus Xavier Poulson, Membro da Comissão de Investimentos, assegura que o financiamento do Fundo não está em causa. Projectos produtivos de micro, pequenas e médias empresas são prioritários, mas o Fundo está aberto a iniciativas de capital misto.

MANUELA SOUSA GUERREIRO | FDR

O FACRA é um fundo inteiramente público ou tem participação privada?

O Fundo Activo de Capital de Risco Angolano é um fundo totalmente público criado pelo Decreto Presidencial nº 108-12 de 7 de Junho, focalizado em apoiar as Micro, Pequenas e Médias Empresas (MPME) na criação, inovação e expansão dos seus negócios. O objectivo do FACRA é ajudar na promoção e expansão do empresariado local de modo a impulsionar o empreendedorismo e a melhorar o ambiente de negócios, através da inovação e eficiência nas pequenas e médias empresas angolanas. Para além disso, propomo-nos desenvolver um sector próspero, o das MPME, que pode contribuir para a diversificação económica, bem como reforçar a meta do Executivo angolano de criação de uma economia sustentável e robusta.

Como é financiado? E qual é a sua dotação orçamental?

O FACRA é totalmente financiado pelo Orçamento Geral do Estado angolano. Tem

uma dotação de 250.000.000 USD, equivalente em Kwanzas, para um período de 10 anos, renovável.

Desde que foi constituído, em 2012, quantos projectos de investimento foram já apreciados?

Permita-me antes de mais esclarecer que, apesar do FACRA ter sido criado através do Decreto Presidencial de 2012, somente em Agosto de 2013 foi possível a tomada de posse da Comissão de Investimentos, facto que condicionou a tomada de decisão sobre os projectos e, consequentemente, o volume de investimentos.

Contudo, no contexto actual já investimos em alguns projectos inovadores e com potencial de crescimento elevado a nível do sector terciário (serviços, saúde, TIC, soluções de logística, serviços industriais); sector secundário (processamento e produção industrial); e no sector primário (agricultura, pecuária e pescas).

Que apreciação fazem das propostas de investimento/projectos de investimento que vos são apresentados?

Temos recebido algumas propostas boas e outras nem tanto, com uma dimensão muito aquém das linhas de actuação de um fundo de capital de risco. Contudo, procuramos trabalhar com os investidores, amadurecendo as suas propostas de negócios e, sobretudo, reforçando as suas capacidades de empreendedorismo. Precisamos ter em conta que o fundo de capital de risco é uma modalidade nova para o empresariado angolano e, por este facto, o FACRA desempenha não somente um papel de investidor mas, sobretudo, de pedagogo.

Existem limites mínimos e máximos para a participação num projecto de investimento? Quais são as vossas metas?

O valor máximo de investimento do FACRA em cada projecto é de 10 milhões de USD, o equivalente em Kwanzas, para um período que ronda entre 3 a 7 anos. Ao longo dos próximos 10 anos contamos investir em cerca de 40 a 50 novos projectos. Como tal, apesar de não haver uma pré definição do volume de investimento a dedicar a cada proposta, a equipa de gestão do FACRA procurará projectos que contri-

buam para uma diversificação equilibrada do portfólio de empresas a participar, pelo que a identificação das reais necessidades de financiamento de cada projecto será o factor fundamental a ter em consideração na análise.

Que tipo de empresa pode submeter o seu projecto ao FACRA?

Qualquer empresa desde que tenha capital maioritariamente angolano e seja certificada pelo INAPEM. Estamos abertos a todos empresários angolanos e estrangeiros com projectos e produtos inovadores, e que se enquadrem dentro dos sectores legíveis para o investimento do FACRA.



“O NOSSO FOCO SERÁ A PRODUÇÃO DE BENS E SERVIÇOS EM ANGOLA, NOMEADAMENTE EM ACTIVIDADES EM QUE AS IMPORTAÇÕES PODEM SER SUBSTITUÍDAS POR JOINT-VENTURES LOCAIS, COM EMPRESÁRIOS ANGOLANOS, PARA A PRODUÇÃO DE BENS E SERVIÇOS NO PAÍS”

Nesse contexto, que investimentos são considerados prioritários?

Queremos explorar oportunidades de investimento em todos os sectores da economia, com excepção de mineração e exploração de recursos minerais. O nosso foco será a produção de bens e serviços em Angola, nomeadamente nas actividades em que as importações podem ser substituídas por joint-ventures locais, com empresários angolanos, para a produção de bens e serviços no país.

A nova Lei do Investimento Privado permite uma maior abertura nesse sentido?

Acreditamos que este é mais um passo positivo, associado a várias iniciativas do Executivo, no sentido de criar condições para a melhoria do ambiente de negócios e a diversificação a economia para além das receitas do petróleo e gás. Medidas como estas irão influenciar significativamente o investimento estrangeiro e estimular a economia local. Esperamos que com a criação da presente Lei, as em-

presas estrangeiras olhem favoravelmente para Angola como um destino para o investimento e, naturalmente, o FACRA estará aberto a apoiá-las a desenvolverem com sucesso os seus negócios.

A actual conjuntura económica em Angola desencoraja o investimento em capital de risco?

É um período de maior desafio para o FACRA, tendo em conta que a actual situação económica remete os empresários a alguma fragilidade financeira, reduzindo a sua capacidade de co-investimento nos projectos. No entanto, temos procurado adoptar estratégias que nos permitem encontrar soluções viáveis que vão ao encontro das necessidades do empresariado e do FACRA.

Como vê a evolução da economia angolana no curto e médio prazo? E quais os maiores desafios para os empresários angolanos?

Angola regista um certo abrandamento no crescimento económico, fruto da baixa do preço do petróleo no mercado internacional. Esta situação levou a que o Executivo acelerasse o processo de diversificação económica, colocando em prática um conjunto de planos e reformas para a redução da vulnerabilidade, que acreditamos virá surtir efeitos positivos a curto e médio prazo.

Em relação aos maiores desafios para os empresários locais, pensamos que apesar dos investimentos realizados pelo Executivo para a melhoria do ambiente de negócios, é preciso ter em conta alguns constrangimentos, tais como infra-estruturas, energia eléctrica, comunicação, fábricas, mão-de-obra qualificada, etc. #

Os riscos do abrandamento chinês

O crescimento da China está a abrandar e o contexto de preços baixos no mercado de matérias-primas penaliza especialmente exportadores de petróleo. Mas a ambição de forte posicionamento no Atlântico reforçam Portugal, tal como Angola, como parceiros prioritários para o futuro daquela que já é a segunda maior economia mundial.

T FÁTIMA AZEVEDO | F beCOMM; DR

A China anunciou, em Março passado, a estratégia “One Belt, One Road”, plena de ambição e orientada para aproximar o país dos restantes continentes, potenciando ainda mais as relações comerciais e o seu papel-âncora na Ásia.

Esta visão, a concretizar-se, será um elixir para Portugueses e Angolanos, até porque o governo de Pequim acredita que Portugal se pode tornar no centro da rota marítima do Atlântico, seja pelo potencial associado à economia azul, com a exploração sustentável dos recursos marinhos, seja pela competitividade nas energias renováveis tecnologicamente mais evoluídas, ou a inovação no desenho de cidades mais inteligentes, verdes e sustentáveis. Mas, no presente, o ímpeto de crescimento da China está a abrandar, acarretando riscos acrescidos num contexto de preços baixos no mercado do petróleo e das matérias-primas, em geral.

Depois de um pico de crescimento de 13% em 2007, a economia chinesa mostrou-se resiliente face aos efeitos da crise financeira internacional e conseguiu manter uma expansão assinalável da actividade económica, com taxas de crescimento do PIB acima dos 8% até 2011. Mas a tendência, que se vem acentuando desde meados do ano passado, de uma forte baixa do preço das matérias-primas, em especial

do petróleo, tem reforçado as pressões negativas entre as economias emergentes. O contexto dever-se-á prolongar durante 2016 e espera-se igualmente uma expansão económica moderada da China, estimada em 6,4%.

Na verdade, o ritmo de crescimento da economia chinesa é o mais lento em 20 anos, o que acentua preocupações, não apenas para os parceiros económicos com quem mantém relações mais estreitas, como o caso de Angola, como para a economia mundial, dada a importância do contributo chinês para a recuperação global de um mundo em crise desde 2008. No terceiro trimestre, a China desacelerou o crescimento para 6,9%, ao mesmo tempo que o mercado de capitais evidencia uma fase de elevada volatilidade, acumulando uma desvalorização de 35% desde meados do ano. As importações diminuíram 15,1% e as exportações 1,8%. As autoridades procuraram contrariar estes indicadores com três desvalorizações sucessivas da moeda face ao dólar - 1,9%, 1,6% e 1,1% - o que se traduziu na maior “perda” de valor relativo do RMN desde 1994.

3 PAÍSES, 3 CONTINENTES

Angola continua a ser um parceiro fundamental para Portugal fora da União Europeia. Os fluxos comerciais com países terceiros representa 14,9 mil milhões

de euros e aumentaram 7,4% nos últimos quatro anos, segundo dados do Instituto Nacional de Estatística (INE).

Neste período, as exportações portuguesas para Angola aumentaram dois terços, para mais de 3 mil milhões de euros; por outro lado, a China que, em 2010 era apenas o décimo cliente português, em 2014 pontuava como terceiro país de destino, com vendas de 838 milhões de euros.

Também a evolução das importações confirma o estreitamento de relações de Portugal com Angola e China, com um aumento de 185% entre 2010 e 2014 das compras a Angola, ou seja, 1,6 mil milhões de euros em 2014, e uma estabilização das compras à China, que representam 1,6 mil milhões de euros nas importações portuguesas, de acordo com o INE.

Ao longo de 2015, a tónica de contenção subsiste. O valor do comércio entre a China e os países lusófonos baixou 25% entre Janeiro e Agosto, envolvendo cerca de 68 mil milhões de dólares, e afetou especialmente os fluxos da China com o Brasil e Angola. A redução do comércio com os dois países de língua portuguesa, de 85,3 mil milhões de dólares em Agosto de 2014 para 63,1 mil milhões de dólares em Agosto deste ano, resultou numa perda de 1,6 pontos percentuais no conjunto dos oito países lusófonos.

Na vertente de investimento, Angola tem sido um parceiro determinante para alimentar o défice energético resultante do forte crescimento chinês dos últimos 20 anos e Portugal tem surgido, neste período mais recente de assistência financeira, como uma oportunidade dourada para a China se posicionar em empresas de sectores estratégicos como a energia e a banca.

Se analisarmos os fluxos de investimento da China em África, verificamos uma redução, no primeiro semestre de 2015, de cerca de 84%, passando de 3,5 mil milhões de dólares para 568 milhões de dólares, de acordo com a fDi Intelligence.

Ainda assim, o investimento é por enquanto um ingrediente menor nas relações económicas entre China e África, dominada pelas trocas comerciais. Desde 2009 que a China se tornou o principal parceiro comercial da África Subsaariana, com o volume de trocas a crescer de cerca de 10 mil milhões de dólares em 2002 para mais de 170 mil milhões de dólares em 2013.

Numa análise recente, o FMI conclui que os principais *players* petrolíferos africanos - Angola e Nigéria - são os mais penalizados pelo abrandamento chinês, mesmo pressupondo o êxito no ajustamento das políticas económicas. A Nigéria será o país mais afectado, dado que o crescimento baixa de 6,25% em 2014 para 4% este ano, e Angola abranda de 5% para 3,5%. Já no caso de países africanos importadores de petróleo e em fase de forte impulso de investimento em infraestruturas, as perspectivas são positivas, como é o caso de Moçambique. Estas estimativas consideram quedas de 46,4% no preço do petróleo e de 16,9% no preço de metais e produtos agrícolas, além de um recuo de 3,2% nos fluxos de comércio globais.

Mas as autoridades africanas, e as angolanas em particular, deverão estar preparadas para outros cenários, que podem concretizar-se, caso a China não consiga o reajustamento desejado das suas políticas económicas. Assim, em caso de quebra prolongada da actividade económica da China, o impacto será uma redução de 1,6% no PIB mundial, e de 0,5% no PIB dos exportadores africanos de petróleo; noutro cenário, que considera uma recuperação superior a 15% dos preços do petróleo, os exportadores podem beneficiar de mais um ponto percentual no PIB real. Finalmente, num terceiro cenário, de desaceleração da actividade e custos acrescidos de produção, será possível deslocar 2% da actividade industrial chinesa para a África subsaariana, o que tenderá a beneficiar as economias de maior dimensão. O ajustamento da política económica chinesa às actuais condições do mercado doméstico e da realidade internacional serão uma pressão negativa para os exportadores de petróleo, dado um expectável refrear da procura doméstica, e os investimentos directos tenderão a ser selectivos. No entanto, a matriz geoestratégica caracteriza a China como um corredor de fundo, sendo que Angola e Portugal são parceiros importantes nesta corrida. #

Sede do Banco Central da China, Beijing



CENÁRIO DE EVOLUÇÃO DA CHINA E EFEITOS

AJUSTAMENTO DAS POLÍTICAS ECONÓMICAS

- Redução de 46,4% no preço do petróleo
- Redução de 16,9% no preço de metais e produtos agrícolas
- Redução de 3,2% nos fluxos de comércio globais
- Penalização exportadores africanos de petróleo (Angola)
- Benefício dos importadores africanos de petróleo em fase de investimento em infraestruturas (Moçambique)

QUEBRA PROLONGADA DA ACTIVIDADE ECONÓMICA

- Redução de 1,6% no PIB mundial
- Redução de 0,5% no PIB dos exportadores africanos de petróleo

RECUPERAÇÃO DE 15% DO PREÇO INTERNACIONAL DO PETRÓLEO

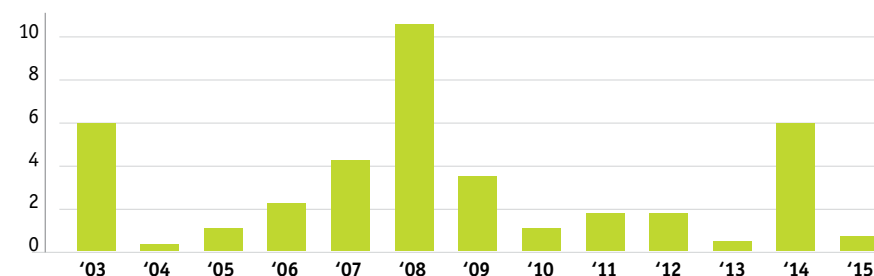
- Ganho de 1 p.p exportadores africanos de petróleo

DESACELERAÇÃO E CUSTOS ACRESCIDOS DE PRODUÇÃO

- Deslocalização de 2% da actividade industrial chinesa, beneficiando economias de maior dimensão

INVESTIMENTO CHINÊS EM ÁFRICA

Valores em mil milhões de USD • Dados de 2015 para o 1º semestre



Fonte: fDi Intelligence

Nova Lei Geral do Trabalho

A resposta aos desafios



Renata Valenti, Associada Sénior do GLA (Gabinete Legal de Angola), escritório membro da PLMJ International Legal Network

As regras para a contratação de quadros em Angola, foram actualizadas num ano em que os operadores económicos lutam diariamente contra as constantes alterações de um mercado cuja volatilidade tem sido posta à prova a cada oscilação do preço do petróleo.

As alterações à Lei Geral do Trabalho foram discutidas durante cerca de dois anos, através de consulta pública com a participação de representantes das instituições públicas que actuam directamente na área da protecção dos direitos dos trabalhadores, de representantes dos maiores grupos económicos privados do país e, naturalmente, de juristas. Não obstante a auscultação prévia, volvidos quase dois meses desde a entrada em vigor da Lei n.º 7/15 de 15 de Junho, permanece a discussão sobre se esta lei visa, como diz o seu preâmbulo, fomentar a geração de emprego, ou se, por outro lado, como defendem alguns sectores da sociedade, promove a precariedade do emprego contrariando, assim, o princípio basilar da estabilidade.

O ponto fulcral da discussão centra-se na actual abertura à contratação por um período de tempo determinado contra a regra geral de contratação por tempo indeterminado que vigorava na lei de 2000. Com a, ainda nova, Lei Geral do Trabalho, passa a ser possível celebrar contratos de trabalho por tempo determinado por períodos de até cinco ou dez anos, dependendo da dimensão da empresa, ao contrário do prazo má-

ximo previsto na lei anterior ao abrigo da qual, após o decurso de três anos, ocorria uma transformação automática do contrato em contrato por tempo indeterminado. Actualmente, as MPME podem celebrar contratos de trabalho por tempo determinado renováveis até ao limite máximo de dez anos e as grandes empresas até ao limite máximo de cinco anos.

Para além do alargamento da duração deste tipo de contratos de trabalho, o empregador deixa de estar obrigado a limitar a contratação por tempo determinado às circunstâncias que eram taxativamente referidas na lei anterior.

Uma breve nota para referir que as regras para a contratação de expatriados, no que respeita ao período máximo de duração dos respectivos contratos, mantém-se inalteradas. Desta forma, ao abrigo do Decreto 6/01 de 19 de Janeiro (Regulamento sobre o exercício da actividade profissional do trabalhador estrangeiro não residente), a duração máxima de um contrato de trabalho com um estrangeiro não residente continua a ser de três anos, devendo o trabalhador regressar ao seu país de origem findo o contrato.

No que respeita a comunicação da intenção de não renovação do contrato, a nova lei fixa um período único de aviso prévio de quinze dias e esclarece que a falta de cumprimento do mesmo obriga o empregador a pagar uma compensação correspondente ao período de aviso prévio em falta. Desaparece, assim, a ideia de renovação

automática do contrato quando não é cumprido o aviso prévio. Também as regras que regulam a própria organização do trabalho sofreram algumas alterações.

A nova Lei Geral do trabalho mantém o tempo de duração do período normal de trabalho (oito horas diárias e quarenta e quatro semanais) mas reduz a duração do intervalo de descanso e refeição o qual passa a variar entre 45 minutos e uma hora e meia, sem prejuízo de continuar a ser admissível a fixação por convenção colectiva de trabalho de um intervalo com duração superior a duas horas.

O trabalho extraordinário continua a ser admitido apenas em circunstâncias que justifiquem a violação excepcional da duração máxima do período normal de trabalho e dentro dos limites previstos na anterior lei: duas horas por dia normal de trabalho, quarenta horas por mês e duzentas horas anuais. No entanto, a nova lei traz novas regras no que concerne a forma de remuneração das horas de trabalho extraordinário. Tal como noutras matérias, a remuneração adicional varia consoante a dimensão da empresa empregadora.

Os limites não são aplicáveis aos trabalhadores que tenham sido contratados com isenção de horário. De acordo com a nova lei, o regime de isenção de horário deixa de ser exclusivo aos trabalhadores que exerçam cargos de administração e direcção. A par destes passam a estar isentos de horário de trabalho os trabalhadores que exerçam funções de chefia, fiscalização ou

que integrem os órgãos de apoio directo ao empregador. Não obstante a lei não definir quais são os órgãos de apoio ao empregador, parece evidente que estarão incluídas todas as direcções e/ou departamentos que dão apoio permanente à administração ou gerência de uma empresa, como por exemplo, o departamento financeiro e o departamento de recursos humanos.

Poderão também ser isentos de horário de trabalho trabalhadores que exercem, com frequência, funções fora do centro de trabalho, mediante acordo escrito entre estes e o empregador. Este acordo não está sujeito a qualquer controlo por parte da Inspeção Geral do Trabalho.

Em matéria de férias, passa a existir um momento único de vencimento do direito a férias a 1 de Janeiro de cada ano, ao contrário dos dois previstos na anterior lei. Desta forma, actualmente, o trabalhador só pode gozar férias depois de completados seis meses de trabalho, as quais corresponderão a dois dias úteis por cada mês trabalhado. Uma outra novidade é que o período de suspensão das férias por causa não imputável ao trabalhador (sendo a mais comum a doença) passa a estar limitado a cinco dias, mesmo nos casos em que a doença subsista por período de tempo superior.

Outra matéria de grande relevo e impacto na vida dos trabalhadores é a das faltas. A atual lei mantém os motivos justificativos de falta ao trabalho, no entanto, reduz os limites dentro dos quais as faltas se consideram justificadas. A título de exemplo, a licença por casamento do trabalhador é reduzida para oito dias seguidos de calendário, contra os dez anteriores.

Ao contrário daquela que tem sido a tendência em muito países, a atual lei mantém a licença de apenas um dia, para o pai, por ocasião do nascimento do filho. Ora, o que se verifica na prática é que a maioria dos pais solicita autorização ao empregador para estar ausente mais dias ou, não sendo a ausência autorizada, utiliza dias de férias.

Também no que respeita às faltas por falecimento de familiares, tem sido, e continuará certamente a ser, difícil conciliar o que vem disposto na lei com aquelas que são as práticas e costumes. Apesar de tanto a lei antiga como a actual serem bastante claras a determinar o número de dias que um trabalhador pode estar ausente sem perda de remuneração, nem sanções disciplina-

res, em caso de falecimento de familiares, fazendo a distinção entre os membros do agregado familiar e os demais, na prática, os empregadores são confrontados com relações familiares complexas que ultrapassam em muito aquilo que vem previsto na lei. Raras não são as vezes em que, apesar de a lei não considerar como falta justificada a ausência para participação no funeral de um vizinho ou de um sobrinho, o empregador acaba por conceder uma licença, sem perda de remuneração, ao trabalhador, pois, tradicionalmente, o vizinho é muitas vezes comparado com um irmão e o sobrinho, mesmo não integrando o agregado familiar, é muitas vezes equiparado a um filho.

Assim, nesta como noutras matérias, deve haver uma conciliação entre os interesses

“PERMANECE A DISCUSSÃO SOBRE SE ESTA LEI VISA FOMENTAR A GERAÇÃO DE EMPREGO, OU SE, POR OUTRO LADO, COMO DEFENDEM ALGUNS SECTORES DA SOCIEDADE, PROMOVE A PRECARIEDADE DO EMPREGO CONTRARIANDO, ASSIM, O PRINCÍPIO BASILAR DA ESTABILIDADE.”

do empregador e do trabalhador, reinando, sempre que possível, o bom senso, já que o cumprimento estrito da lei poderá conduzir a diferendos que ultrapassam a objectividade legal.

Uma das matérias em que é evidente o reforço dos direitos dos trabalhadores é a das faltas por acidente, doença ou assistência familiar. A lei anterior remetia para a legislação que regula a protecção social, a qual, aliada a um sistema de segurança social ausente nesta matéria, obrigava o empregador a assumir o dever de manter o salário dos trabalhadores ausentes por doença ou acidente.

Com a nova lei fica claro para trabalhadores e empregadores qual é o valor a ser suportado pela empresa e dentro de que limites temporais. Também aqui as obrigações do empregador variam em função da dimensão da empresa, havendo menor onerosidade para as pequenas e micro empresas.

No que respeita a disciplina laboral, destaca-se a possibilidade de o empregador poder mandar instaurar inquérito prévio ao procedimento disciplinar, e a faculdade de

aplicar de imediato a medida disciplinar quando não consiga contactar o trabalhador, o que demonstra um reforço dos poderes da entidade empregadora.

Num contexto sócio económico em que se assiste, diariamente, a despedimentos, destacaríamos a alteração sobre o procedimento para despedimento colectivo da qual resulta que só se considera despedimento colectivo quando são afectados mais de vinte postos de trabalho, contra os cinco exigidos pela anterior lei. Para além disso, houve uma simplificação do procedimento para efectuar um despedimento colectivo, o qual continua a ser monitorizado pela Inspeção Geral do Trabalho mas sujeito a prazos mais curtos.

Outro tema sensível na gestão de recursos humanos, em Angola, são as situações de

abandono de trabalho e o procedimento para considerar que houve cessação do contrato de trabalho. Actualmente, deixa de ser obrigatória a comunicação na última morada conhecida do trabalhador (habitualmente substituída por um anúncio no Jornal de Angola) e passa a ser suficiente a fixação da comunicação no centro de trabalho.

Em conclusão, não obstante a Lei 7/15 de 15 de Junho ter estado sob estudo e avaliação durante os últimos anos, a sua entrada em vigor em 2015 reforça a ideia de necessidade de flexibilização das relações laborais, maior equilíbrio entre empregador e trabalhador e incentivo à competitividade.

O estabelecimento de regras diferenciadas em função da dimensão da entidade empregadora reflecte o sentido de maior equilíbrio na distribuição de responsabilidades pelas empresas e é mais um instrumento para a prossecução da política de estímulo e protecção das médias, pequenas e micro empresas encetada pelo governo Angolano nos últimos anos, ainda dentro do espírito da reconstrução nacional, e hoje, um dos pilares da diversificação da economia. #

MENDES GONÇALVES

Investir, produzir e crescer com Angola

O investimento de 4 milhões de USD na construção de uma fábrica de raiz no pólo de Viana em parceria com o grupo angolano de distribuição Angoalissar mostra bem a aposta de internacionalização da Mendes Gonçalves.

A nova fábrica tem uma capacidade de produção de 500 mil garrafas de vinagre/mês.

T MANUELA SOUSA GUERREIRO | F BRUNO BARATA /beCOMM; DR



Talvez o nome Mendes Gonçalves não lhe diga muito, mas se lhe dissermos 'Paladin', com toda a certeza reconhece a marca portuguesa de temperos que mais tem dado que falar nos últimos tempos, tanto em Portugal como noutros países. Hoje em dia a empresa Mendes Gonçalves produz e comercializa centenas de produtos, mas foi com o vinagre que tudo começou há 33 anos, na Golegã. E é aqui, nesta região ribatejana, que a Mendes Gonçalves ainda está localizada. Fez sentido no arranque da actividade e continua a fazer sentido hoje. "Investimos na nossa terra, então sem as infra-estruturas de transporte e as ligações rodoviárias que existem actualmente, mas, para nós, era importante acrescentar valor e riqueza localmente. E este sentimento de privilegiar o que é nosso, seja a Golegã, o Ribatejo ou Portugal, ainda está muito presente na nossa estratégia actual", explica Carlos Gonçalves, administrador e fundador da empresa.

"Entrámos no mercado para produzir vinagre, e foi o que fizemos, mas não queríamos produzir algo igual ao que já havia, o vinagre de vinho; queríamos fazer um produto diferenciado, inovador. Recorremos ao figo, um fruto muito comum na nossa região, e nasceu o vinagre de figo", continua o mesmo responsável.

Hoje, o vinagre continua a ser um dos principais produtos da Mendes Gonçalves, e aquele que a empresa mais produz em volume. "Ao longo dos anos, e de uma maneira muito consciente, fomos inovando, produzindo vinagres diferentes, apresentando embalagens e formas diferentes de levar um produto que é milenar ao consumidor", conta Carlos Gonçalves.

Com a viragem do século, o negócio evoluiu para os molhos e outros temperos, tornando evidente a necessidade de aumentar as marcas do grupo. À marca 'Peninsular', criada ainda no início da década de 80, juntou-se, em 2004, a 'Paladin'. "De repente tivemos a oportunidade de comprar uma marca que, na realidade, já produzíamos, a 'Paladin', e que na altura era apenas a marca de uma mostarda. Alargamos então a gama de produtos e há cerca de dois anos decidimos fazer uma alteração profunda: mantivemos o nome da marca, mas a estratégia, o posicionamento, a imagem e a comunicação mudaram substancialmente. A 'Paladin' passou a ser a nossa marca de referência, o veículo de apresentação ao(s) mercado(s) de todas as inovações que a Mendes Gonçalves introduz", afirma Carlos Gonçalves.

Actualmente a Mendes Gonçalves tem mais de 200 fórmulas diferentes em produção e todos os anos lança novos produtos,

aproveitando ao máximo as vantagens que decorrem de ter um departamento de investigação e desenvolvimento próprio.

"Gostamos de inovar, de experimentar produtos novos, diferentes, pelo que esta é uma área em que investimos fortemente", afirma Carlos Gonçalves. Entre as mais recentes novidades apresentadas ao mercado constam o vinagre de tomate, o vinagre de maçã de Alcobaça ou de pêra Rocha, produtos oriundos de regiões demarcadas portuguesas. "Cerca de 88% da matéria-prima que incorporamos nos nossos produtos é nacional. Sempre privilegiámos o produto português, mas agora passámos a comunicar mais esta característica aos mercados". Uma estratégia que tem dado resultados positivos, quer no crescimento das vendas, quer para a notoriedade da marca. "Temos estado sempre a crescer, mesmo em anos considerados de crise. O ano passado as vendas duplicaram face a 2013, e 2015 será, novamente, um ano de forte crescimento", refere o administrador da Mendes Gonçalves. Um crescimento que depende bastante do mercado doméstico mas que começa a reflectir também o investimento na expansão internacional. O objectivo, sustenta o administrador, é aumentar as vendas para o exterior e passar dos actuais 25-30% para os 40% nos próximos dois anos.



ANGOLA PRIMEIRA EXPERIÊNCIA DE INTERNACIONALIZAÇÃO DA PRODUÇÃO

O investimento de 4 milhões de USD na construção de uma fábrica em Angola, a primeira fora de Portugal, mostra o quanto a Mendes Gonçalves está comprometida com a estratégia de internacionalização que delineou. “Quando falamos de internacionalização não estamos a falar em vender contentores com produtos.

A componente exportação sempre foi, e continua a ser, importante para nós. Mas vender não chega. A nossa abordagem, a nossa estratégia, é de crescimento, seja qual o for o mercado em que estivermos, pelo que, quando definimos aqueles que são os mercados-alvo, quando escolhemos um distribuidor exclusivo, estamos a escolher um parceiro que conhece o mercado e tem capacidade para levar os nossos produtos ao consumidor. E queremos ter uma palavra a dizer nesse processo. Por isso, a produção local é algo que estará sempre nos planos de médio e longo prazos”, revela Carlos Gonçalves.

“É o que faz sentido”- acrescenta - “produzimos commodities. Perante o mundo globalizado em que vivemos não faz sentido produzir aqui produtos que vão chegar ao consumidor que está a milhares de quilómetros de distância com um preço muito mais elevado devido ao custo dos transpor-

tes. Podemos produzir lá ou lá perto”.

Angola tornou-se o primeiro destino de investimento directo estrangeiro da Mendes Gonçalves por ser já o principal mercado de destino das suas exportações.

“Exportamos para Angola há mais de 30 anos, mas nos últimos anos o negócio evoluiu bastante. Decidimos, em conjunto com o nosso parceiro local, a Angoalissar, investir na construção de uma unidade fabril. A construção arrancou o ano passado e a fábrica começou a laborar em Abril deste ano com a produção de vinagre com amarra Península”, explica Carlos Gonçalves.

A Mendes Gonçalves Angola é detida em partes iguais pela Mendes Gonçalves Portugal e pelo grupo angolano de distribuição Angoalissar. A unidade fabril está localizada na zona industrial de Viana, emprega 30 pessoas e tem uma capacidade de produção instalada de 500 mil garrafas de vinagre/mês.

“Esta é a nossa primeira experiência de produção no exterior e por isso começamos por um produto que conhecemos bem. Neste primeiro ano de actividade contamos facturar à volta de 2,5 milhões de euros. É mais do que iríamos facturarmos com a exportação do produto”, refere o administrador. O futuro está em aberto e consoante a evolução do mercado, assim irá crescer e diversificar-se a produção da Mendes Gonçalves

Angola. Em 2014, Angola representava cerca de 1/3 das receitas de exportação da empresa portuguesa, com a perda do cliente Angola (já que a produção passou a ser feita localmente), a Mendes Gonçalves Portugal tem agora o duplo desafio de crescer no exterior e, simultaneamente, compensar a saída de Angola da lista de principais compradores. As projecções são, porém, bastante optimistas já que as vendas para o médio oriente e para outros países africanos estão a compensar largamente o efeito Angola.

Qual o factor de sucesso do investimento da empresa em Angola? “A escolha do parceiro certo mas, sobretudo, a capacidade de adequar o produto ao gosto local”.

Uma vantagem que *players* mundiais do sector não têm. “É preciso que o parceiro compreenda a filosofia da marca, que faça da nossa marca a dele e que defina connosco o plano de implementação da marca, e isso passa por perceber o que é preciso alterar no produto para este se adequar ao gosto local”.

E não faltam exemplos, como a gama de vinagretes produzida especificamente para a Argélia, o picante para a Índia ou a gama de molhos para o mercado árabe. Outras vezes, é o próprio “gosto” bem português a marcar pontos. #

CASA DO MARQUÊS

25 anos com internacionalização

A Casa do Marquês Angola vai arrancar em 2016. A empresa, resultante da parceria entre a *caterer* e produtora de eventos portuguesa e um empresário angolano, representa um investimento de quatro milhões de USD.

T MANUELA SOUSA GUERREIRO | F BRUNO BARATA /beCOMM; DR

O objectivo é replicar em Angola a estrutura que existe hoje em Portugal na casa mãe. A intenção de avançar com a internacionalização da Casa do Marquês foi anunciada em Maio de 2015, por ocasião das comemorações do 25º aniversário daquela que é hoje uma das maiores empresas de catering e organização de eventos em Portugal. Os últimos meses foram determinantes para estruturar toda a operação. “A ida para Angola é um projecto exigente e obrigamos a acautelar um sem número de questões que são cruciais para o sucesso do negócio. Neste momento, a empresa está criada e o projecto está a ser estruturado. Para além de termos que pensar em questões como a formação dos recursos humanos, as relações comerciais e de logística, que são fundamentais para o sucesso do negócio, temos também que preocupar-nos em montar uma estrutura física que seja ergonomicamente capaz, e isso en-

volve muitas reuniões com as equipas que estão a projectar, com quem vai construir e com quem vai cozinhar nessas instalações”, sublinha Gonçalo Seijo y Seijo, administrador da Casa do Marquês. Em Portugal foram precisas duas décadas para montar uma estrutura eficiente e à altura das exigências do mercado. O grupo oferece desde o serviço de catering até aos eventos chave-na-mão, com todos os pormenores de organização, produção, logística, decoração e animação. Uma cozinha industrial com cerca de 1500 m² é o coração da estrutura logística da empresa, cuja sede está junto ao aeroporto de Lisboa e que compreende também armazéns, oficinas de carpintaria e serralharia, escritórios e showroom. Para além do serviço de catering, a Casa do Marquês organiza eventos chave-na-mão, o que engloba a organização, produção, logística, decoração e/ou animação. “Ao longo dos anos fomos ‘oleando’ toda a

organização. Hoje empregamos entre 150 a 200 pessoas, temos quase um milhar de eventos por ano e servimos cerca de 350 mil refeições/ano. Na actividade de catering estes números podem não parecer muito elevados, e na realidade há empresas com maior dimensão, mas nós operamos num *target* muito específico em que o factor qualidade é determinante. Para além disso, somos capazes de oferecer um serviço chave-na-mão ao cliente, independentemente de ser um evento para 10 ou para 10 mil pessoas”, refere Gonçalo Seijo y Seijo.

Apesar da crise em Portugal, o negócio tem crescido a bom ritmo. Este ano de 2015 não será excepção, estando previsto um crescimento de 30%. O que torna esta empresa mais resistente à crise? “A crise não nos passa totalmente ao lado. Contudo, temos uma boa capacidade de adaptação ao mercado. A nossa experiência e capacidade de resposta são importantes



aliadas e provavelmente o melhor cartão de visita que temos para apresentar”, refere o administrador da Casa do Marquês. A perspectiva de crise em Angola também não diminui o entusiasmo pelo negócio. “Realizámos um estudo, que comprovou a apetência do mercado para este tipo de actividades, não só no domínio particular mas também corporate. De qualquer forma, importa sublinhar que não olhamos para Angola apenas numa perspectiva de curto prazo mas sim de longo prazo”, reforça Gonçalo Seijo.

A Casa do Marquês conta no seu curriculum com duas operações já realizadas em Angola: a festa de casamento de Isabel dos Santos e uma outra, também privada, para cerca de 600 convidados, e que obrigou à montagem de uma cozinha no local. Foi, aliás, a capacidade de resposta da empresa portuguesa à situação - “em que teve de fornecer desde os tachos aos talheres” – que despertou a atenção do investidor angolano.

A rota de internacionalização da Casa do Marquês deverá passar também pelos Emirados Árabes. À semelhança de Angola, o objectivo é o de replicar a estrutura existente no mercado português.

Apesar da aposta na internacionalização, em Portugal a Casa do Marquês continuará a ser uma “empresa familiar”, com a mesma estrutura acionista. “Estamos a criar empresas independentes, cada uma com a sua estrutura local, com os seus recursos humanos e com o seu mercado, só o know-how do negócio é o mesmo”, sublinha Gonçalo Seijo y Seijo.#



“HOJE EMPREGAMOS ENTRE 150 A 200 PESSOAS, TEMOS QUASE UM MILHAR DE EVENTOS POR ANO E SERVIMOS CERCA DE 350 MIL REFEIÇÕES/ANO. NA ACTIVIDADE DE CATERING ESTES NÚMEROS PODEM NÃO PARECER MUITO ELEVADOS, E NA REALIDADE HÁ EMPRESAS COM MAIOR DIMENSÃO, MAS NÓS OPERAMOS NUM TARGET MUITO ESPECÍFICO EM QUE O FACTOR QUALIDADE É DETERMINANTE.”, Gonçalo Seijo y Seijo, administrador



13º PROJEKTA BY CONSTROI

Construção em crise

A maior feira do sector da construção em Angola contou com cerca de 200 empresas, a maioria de grande dimensão.

MANUELA SOUSA GUERREIRO | FDR

O clima de apreensão quanto ao presente contrastou com as expectativas de crescimento e de desenvolvimento futuras, impulsionadas pela reestruturação no enquadramento legal do investimento privado. A diminuição das receitas petrolíferas contribuiu seriamente para o abrandamento do ritmo de construção das obras públicas e para a entrada de novos investimentos neste sector. Para Manuel Novais, da Arena Direct, empresa que, em conjunto com a Feira Internacional de Luanda, criou e organizou o certame, 2015 foi uma excepção.

A 13ª edição da Projekta arrancou sob um clima económico muito restritivo. De que forma é que este clima afectou o certame?

Ao longo das suas últimas edições, a Projekta apresentou níveis de crescimento que lhe permitiram chegar a esta 13ª edição de uma forma sólida e consistente. Acreditamos que esta última edição, que se saldou numa redução de empresas participantes, seja uma excepção decorrente das actuais condicionantes do mercado. Este ano contámos com cerca de 200 empresa. Destas, 75% nacionais e as restantes 25% internacionais.

Que países marcaram presença?

Estiveram empresas oriundas de 11 países, designadamente a Alemanha, China, Espanha, EUA, França, Itália, Jordânia, Kuwait, Portugal, Suíça e Turquia. Portugal e a Turquia marcaram presença através de comitativas oficiais.

A Turquia trouxe a maior representação internacional, com 26 empresas. Como se explica o entusiasmo deste mercado, que tradicionalmente não tem uma ligação a Angola?

A internacionalização da Projekta tem sido uma prioridade da organização, e nesse sentido, temos apostado na promoção em mercados externos, através da presença em feiras internacionais, divulgação em Embaixadas e publicações sectoriais internacionais. A Turquia já era um país com particular interesse no mercado angolano, tendo marcado presença noutras edições. Nesta edição, apostamos num novo parceiro, a Turkel, e conseguimos uma maior adesão e dinâmica na sua participação.

E de Portugal houve menos entusiasmo?

Independentemente da crise, Angola continua a ser um mercado de eleição para as empresas portuguesas. Por razões culturais e linguísticas, Angola será sempre um mercado interessante e atractivo para Portugal. No âmbito da Projekta, Portugal trouxe uma comitiva oficial organizada pela AIP/FIL, que contou com mais de 20 empresas.

O que trouxe de novo esta 13ª edição?

Nesta edição, a organização procurou dar destaque à Inovação, através da criação do Circuito da Inovação. É importante que as empresas sintam que a Projekta, além de um espaço de contacto e negócio, seja propício ao lançamento de novidades, da mesma forma que para o visitante é importante sentir a feira como uma montra de produtos e serviços que satisfaçam as suas necessidades. Além desta iniciativa, a Projekta destacou as presenças oficiais internacionais de Portugal e da Turquia, através da criação do Dia de Portugal e do Dia da Turquia procurando, desta forma, fomentar uma maior dinâmica à internacionalização da feira, que atinge já, como referi, cerca de 25% da área ocupada. Por outro lado, também é de registar que

a oferta direccionada à construção e a obras públicas, que sempre foram os segmentos com maior adesão, não foi excepção. É natural que num país onde a reabilitação e reconstrução de infraestruturas são uma prioridade, esses segmentos tenham maior procura. #



AIMMP ANGOLA É UM MERCADO PARA CRESCER

Angola ainda é um mercado estratégico para as empresas portuguesas da indústria de madeiras e mobiliário de Portugal, que o ano passado exportou para este mercado 230 milhões de euros. Contudo, o número de empresas que a AIMMP levou à Projekta ficou-se por sete, menos cinco que na edição de 2013, para além da presença em stand próprio 'Associative Design.' "Este certame correu muito bem para as empresas que vieram com a AIMMP. Algumas delas já vendiam para Angola, mas foi uma forma de contactarem mais de perto com os actuais, e futuros, clientes. Como referiu um dos nossos associados, 'a PROJEKTA é um palco privilegiado para o estabelecimento de parcerias e desenvolver oportunidades para participar em novos projectos'. O mercado angolano é um mercado para crescer, mas é importante ter uma presença física em Angola", referiu à Negócios fonte da AIMMP.

BIC EXPORTADOR

EXPORTE CONNOSCO
CRESCA CONNOSCO

GERAMOS NEGÓCIOS ALÉM-FRONTEIRAS

- ✓ Soluções para exportação de bens e serviços
- ✓ Gestão de fluxos financeiros
- ✓ Desenvolvimento de estratégias de investimento

Informe-se Já
808 22 44 44
(2^ª f. a 6^ª f. das 9h às 20h, exceto feriados)
www.bancobic.pt



BancoBIC

Crescemos juntos

Expansão do Pólo Industrial de Luanda

O Polo Industrial de Luanda continua a expandir-se. No princípio de Novembro foram inauguradas três unidades industriais ligadas aos sectores têxtil (Alaíde), metalomecânico (Klinger Angola), e alimentar (Sociedade Industrial de Produtos Alimentares - Corial). No conjunto, estas unidades representam um investimento global de 43 milhões de USD. A cerimónia de inauguração contou com a presença da ministra da Indústria, Bernarda Martins.

Nenhuma das instituições é nova no mercado. A têxtil Alaíde pertence ao grupo angolano Alaíde & Associados que, para além da vertente industrial, tem investimentos em lavandarias e serviços. A nova unidade está vocacionada para a produção de roupa de ganga - casacos, fardas, batas, saias e vestidos. A Sociedade Industrial de Produtos Alimentares está vocacionada para produtos ultra-congelados. A fábrica tem uma capacidade instalada para transformar por hora 2,5 toneladas de farinha e produzir 12 mil pães por dia. A Klinger, por sua vez, opera em Angola desde 2012, sob licenciamento da Klinger International. Dedicar-se à produção e comercialização de componentes ligados ao mercado do petróleo e gás, tais como juntas, parafusos, flanges, válvulas e acessórios. Actualmente, fornece os principais operadores petrolíferos no mercado, com particular destaque para a Sonangol e a Total E&P Angola.



Fermat em expansão

A Fermat, empresa detida pelo grupo luso-angolano Importraiding, vai investir cerca de 10,5 mil milhões de Akz na abertura de 14 novas lojas. Cada um dos novos espaços obrigará a um investimento na ordem dos 750 milhões Akz e irá criar 75 novos postos de trabalho directos. O plano de expansão da empresa, que se dedica ao comércio de materiais de construção, dá prioridade às províncias de Luanda, Benguela e Uíge. A Fermat conta hoje com dois espaços: um na zona da Palanca e o segundo, mais recente, em Viana.

Porto de Leixões

O Porto de Leixões registou, no passado mês de outubro, o melhor resultado de sempre, tendo apresentado um crescimento de 9,8% face ao período homólogo do ano anterior, o equivalente a mais de 1,7 milhões de toneladas de mercadorias.

Com um crescimento de 4,8% no total acumulado, 2015 continua a sustentar a excelente performance de Leixões, porto por onde, desde o início do ano, já entraram e saíram 15,5 milhões de toneladas de mercadorias. Não obstante o impacto da redução das exportações para Angola ter influenciado uma quebra na carga contentorizada na ordem dos -8,5%, a evolução nos 10 primeiros meses do ano foi positiva nos granéis líquidos (+9,1%), na carga fracionada (+13,3%), no ro-ro (+79%) e nos granéis sólidos (+12,7%).



Lusovini Cresce nos mercados de exportação

A distribuidora de vinhos portuguesa Lusovini prevê facturar este ano mais de cinco milhões de euros. Os mercados externos, em particular o Brasil, Angola e Moçambique, são responsáveis por 70% do volume de negócios da empresa. Em 2015, a Lusovini comercializou mais de um milhão de garrafas, o que representou um crescimento de 20% face a 2014, que foram distribuídos por cerca de 27 mercados. Angola tem um peso de 23% no negócio, o equivalente a 200 mil garrafas e a um volume de facturação de um milhão de euros. Apesar do aumento da procura neste país, a crise cambial veio prejudicar as contas da Lusovini, que aposta agora numa maior diversificação de destinos para compensar as dificuldades sentidas em Angola. Ainda assim a Lusovini inaugurou este ano uma loja específica do vinho Porto em Luanda. Angola, a par do Brasil e de Moçambique, são o alvo principal de uma aplicação para telemóvel desenvolvida pela empresa de distribuição e que apresenta cerca de 200 dicas que prometem melhorar a experiência de consumo.

RECER é Superbrand Born in Portugal

A RECER foi distinguida como marca de excelência no âmbito da primeira edição do ranking Superbrands Born in Portugal. Este novo selo atribui à Recer

um estatuto ímpar num universo restrito de marcas e configura uma abordagem percursora da Superbrands em Portugal, com o intuito de promover bens nacionais e de estimular a produção, a criatividade e o empreendedorismo.

A distinção da Recer como Superbrand Born in Portugal resulta quer da escolha dos consumidores quer da preferência manifestada pelo conselho Superbrands, integrado por 16 especialistas portugueses em Marketing e Comunicação.

Os consumidores elegeram, de forma espontânea, as suas marcas favoritas segundo critérios como a relevância, a familiaridade, a satisfação ou a confiança. O Conselho Superbrands, por sua vez, analisou critérios como o domínio do mercado, a longevidade, o goodwill, a fidelização e a aceitação.



SOLUÇÕES LOGÍSTICAS GLOBAIS

TRANSPORTE AÉREO E MARÍTIMO
EXPRESSO INTERNACIONAL
TRANSPORTE RODOVIÁRIO INTERNACIONAL
ACTIVIDADE ADUANEIRA
EXPRESSO NACIONAL
LOGÍSTICA CONTRATUAL

Estamos em Angola!
Luanda - Lobito - Viana - Santa Clara

+244 941 216 975 | angola@rangel.com | www.rangel.com



PORTUGAL | ESPANHA | ANGOLA | CABO VERDE | MOÇAMBIQUE | BRASIL

Rangel
innovating EXPRESS & LOGISTICS

ENTREVISTA PEPETELA

“A vida na frente de combate foi uma grande fonte de inspiração”

Artur Carlos Maurício Pestana dos Santos, Pepetela, aos 64 anos é um dos nomes grandes da literatura angolana. Nesta entrevista sobre os 40 anos de Independência do país, recorda as frentes de batalha, a luta armada, “uma luta inesquecível, por ter permitido aos angolanos conquistarem o seu orgulho, a sua identidade.”

TV VENCESLAU MATEUS/AGÊNCIA ANGOP | F beCOMM; DR

Pepetela, um autor de referência no mundo literário lusófono, deu-se a conhecer ao mercado em 1970 com a publicação da obra ‘As Aventuras de Ngunga’.

Qual é o papel da literatura na formação de um povo e, particularmente, na construção de uma nação?

No caso de Angola, teve um papel muito grande e em duas fases: ajudou a consolidar a identidade angolana e as ideias de libertação nacional. Mas não posso deixar de parte a música, pois foi um factor que muito influenciou na criação da identidade da nação. E, sem medo de errar, considero mesmo que a música tem um papel muito mais relevante e com muito mais peso no processo de libertação nacional.

Onde estava em vésperas do 11 de Novembro?

Estava no Sumbe (Cuanza Sul). Até ao dia 4 de Novembro, por altura dos ataques dos sul-africanos em Catengue, estava em Benguela como membro do Estado Maior da Frente-Centro. Recuados até ao Sumbe, tivemos que aguentar o avanço dos sul-africanos até à proclamação da independência, pois a orientação recebida era para não deixar aquela posição até a última bala. Aguentámos, conseguimos travar o avanço sul-africano e ver concretizado o sonho de sermos livres, donos dos nossos destinos.

Valeu a pena o esforço para a conquista do sonho da liberdade?

Valeu e muito. Hoje, olhamos para o que conseguimos com a independência e não nos arrependemos. Foi uma luta inesque-

cível, por ter permitido aos angolanos conquistarem o seu orgulho, a sua identidade. A nossa satisfação na altura teve a sua ‘ceveja do topo’ no dia a seguir à proclamação da independência, com o reconhecimento da soberania angolana por parte do Brasil. Este reconhecimento serviu como ponte de lançamento para as lutas diplomáticas empreendidas depois para a afirmação de Angola no contexto das nações.

Sente alguma saudade da República Popular de Angola?

Sinto. Sobretudo, ao nível das pessoas. O relacionamento era muito simples, prático. Hoje o cenário é completamente diferente. Era uma época de solidariedade entre as pessoas. Havia mais aproximação, as pessoas eram muito mais iguais. Havia sempre uma mão para ajudar quem estivesse com necessidades.

“SER ESCRITOR NÃO É UM DOM COM O QUAL TENHA NASCIDO”

Pepetela, depois de longos anos ligado ao mundo das letras e muitas vivências sociais, sente-se realizado?

Ainda não, porque sinto que ainda tenho que fazer muita coisa. Mas ao olhar para a cultura angolana, diria, e digo, que os 40 anos provaram e mostraram que tínhamos razão quando proclamamos a independência, porque a cultura deu grandes passos, quer em termos de produção quer em qualidade.

Quando se fala da literatura angolana, o Pepetela é uma referência obrigatória.

Quando é que percebeu que tinha queda para o mundo da escrita?

Queria ser escritor. Gostava de escrever desde criança, mas não é um dom com o qual tenha nascido. Foi criado e refinado na escola. É fruto da vida pessoal e de um conjunto de factores particulares que me obrigaram a ir buscar estórias. Tive alguns exemplos na família. Tive dois tios e um primo que estiveram ligados à literatura, de uma forma ou de outra. Mas o grande impulsionador foi um tio que era jornalista e contista que puxou muito por mim para o mundo das letras.

Nunca aspirei muito ser um profissional da literatura, mas também não me arrependo da escolha. Fui professor universitário durante muitos anos, mas hoje estou reformado e com muito tempo para a escrita.

Surgiu no mercado literário nos anos 70 com duas obras: ‘Muana Puó’ e as ‘Aventuras de Ngunga’. Como conseguiu escrever estas duas obras em tempo de guerrilha?

As ‘Aventuras de Ngunga’ foi escrito na Frente Leste (Moxico), onde estive destacado como guerrilheiro do MPLA, em 1972, e publicado em 1973. O ‘Muana Puó’ foi publicado um tempo depois.

As ‘Aventuras de Ngunga’ é o retrato da participação dos angolanos na luta de guerrilha pela independência nacional, com particular realce para a juventude, neste caso particular, de uma criança estudante. Não era um livro, mas sim um conjunto de textos escritos nas línguas nacionais para ajudar os jovens guerrilheiros a terem algo para ler. Só mais tarde descobri que aí estava uma estória que podia ser publicada em livro.

E como não tinha hipótese de escrever à máquina onde estava, passei o manuscrito ao Ndunduma [referência ao escritor e poeta Fernando da Costa Andrade “Ndunduma Wé Lepi”], que se encontrava na zona fronteira e com mais possibilidades de usar uma máquina de escrever, que tratou de passá-lo à máquina e o publicou.

Já o ‘Mayombe’ demorou mais tempo a ser

publicado devido às circunstâncias em que me encontrava. Na floresta do Mayombe não havia margem de manobra.

Mas como conseguia conciliar a escrita com a condição de guerrilheiro?

Era complicado. Por exemplo, em Cabinda, eram condições muito difíceis, pois chovia quase sempre, colocando em risco os manuscritos, neste caso o 'Mayombe'. Depois porque estávamos sempre em acção e sobrava algum tempo só à noite. Um dos grandes travões do 'Mayombe' foi o facto de ter que escrever com receio de o inimigo apanhar os escritos que continham informações relativas à vida diária no quartel. Do ponto de vista material, era muito difícil. Já na Frente Leste não tinha como escrever. Devo, no entanto, reconhecer que a vida na frente de combate foi uma grande fonte de inspiração para muitas das minhas criações literárias.

No princípio dos anos 2000 colocou no mercado uma saga: Jaime Bunda, o Agente Secreto...

Ainda não considero uma saga, porque preciso de, pelo menos, mais um livro. Mas a ideia era escrever um livro policial, uma ideia que tinha desde os meus 15 anos de idade. É uma forma mais popular de escrever e explicar à sociedade os factos na sua realidade. Pouco depois da independência, arranjei um personagem como resultado de uma imagem que presenciei no primeiro jogo de basquetebol entre Angola e o Congo Brazzaville. Na equipa nacional havia um atleta com uma bunda daquelas que não conseguia nem saltar e aí nasceu o Jaime Bunda. Da imaginação para o livro foi só um salto e o resultado são os dois livros.

Foram dois livros que tiveram uma saída enorme, com várias reedições. Quem sabe pode sair uma terceira parte? O estado de espírito pode definir muita coisa.

Pepetela é tomado pelas suas histórias?

Sim. Acho que todos os escritores são tomados pelas suas histórias. No fundo, é o seu mundo imaginário. É o extravasar das suas ideias para o papel, fazendo com que leve ao público as criações do seu imaginário. Eu vivo as histórias, entro nas histórias. É necessário para poder estabelecer o diálogo com os personagens que criamos.

Qual é a obra que mais se orgulha de ter escrito?

Até há bem pouco tempo, considerava o livro 'Muana Puó', que era o meu programa mínimo, pois achava que tinha tudo. Mas também tenho a 'Parábola do Cágado Velho'. É um livro pequeno, mas foi muito difícil de ser escrito.

Para quando um novo livro?

Estou a trabalhar. Talvez para o ano. Não estou a prometer nada, mas vamos ver. Já fiz o 'luto' e o 'komba' do último livro. Então estou a preparar as coisas para ver o que acontece até o final do ano.

Vive Luanda e escreve Luanda. Que comparação pode fazer entre a Luanda de então e a Luanda de hoje?

Depois da independência Luanda esteve um pouco parada. É a partir dos anos 90, mesmo apesar da guerra, que começa a mostrar uma nova fase, culminando com o boom que se regista hoje. O crescimento de Luanda acontece com vários aspectos

positivos, mas também há os negativos: a falta de infra-estruturas de saneamento, luz e água; os musseques desordenados são consequências do crescimento descontrolado de Luanda, trazendo consigo diversos constrangimentos e que exigem muito investimento para se colocar ao dispor da população o mínimo para esta poder viver com dignidade.

Positivamente ressalta-se o crescimento urbano no centro, sul e norte de Luanda. Mas é necessário que se invista no crescimento das vilas e pequenas cidades para se descongestionar Luanda. A criação de condições nas demais províncias permitirá com que muitos dos habitantes de Luanda se desloquem para o interior do país.

Que conselhos deixa a quem está a dar os primeiros passos no mundo da literatura?

Ler. Ler tudo e, acima de tudo, ler muito. Conhecer o assunto, para poder trazer a público um rebento literário. Conhecer a sociedade onde está enquadrado para poder retratar os seus habitantes. Ler e estudar. Quero com isto dizer estudar a sociedade na sua vivência. E depois profissionalismo. Procurar conselhos, falar com quem já está no mercado há muito tempo. Ter a certeza de que fez bem. #



PERFIL

PRÉMIOS

Prémio Nacional de Literatura e Prémio Camões de Literatura, conquistados em 1997

LIVROS PUBLICADOS

Muana Puó; Mayombe; As Aventuras de Ngunga; A Revolta da Casa dos Ídolos; O Cão e os Calus; Lueji; A Geração da Utopia; O Tempo dos Flamíngos; O Desejo de Kianda; A Parábola do Cágado Velho; A Montanha da Água Lilás, Fábula para todas as idades; Jaime Bunda - Agente Secreto; Jaime Bunda e a morte do americano; Yaka; A Gloriosa Família; Predadores; O Terrorista de Berkeley, Califórnia; O Quase Fim do Mundo; Contos de Morte; O Planalto e a Estepe; A Sul. O Sombreiro; e O Tímido e as Mulheres.

PEÇAS DE TEATRO

1978 - A Corda, 1980 - A Revolta da Casa dos Ídolos

LEGISLAÇÃO PUBLICADA

SISTEMA FINANCEIRO E POLÍTICA ECONÓMICA

* Bases das Instituições Financeiras, que regula o processo de estabelecimento, o exercício da atividade, a supervisão, o processo de intervenção e o regime sancionatório das instituições financeiras – Lei nº 12/15, de 17 de junho (revoga, nomeadamente, a Lei nº 13/05, de 30 de setembro).

* Aprovação do acordo de empréstimo a celebrar entre a República de Angola, representada pelo Ministério das Finanças, e o Banco Mundial (BM), no valor global de USD 450 milhões, para apoio orçamental, sob a forma de DPL (Development Policy Loan); autorização ao Ministro das Finanças para proceder à assinatura do referido acordo de empréstimo e de toda a documentação relacionada com o mesmo – Despacho Presidencial nº 63/15, de 6 de julho.

* Aprovação do Código dos Valores Mobiliários – Lei nº 22/15, de 31 de agosto (revoga a Lei nº 12/05, de 23 de setembro – dos valores mobiliários; o Decreto Legislativo Presidencial nº 4/13, de 9 de outubro – regime jurídico do mercado regulamentado de dívida pública titulada; nº 3 do artº 167º, nº 9 do artº 309º, artº 332º, nº 3 e nº 4 do artº 335º, artºs 336º, 337º, 348º, 349º, 352º a 362º, 378º, 379º e 392º da Lei nº 1/04, de 13 de fevereiro – das sociedades comerciais).

* Aprovação do regime jurídico dos organismos de investimento colectivo de capital de risco – Decreto Legislativo Presidencial nº 4/15, de 16 de setembro.

* Autorização da emissão de Obrigações do Tesouro em moeda externa até ao valor global de USD 2 mil milhões, para o exercício fiscal de 2015, reservadas ao financiamento da despesa pública – Decreto Executivo nº 547/15, de 6 de outubro.

* Autorização ao Ministro das Finanças para recorrer à emissão especial de Obrigações do Tesouro em Moeda Nacional (OT-MN), até ao valor de AKZ 41 mil milhões, no âmbito do limite estabelecido no Orçamento Geral do Estado – Decreto Presidencial nº 196/15, de 8 de outubro.

ATIVIDADES ECONÓMICAS E DESENVOLVIMENTO

* Criação do Fundo de Activos para o Desenvolvimento Habitacional, abreviadamente designado por FADEH, fundo autónomo de natureza pública sob a superintendência do Ministério das Finanças, que consiste numa diversidade de direitos e obrigações sobre activos imobiliários, da exclusiva titularidade do Estado; transferência para o FADEH dos direitos e obrigações sobre as habitações, espaços comerciais e lotes para a construção integrados no perímetro de construção dos projectos habitacionais sob a gestão da Imogestim, S.A.; alteração do nº 5 do artº 1º do Decreto Presidencial nº 329/14, de 29 de dezembro – Decreto Presidencial nº 168/15, de 25 de agosto.

* Aprovação das linhas mestras da política nacional de investimento privado – Decreto Presidencial nº 181/15, de 30 de setembro.

* Aprovação do regulamento do procedimento para a realização do investimento privado – Decreto Presidencial nº 182/15, de 30 de setembro (revoga, nomeadamente, os Decretos Presidenciais nº 84/12, de 14 de maio, e nº 166/12, de 17 de julho).

* Extinção da ANIP – Agência Nacional para o Investimento Privado e criação da APIEX – Agência para a Promoção do Investimento e Exportações de Angola; transferência dos activos e passivos da extinta ANIP para a APIEX e aprovação do seu estatuto orgânico – Decreto Presidencial nº 184/15, de 30 de setembro (revoga, nomeadamente, os Decretos Presidenciais nº 113/11, de 2 de junho, e nº 189/13, de 18 de novembro).

* Criação da UTIP – Unidade Técnica para o Investimento Privado, serviço técnico especializado que tem por objetivo apoiar o titular do poder executivo na preparação, condução, avaliação e negociação de projectos de investimento privado cuja aprovação seja da competência do titular do poder executivo; aprovação do regime jurídico de constituição, organização, funcionamento e procedimento da UTIP; nomeação de Ernesto Manuel Norberto Garcia para o cargo de Director e de Luís Domingos José para o cargo de Director-Adjunto da UTIP – Decretos Presidenciais nº 185, nº 187 e nº 188/15, de 2 de outubro.

* Autorização da criação da Sociedade de Investimentos em Participações, S.A., abreviadamente designada por SIP, S.A., sob a forma de sociedade anónima de capitais maioritariamente públicos – Despacho Presidencial nº 82/15, de 6 de outubro.

GEOLOGIA E MINAS

* Criação da comissão multisectorial para proceder a estudos conducentes à criação de Polos de Desenvolvimento Mineiro nas zonas em que o Planageo revelar grande potencial geológico-mineiro, coordenada pelo ministro da Geologia e Minas – Despacho Presidencial nº 60/15, de 16 de junho.

* Aprovação do regulamento interno da Comissão Nacional do Processo Kimberley – Decreto Executivo nº 462/15, de 3 de julho.

COMÉRCIO: PRINCIPAIS INDICADORES

(mil euros e %)

	2015	2014	Var. 15/14
Total do Comércio Extracomunitário			
Importações Portuguesas	11,969,567	12,572,184	-4.79
Exportações Portuguesas	11,440,953	11,682,974	-2.07
Saldo	-528,614	-889,210	-40.55

PALOP

Importações Portuguesas	981,937	1,287,337	-23.72
% do total	8.2%	10.2%	-19.88
Exportações Portuguesas	2,366,617	3,161,944	-25.15
% do total	20.7%	27.1%	-23.57
Saldo	1,384,680	1,874,607	-26.13

Angola

Importações Portuguesas	943,266	1,255,730	-24.88
% nos PALOP	96.1%	97.5%	-1.52
% no total extracomunitário	7.9%	10.0%	-21.10
Exportações Portuguesas	1,784,431	2,618,200	-31.85
% nos PALOP	75.4%	82.8%	-8.94
% no total extracomunitário	15.6%	22.4%	-30.40
Saldo	841,165	1,362,470	-38.26

PRINCIPAIS PARCEIROS COMERCIAIS DE PORTUGAL

(milhões euros)

Total do Comércio Português	Exportações	Importações	Saldo
Espanha	9 365	14 607	-5 242
Alemanha	4 492	5 770	-1 278
França	4 489	3 334	1 155
Reino Unido	2 465	1 425	1 040
E.U.A.	1 967	736	1 231
Angola	1 590	942	648
Itália	1 160	2 388	-1 227

Elaborado pela CCIPA, com base em dados do INE Portugal, em 12.out e 9.nov.2015

* Dotação do ministério da Geologia e Minas de um instrumento que regulamenta a execução de medidas legais, administrativas e económicas decorrentes do Código Mineiro, conducentes à normalização da situação das licenças ociosas – Decreto Presidencial nº 174/15, de 15 de setembro.

AMBIENTE

* Aprovação, para ratificação da República de Angola, da Convenção da Corrente de Benguela entre os Governos das Repúblicas de Angola, da Namíbia e da África do Sul, com o objetivo de promover uma abordagem regional coordenada, destinada a promover a conservação, proteção, recuperação e melhoramento, a longo prazo, do Grande Ecossistema Marinho da Corrente de Benguela, bem como a sua utilização sustentável, de modo a proporcionar benefícios económicos, ambientais e sociais – Resolução nº 15/15, de 3 de julho.

* Aprovação das regras de concessão de espaços destinados ao fomento do ecoturismo nas Áreas Protegidas de Angola – Decreto Executivo Conjunto nº 470/15, de 14 de julho.

TROCAS JAN/SET 15

(mil euros)

GRUPOS DE PRODUTOS	IMPORTAÇÃO	EXPORTAÇÃO
Agrícolas	4 081,755	153 923,275
Alimentares	140,613	240 164,003
Combustíveis Minerais	932 398,146	13 513,590
Químicos	0,264	136 436,714
Plásticos, Borracha	6,825	82 446,905
Peles, Couros	0,103	5 000,377
Madeira, Cortiça	537,197	14 864,322
Pastas Celulósicas, Papel	25,823	49 070,806
Matérias Têxteis	26,842	18 858,079
Vestuário	1,163	26 351,612
Calçado	0,049	17 543,112
Minerais, Minérios	153,657	54 855,756
Metais Comuns	51,386	166 307,387
Máquinas, Aparelhos	2 553,316	409 556,010
Veículos, Outros Meios de Transporte	484,410	52 071,892
Óptica e Precisão	1 633,648	44 777,412
Outros Produtos	291,459	104 477,203
TOTAL	942 386,656	1 590 218,455

A persistência do baixo preço do petróleo nos mercados internacionais tem contribuído substancialmente para o agudizar da situação económica, cambial e financeira vivida por Angola em 2015. Os atrasos nos pagamentos provenientes de Angola levou já muitas empresas dos seus parceiros internacionais a procurarem e direcionarem a sua atividade exportadora para mercados alternativos - como é o caso de Portugal -, enquanto outros países ponderam retirar as suas empresas estabelecidas em Angola a curto prazo, se a situação se mantiver-caso do Brasil.

Neste contexto, e não obstante Portugal tenha reocupado, em julho, o lugar como principal fornecedor de mercadorias a Angola, as exportações portuguesas caíram cerca de 28,7%, enquanto a importação de mercadorias provenientes de Angola caiu 21,2%, entre janeiro e setembro de 2015, comparativamente com o período homólogo de 2014.

As exportações angolanas para Portugal continuam a assentar, até final do terceiro trimestre de 2015, quase exclusivamente nos combustíveis minerais (petróleo), que representam 98,9% do total exportado por Angola para o mercado português. Registraram o valor de € 942,4 milhões, que compararam com € 1.196 milhões idêntico período do ano transato. No que concerne às exportações portuguesas para o mercado angolano, elas dispersam-se por todos os grupos de produtos, sendo as máquinas e aparelhos, os produtos alimentares e os metais comuns responsáveis por cerca de 51,3% do total exportado por Portugal para Angola neste período - € 1.590 milhões (que compararam com € 2.232 milhões no mesmo período de 2014).

Elaborado pela CCIPA com base em dados do INE Portugal

COM APOIO À INTERNACIONALIZAÇÃO, É MAIS FÁCIL AVANÇAR

MILLENNIUM TRADE SOLUTIONS

Se procura soluções de apoio à Internacionalização, não vá mais longe. O Millennium Trade Solutions é uma solução integrada de produtos e serviços que o ajuda nas suas exportações e importações, assegurando as ferramentas fundamentais para o desenvolvimento da sua atividade. Pode contar com uma variada oferta de produtos de Trade Finance e uma linha telefónica - Trade Line - dedicada ao apoio do negócio internacional. Com presença direta em 18 países e parcerias estratégicas cobrindo mais de 80 mercados, quando assim é, avançar fica muito mais fácil.

- ▶ Apoio à Importação e Exportação
- ▶ Cash Management
- ▶ Créditos Documentários e Garantias Bancárias
- ▶ Trade Line 211 130 800
Serviço personalizado de apoio ao negócio internacional.
Dias úteis, das 8h30 às 20h.



* Criação da comissão para o fomento do ecoturismo nas áreas protegidas, coordenada pelos Ministros do Ambiente e da Hotelaria e Turismo, coadjuvados pelos Secretários de Estado da Biodiversidade e Áreas de Conservação e do Turismo – Despacho Conjunto nº 229/15, de 14 de julho.

* Criação da Comissão Interministerial contra os Crimes Ambientais e relacionados com a Fauna e Flora Selvagens, encarregue de velar pelo cumprimento da legislação ambiental em matéria de crimes ambientais, coordenada pela ministra do Ambiente – Despacho Presidencial nº 81/15, de 29 de setembro.

EMPRESAS

* Da simplificação do processo de constituição de sociedades comerciais, unipessoais e pluripessoais. Introdução de alterações ao Código Comercial aprovado pela Carta de Lei de 28 de junho de 1988, com a redação que lhe foi dada pela Lei nº 6/03, de 3 de março; à Lei nº 1/04, de 13 de fevereiro – das sociedades comerciais; à Lei nº 19/12, de 11 de junho – das sociedades unipessoais; e ao Código do Notariado aprovado pelo Decreto-Lei nº 47619, de 31 de março de 1967; aditamento dos art.ºs 28º-A e 142º-A à Lei nº 1/97, de 17 de janeiro – da simplificação e modernização dos registos predial e comercial – Lei nº 11/15, de 17 de junho (revoga, nomeadamente, o artº 111º do Código do Notariado).

* Das Cooperativas – Lei nº 23/15, de 31 de agosto (revoga o Capítulo V do Título II do Livro II do Código Comercial; o Decreto-Lei nº 115/75, de 22 de setembro – regime jurídico das cooperativas; todas as disposições que contrariem o disposto na presente Lei).

AGRICULTURA, PECUÁRIA E PISCAS

* Aprovação do programa dirigido à produção de carne bovina – Decreto Presidencial nº 137/15, de 18 de junho.

* Aprovação do programa executivo do plano de apoio à produção de milho – Decreto Presidencial nº 138/15, de 22 de junho.

* Aprovação do regulamento interno do Gabinete de Aproveitamento Hidroagrícola da Quiminha – GAHAQ – e da Bacia Leiteira do Waku Kungo – GDBLWK – Decretos Executivos nº 463 (revoga o Decreto Executivo nº 177/13, de 30 de maio) e nº 464/15 (revoga o Decreto Executivo nº 210/13, de 26 de junho), de 6 de julho.

* Aprovação do regulamento interno do Instituto dos Serviços de Veterinária – Decreto Executivo nº 541/15, de 18 de setembro.

COMÉRCIO

* Aprovação do regulamento sobre os mecanismos de aquisição de produtos agropecuários, pesqueiros e apícolas por agentes privados – Decreto Executivo nº 506/15, de 3 de agosto.

* Aprovação do regime jurídico da rede nacional de plataformas logísticas – Decreto Legislativo Presidencial nº 3/15, de 16 de setembro.

* Alteração das taxas previstas no Regulamento do Imposto de Consumo e da Pauta Aduaneira dos Direitos de Importação e Exportação – Decreto Legislativo Presidencial nº 5/15, de 21 de setembro.

TRABALHO E SEGURANÇA SOCIAL

* Do Trabalho – Lei nº 7/15, de 15 de junho (revoga, nomeadamente, a Lei nº 2/00, de 11 de fevereiro); Rectificação nº 15/15, de 2 de outubro (D.R. nº 135, I Série).

ORDENAMENTO JURÍDICO

* Da cooperação jurídica internacional em matéria penal – Lei nº 13/15, de 19 de junho.

* Aprovação do estatuto orgânico do Conselho Superior da Magistratura Judicial – Resolução nº 5/15, de 4 de setembro.

* Das Medidas Cautelares em Processo Penal – Lei nº 25/15, de 18 de setembro (revoga, nomeadamente, a Lei nº 18-A/92, de 17 de julho, e todos os preceitos do Código de Processo Penal que contrariem o disposto na presente Lei).

NOVOS ASSOCIADOS



NATCO ANGOLA – COMÉRCIO, INDÚSTRIA E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS (Nº 1215)

Comércio Externo

Rua Ndunduma, 147/149, Bairro Miramar, Luanda
Telefone: +244 222 432 335 | Fax: +244 222 441 408
e-mail: magalhaes@natco.co.ao
Carlos Jorge Barbosa Magalhães

BANCO DE NEGÓCIOS INTERNACIONAL (EUROPA) (Nº 1216)

Instituições Financeiras

Praça do Marquês de Pombal, 16 – 3º andar
1250-163 Lisboa
Telefone: +351 309 307 778 | Fax: +351 309 307 877
e-mail: paulo.santana@bnieuropa.pt
Paulo Alexandre Santana

IP ENGENHARIA (Nº 1217)

Transportes

Rua José da Costa Pedreira, 11, 1790-130 Lisboa
Telefone: +351 914 692 494 | Fax: +351 211 061 914
e-mail: goncalo.poliveira@ipengenharia.pt
Amílcar Ferreira Monteiro

MACEDO VITORINO & ASSOCIADOS (Nº 1219)

Consultoria e Formação

Rua do Alecrim, 26 E, 1200-018 Lisboa
Telefone: +351 213 241 900 | Fax: +351 213 241 929
e-mail: mmachado@macedovitorino.com
Manuela Machado

Órgãos Sociais da CCIPA 2014/2016

Assembleia-Geral

PRESIDENTE

PORTUGAL TELECOM

VICE-PRESIDENTE

BANCO BAI EUROPA

SECRETÁRIO

KPMG ANGOLA

Direcção

PRESIDENTE

GALP ENERGIA*

VICE-PRESIDENTES

BANCO BPI*

BANCO BIC

SECIL – COMPANHIA GERAL

DE CAL E CIMENTO*

MOTA-ENGIL ÁFRICA PT

VOGAIS

ADP ÁGUAS DE PORTUGAL INTERNACIONAL*

AMORIM HOLDING SGPS II

BES – BANCO ESPÍRITO SANTO

CAIXA ECONÓMICA MONTEPIO GERAL

CGD – CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS

COSEC – COMPANHIA DE SEGURO

DE CRÉDITOS

ERNST & YOUNG

MILLENIUM BCP*

MIRANDA CORREIA AMENDOEIRA &

ASSOCIADOS – SOC. DE ADVOGADOS*

RANGEL INVEST*

Conselho Fiscal

PRESIDENTE

DELOITTE CONSULTORES

VOGAIS

LINHAS AÉREAS DE ANGOLA

SPE – SOCIEDADE PORTUGUESA

DE EMPREENDIMENTOS

SUPLENTE

AMROP PORTUGAL

WAYFIELD TRADING

INTERNACIONAL

* *Membros da Comissão Executiva*

PUBLICAÇÕES DA CCIPA • DISTRIBUIÇÃO E TRANSPORTE EM ANGOLA

Loureiro, Lda. Benguela, Lobito
Associação de Jovens Empresários Huambo
Intercal, Lda. Lubango
Mabílio M. Albuquerque Comercial, S.A. Namibe, Sumbe / Cuando - Cubango

Para quem quer estar por dentro do mercado



ANGOLA-PORTUGAL

NEGÓCIOS

TRIM | OUTUBRO-NOVEMBRO-DEZEMBRO 2015 | Nº 103 | 4 Euros - 5 USD

LIP
Elimina obrigatoriedade de um milhão de dólares para IDE

APIEX ANGOLA
Nova agência para a promoção e captação de investimentos

40 ANOS de INDEPENDÊNCIA

“Em nome do Povo angolano, o Comité Central do Movimento Popular de Libertação de Angola proclama solenemente perante África e o Mundo a Independência de Angola”
Agostinho Neto, presidente do MPLA a 11 de Novembro de 1975

ccipa
CÂMARA DE COMÉRCIO E INDÚSTRIA PORTUGAL ANGOLA

O mercado, as oportunidades de negócio e de investimento, os incentivos, os protagonistas, os desafios.

Reserve já o seu espaço nas edições de 2016!*

Portugal

Ed. Luxor, Av. da República, 101 - 3º, Sala D
1050-204 Lisboa

Telefone: [+351] 213 940 133 • Fax: [+351] 213 950 847
ccipa@cciportugal-angola.pt

Angola

Edifício Monumental, Rua Major Kanhangulo
290 - 1º dto., Luanda
Telemóvel: [+244] 924 918 149

WWW.CCIPTUGAL-ANGOLA.PT

*Contactos Tel.: [+351] 213 584 460 • info@becomm.pt

ccipa
CÂMARA DE COMÉRCIO
E INDÚSTRIA
PORTUGAL ANGOLA



**África fez sempre parte da nossa tradição.
Retribuímos com toda a nossa energia.**

A Galp Energia é um operador integrado de energia focada na área de exploração e produção de petróleo e gás natural. A sua presença nesta área está centrada no Atlântico Sul, nomeadamente no pré-sal da bacia de Santos – onde se encontra a maior acumulação conhecida de petróleo e gás em águas ultraprofundas – e no offshore angolano. Também na África Oriental, a Galp Energia participa nas maiores descobertas de gás natural das últimas décadas, na bacia de Rovuma, em Moçambique.

Estas descobertas reforçam a ligação histórica da Galp Energia a África e garantem que, juntos, continuarão a partilhar o futuro.

